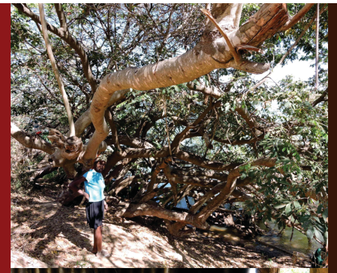
Termos como “agricultura empresarial”, “agronegócio”, “hidronegócio” ou “hidro-agronegócio”, “grilagem”, “devastação de babaçuais”, “Matopiba”, dentre outros, se inscrevem em memórias e práticas no presente, cartografadas, atualizadas, e como atualidade enquanto estratégias são expressões de programas, planos e projetos que vistos do ponto de vista de povos e comunidades tradicionais produzem efeitos que consubstanciam uma região em determinado bioma, como o Cerrado vista de dentro.

Efeitos como contaminação e assoreamento de rios, lagos, lagoas, devastação de babaçuais, “desaparecimento de povoados”, intrusamento de terras tradicionalmente ocupadas, expulsão das terras, restrição e impedimento de acesso à água, ações de reintegração, expulsões, invasão de terras, discriminação institucional, agressões, crimes ambientais, seca do Rio São Francisco consubstanciam construções sociais e política que neste momento, de publicação deste livro, manifesto como de ameaça a direitos e de judicialização dos conflitos.

Estaríamos em momento que favorece a devastação, a relativização ou negação de direitos instituídos constitucionalmente, com tendência à despolitização dos coletivos, à sua negação enquanto sujeitos políticos autônomos, que reconfiguram regiões e chamam atenção à luz das mobilizações e processos reivindicatórios como expostos em todos os trabalhos que compõem o livro. À dispersão da ação governamental e das empresas correspondem contraditoriamente, a dotação de infraestrutura por parte do Estado para viabilização de projetos privados, como abordados nos artigos, e à institucionalização de ditas soluções, que legitimam a ação de agentes privados ou do próprio Estado.

Jurandir Santos de Novaes

Esta publicação é produto da nova cartografia social dos efeitos das politicas governamentais e das agroestratégias elaboradas por conglomerados econômicos – da produção de commodities agrícolas, destinadas principalmente ao mercado internacional - sobre os povos e comunidades tradicionais, em regiões designadas como “cerrado” e “caatinga”, “semiárido” ou “sertão”. Para efeito da investigação científica proposta pela nova cartografia social, tais regiões, assim designadas, compõem uma região mais abrangente aqui denominada “Brasil Central”, que engloba partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Pernambuco, bem como o Norte de Minas Gerais e o Sul do Pará.



ISBN 978-85-7843-923-1

UEA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

PNCSA Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PPGCSPA Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

Nova Cartografia Social do Brasil PROJETO BRASIL CENTRAL

FORDFOUNDATION

Helciane Araújo
Alfredo Wagner

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS CONFLITOS POR TERRITÓRIOS NO BRASIL CENTRAL

PNCSA

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS CONFLITOS POR TERRITÓRIOS NO BRASIL CENTRAL

Helciane Araújo
Alfredo Wagner

Este livro resulta de um esforço coletivo de pesquisadores e movimentos sociais, e nos apresenta a possibilidade de uma leitura particular, de interpretação, do que se convencionou designar como Cerrado, Brasil Central ou outras classificações regionais que adotam critérios de bioma ou de planejamento regional, dentre outras. A região de pesquisa, adotada no Projeto intitulado “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central” (2016/2019), denominada de “Brasil Central” é estudada sob a perspectiva de povos e comunidades tradicionais em situações de conflito face às ações governamentais e de empresas privadas. Os trabalhos descrevem de forma detida diferentes regiões socialmente e politicamente construídas e expressas em processo de mapeamento e cartografia social, de produção de um “novo mapa” da região sugerida neste projeto como “Brasil Central”.

Os trabalhos ora apresentados combinam de forma coerente, resultados de trabalho de campo, referenciais teóricos, análise de situações empiricamente observáveis e engajamento intelectual comprometido com uma prática acadêmica de relação e produção de conhecimento em que, agentes sociais e pesquisadores apontam elementos que contribuem para uma reflexão sobre o deslocamento de uma visão monolítica de Estado e de referenciais fisiográficos de planejamento governamental e ação empresarial. Nesse sentido, têm centralidade, os efeitos sociais produzidos em decorrência das ações governamentais e de empresas, e as relações sociais balizadas por um conjunto de ações governamentais e empresariais.

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR – UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – CESTU/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de Antropologia – Faculdad de Ciências Sociales y Humanas – Universidadde Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES– Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie – FriedrichSchiller-Universitätjena

Germán Palacios – Professor Titular – Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia – Honorary fellow, University of Wisconsin-Madison

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de Milano-Bicocca

Helciane de Fátima Abreu Araújo
Alfredo Wagner Berno de Almeida
Organizadores

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS CONFLITOS POR TERRITÓRIOS NO BRASIL CENTRAL

Manaus - Amazonas
2019

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 3 03/12/2019, 14:51

Copyright © Helciane de Fátima Abreu Araújo, 2019

Financiamento: Fundação Ford

Editor
Alfredo Wagner Berno de Almeida
UEA, pesquisador CNPq

Projeto Gráfico (diagramação)
Marcela Costa de Souza

Ficha catalográfica

N935 Nova Cartografia Social dos conflitos por territórios no Brasil Central / Helciane de Fátima Abreu Araújo e Alfredo Wagner Berno de Almeida. - 1. ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

170 p.: il.

ISBN 978-85-7883-523-1

1. Conhecimentos tradicionais. 2. Conflitos sociais. 3. Territorialidade. I.Título.

CDU 316+910.3

(Bibliotecária Responsável: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)

UEA - Edifício Professor Samuel Benchimol
Rua Leonardo Malcher, 1728
Centro - Manaus, AM
Cep.: 69010-170

E-mails:
pncaa.uea@gmail.com
pncsa.ufam@yahoo.com.br
www.novacartografiasocial.com
Fone: (92) 3878-4412
(92) 3232-8423

UEMA- Endereço: Largo Cidade Universitária Paulo VI, 3801 - Tiririca, São Luís - MA, 65055-000
Fone:(98) 3244-0915

Prefácio

As novas *plantations*[1]: uma economia de riscos que ameaça povos e comunidades tradicionais

Alfredo Wagner Berno de Almeida[2]

Os trabalhos de pesquisa ora apresentados fazem parte do Projeto "Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central", cujo objetivo consiste em mapear e analisar os efeitos das politicas governamentais e das agroestratégias, - elaboradas por conglomerados econômicos voltados tanto para a produção *de commodities* agrícolas, quanto para as mínero-metalúrgicas, destinadas principalmente ao mercado internacional - ; sobre os povos e comunidades tradicionais. A abrangência da área de alcance destas políticas focalizadas pelos trabalhos de pesquisa compreende regiões designadas como "cerrado" e "caatinga", consoante os seguintes critérios: i) de bioma, relativo a "semiárido", de acordo com critérios climáticos, e ii) de "sertão",

[1] O termo ***plantations*** concerne a um conceito que compreende grandes unidades de exploração monocultoras apoiadas em formas de imobilização da força de trabalho -seja pela dívida, seja pela moradia -, isto é, trabalho escravo ou análogo à escravidão, em imensas extensões de terras, cuja produção encontra-se atrelada a uma economia agrário-exportadora. Historicamente estas grandes explorações estavam voltadas para o cultivo de cana-de-açúcar, algodão, cacau, café e também à criação de gado. Consoante o léxico recente referido aos agronegócios, veiculado nas colunas especializadas dos periódicos de circulação nacional, tem-se uma classificação que agrupa os produtos destas unidades de produção, definidos como commodities agropecuárias. Estes produtos são agrupados em: "complexo soja"(grãos, farelo e óleo), "complexo sucro-alcooleiro", "carnes", "produtos florestais", "cereais, farinhas e preparações", e ainda: óleos vegetais (dendê, copra) e papel e celulose (plantações de pinus, de ecucalipo. Há unidades industriais articuladas com as grandes plantações, que também compõem o significado de **plantation**. Destaque-se, neste aspecto, que o óleo de babaçu não aparece na relação de *commodities* ao contrário do óleo vegetal seu competidor, qual seja o óleo de palmiste. As cooperativas das quebradeiras de coco que produzem o óleo de babaçu não são classificadas como unidades industriais integradas a grandes plantações, porquanto a coleta do côco e a quebra para obtenção de amêndoa são produzidos com base em unidades de trabalho familiar, com o processo produtivo controlado pelas mulheres destas respectivas unidades.

A expressão ***novas plantations*** igualmente não é nova e registrei-a pela primeira vez, em estado prático, numa fala do economista Reinaldo Gonçalves relativa às unidades de produção características dos agronegócios. No conceito ora trabalhado a expressão inclui unidades de produção extrativa mineral e seus produtos, quais sejam as *commodities* mínero-metalúrgicas, bem como uma coalisão de interesses manifesta politicamente através da Frente Parlamentar Agropecuária e dos defensores de alterações no Código de Mineração e no art. 231 da Constituição, que autorizem a expansão das atividades extrativas voltadas para terras indígenas.

[2] Antropólogo. Professor do PPGCSPA/UEMA. Pesquisador CNPq.

conforme critérios geográficos e de planejamento regional. Tais designações compõem uma grande região definida para efeitos desta investigação científica como "Brasil Central"[3]. Esta grande região abrange partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Pernambuco, bem como o Norte de Minas Gerais e o Sul do Pará. Ela não corresponde à totalidade das áreas classificadas como de "cerrado[4]", nem tão pouco aquela concernente à "caatinga", conforme se pode verificar na Figura 1, a seguir apresentada, e pode ser aproximada das savanas africanas, das "sabanas" tropicais de Venezuela, Colômbia, República da Guiana e sul do Suriname, onde são designadas de "Sipaliwini-savanna". Todas estas regiões, por serem de terras aráveis e apresentarem potencial para grandes plantios, encontram-se, no momento atual, pressionadas por medidas concernentes às agroestratégias[5], que objetivam, numa

[3] A adoção desta expressão "Brasil Central" em projetos de pesquisa e mesmo em atos governamentais não é nova, nem recente. Recorde-se que as iniciativas oficiais relativas à denominada "Fundação Brasil Central", instituída pela ditadura do Estado Novo, datam de 1944, enquanto que o projeto de pesquisa intitulado "Harvard Central Brazil Research Project" é dos anos 60, do século passado. Este projeto foi elaborado pelo antropólogo David Maybury-Lewis, objetivando um estudo comparativo das sociedades Jê do Centro-Oeste brasileiro. Participaram deste Projeto: Terence Turner, Joan Bamberger, J. Christopher e Jean Lave, então estudantes de antropologia em Harvard, e Roberto da Matta e Julio Cesar Melatti, que haviam cursado a Especialização em Antropologia do Museu Nacional. A noção de Brasil Central, abrangia uma extensa região que compreendia o Vale do Xingu, em regiões dos Estados do Mato Grosso e Pará e adentrava pelo Vale do Tocantins-Araguaia, nos Estados de Goiás e Maranhão. A cidade de Imperatriz (MA) consistia num dos principais lugares de referencia da pesquisa.

[4] Para fins de uma discussão preliminar de critérios inspirados em ecossistemas vamos dispor à leitura uma classificação de cerrado usualmente utilizada pelos planejadores e trabalhada no texto de George Eiten intitulado "Delimitação do Conceito de Cerrado", publicado in **Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Vol. XXI. 1977 pp.125-134, a saber:

"Cerrado é o nome geral dado à vegetação xeromorfa de arvoredos, comunidades arbustivas, savanas abertas e campos graminosos do Brasil Central. O cerrado forma uma província florística e vegetacional em uma região de precipitação intermediária com estação seca definida. É circundada por outras províncias vegetacionais de grande escala como as florestas atlântica e amazônica nas regiões com mais chuva e a caatinga e o chaco em regiões com menos chuva (Eiten,1972). Dentro da sua própria região, cerrado ocorre, em geral nos solos mais inférteis, usualmente profundos, os quais com poucas exceções, são latossolos; podem ser arenosos ou argilosos. As poucas áreas nos interflúvios com solos mais férteis estão (ou estavam) cobertas com mata mesofítica. Vários tipos de comunidades arbustivas, savanas abertas e campos graminosos, de composição florística não de cerrado e ocupando áreas bem restritas, também ocorrem na província do cerrado sobre litossolos especiais nas montanhas ("campos rupestres") e estes devem ser distinguidos do cerrado. O cerrado, além de ocorrer no Brasil Central, onde cobre talvez 90% da área, também ocorre em áreas pequenas disjuntas em São Paulo e no Nordeste." (Eiten,1977:125)

[5] As denominadas "agroestratégias" estão na ordem do dia das agencias multilaterais e de conglomerados financeiros referidos às indústrias alimentícias. No quadro de uma propalada "crise do setor de alimentos" elas tem sido anunciadas com alarde e como uma medida salvacionista para resolver todos os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios. Elas compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e ações ditas empreendedoras. Abrangem tanto estudos de projeção, que tratam das oscilações de mercado e suas tendências, quanto de ajustes na carga tributária de produtos e insumos utilizados em produtos alimentares considerados básicos. Tais estudos versam também sobre medidas regulamentares e atos perpetrados por diferentes agências financeiras (bolsas de valores, fundos de investimentos, bancos) e por entidades representativas de grandes

escala global, a amplia expansão das terras destinadas aos agronegócios, disponibilizando novas extensões para monoculturas e para extração mineral através da intensificação de transações mercantis. Esta expansão se daria sobre as terras tradicionalmente ocupadas, notadamente sobre as terras das comunidades quilombolas, das comunidades das quebradeiras de côco babaçu e sobre as terras indígenas como se o "cerrado" consistisse num vazio demográfico e em terras abertas, disponíveis e não-ocupadas.

A APROSOJA (Associação Nacional dos Produtores de Soja) é apontada pela imprensa periódica como pretendendo incluir todo o Estado do Tocantins e 20% do Piaui nos contornos do MATOPIBA. Algumas perguntas tem demonstrado ademais a complexidade do problema: há articulações com empresas estrangeiras e com *holdings* ou empresas brasileiras de capital estrangeiro, visando a aquisição de terras e a implementação de projetos? Certamente que não se pode tratar as agroestratégias ou os agronegócios como produto de uma unidade de interesses. No meio empresarial há perspectivas distintas, quanto à venda de terras para estrangeiros e quanto às modalidades de gestão de terras adquiridas com recursos oriundos de fundos de pensão privados estrangeiros, e que estão em conflito aberto seja no legislativo, seja no judiciário.

Um dos resultados deste processo e desta multiplicação de tensões e disputas concerne a uma reordenação formal do mercado de terras, propiciando o ingresso na esfera de circulação de novos imóveis rurais, sobretudo aqueles vinculados à pequena produção familiar, seja no caso da titulação açodada dos projetos de assentamento (PA's), seja no caso de uma pressão de empresas imobiliárias sobre a demanda por terras de ocupantes, também designados "posseiros", ou ainda em situações de redução de unidades de conservação. As inciativas ilegais de intrusamento para extração de madeira e para mineração em terras indígenas[6] e quilombolas também situam-se neste quadro expansionista,

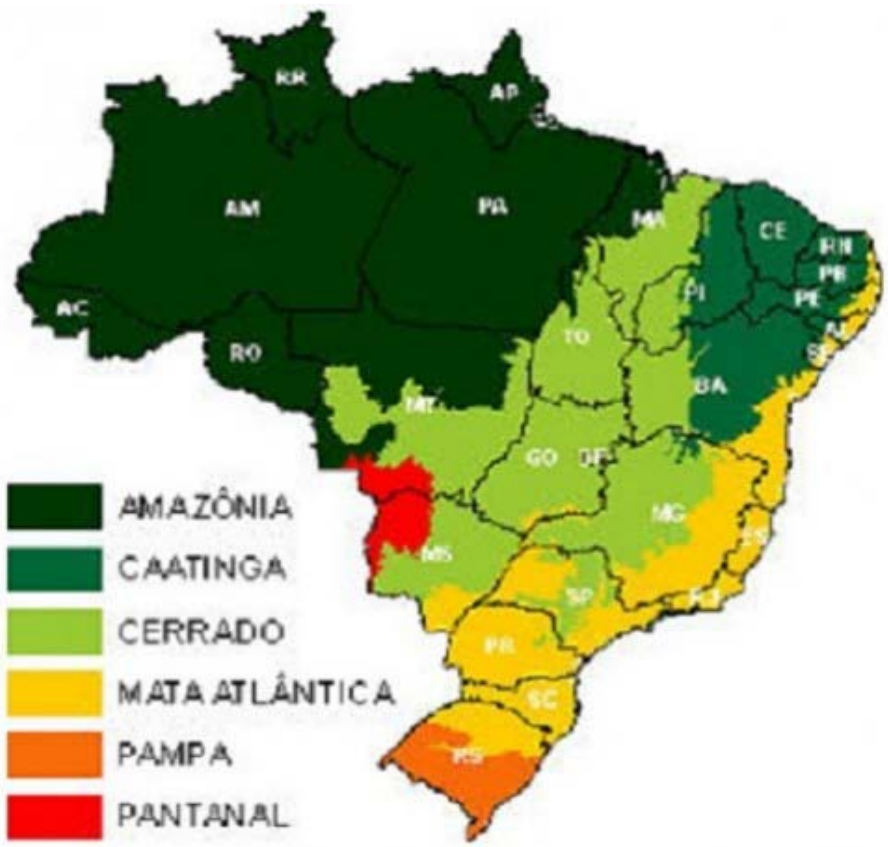
empreendimentos agropecuários. Abrangem ainda um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos à expansão do cultivo de grãos, notadamente a soja, e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e minero-mnerotalúrgicas. (Almeida, 2010:101,102). Para um aprofundamento leia-se:

Cf. Almeida, A.W.B. de -"Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios" in Acselrad, H. (org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina. 2010 pp.101-143.

[6] Para um aprofundamento consulte-se o parágrafo terceiro do Art, 231 da Constituição de 1988, que assevera o seguinte: "a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas (...)".

ou seja, em que obras de infraestrutura e atividades mineradoras articulam-se com a expansão dos empreendimentos dos agronegócios, pressionando as terras tradicionalmente ocupadas e provocando tensões sociais e conflitos a partir da não-observância de preceitos constitucionais. Está-se diante de uma poderosa colisão de interesses, que se movimenta para assegurar a expansão dos agronegócios, mesmo reconhecendo o fracasso do modelo agrário-exportador do período colonial e o fato dos empreendimentos dos agronegócios ficarem reféns da recorrente flutuação de preços das *commodities* agrícolas.

FIGURA 1



Esta grande região em verde claro, correspondente à designação oficial de "cerrado", e estimada em 204 milhões de hectares, é considerada pelo governo, pelas entidades patronais e apontada pela imprensa, como a principal área de expansão do agronegócio brasileiro. Indiscriminadamente, extensas áreas de "cerrado", "caatinga", "semiárido" e florestas têm sido incorporadas pelos monocultivos de soja, milho, algodão, cana, pastagens e plantios conjugados com plantas industriais (eucalipto, pinus - papel e celulose - acácia, dendê). As atividades ilegais de extração mineral em terras indígenas, seja através de garimpo (dragas, "par de máquinas") ou de obtenção do ouro primário com maquinaria (moinhos, escavadeiras), em escala industrial, completam esta expansão.

O "cerrado" é o segundo maior bioma do Brasil e um dos exemplos mais ilustrativos deste expansionismo, tornado política governamental, concerne à instituição do MATOPIBA[7], que compreende regiões do Maranhão, Tocantins, Piaui e Bahia, abrangendo 337 municípios. A política assim denominada foi lançada pelo governo federal em maio de 2015, sem qualquer procedimento de consulta prévia e informada, e compreende uma área de 73.173.485 há, compreendendo 324 mil estabelecimentos agrícolas, 35 terras indígenas, 781 projetos de assentamento e 46 unidades de conservação. Este projeto consiste num mecanismo de consolidação do avanço da fronteira dos empreendimentos dos agronegócios na região setentrional do "cerrado" brasileiro.

Como área de expansão dos agronegócios, considerada similar às savanas africanas e de outras regiões do norte da América do Sul, esta grande região, selecionada para fins de pesquisa, tornou-se, nas últimas décadas, objeto da ação de um conjunto de projetos, planos e programas, públicos e privados, que criam condições favoráveis para a implantação de monoculturas e sua viabilidade econômica. Além de programas de crédito rural, para custeio e investimento, a região está sendo provida de obras de infraestrutura (ferrovias, hidrovias, hidrelétricas, rodovias e portos) para escoamento da produção, visando o mercado internacional; as empresas e demais detentores de grandes imóveis rurais são

[7] Esta região foi delimitada para fins de ação governamental a partir de estudo produzido pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da EMBRAPA (GITE), que defende a aptidão agrícola de suas terras combinada com a pecuária, acentuando a topografia plana, os solos profundos e o clima favorável. Estas seriam características consideradas apropriadas para unidades de produção, como as "novas *plantations*" que faze uso de recursos tecnológicos capazes de assegurar uma produção em larga escala, como requer uma economia de *commodities*.

beneficiados por mecanismos de política fundiária e por práticas ilegais de acesso à terra e flexibilização da legislação trabalhista na caracterização de situações análogas à escravidão. São protegidos ademais pela flexibilização de dispositivos jurídicos e normativos, quando crimes ambientais são cometidos, incluindo-se aqui a desestruturação dos órgãos de fiscalização e aplicação de multas.

As iniciativas governamentais de redefinição das condições degradantes de execução das atividades produtivas e da própria jornada de trabalho propiciam condições para práticas de imobilização da força de trabalho inaceitáveis pela legislação vigente. Os dispositivos legais inclinam-se para tais práticas, sob uma forte pressão produtivista, numa conjuntura de elevação geral do preço da*s commodities*.

Em termos históricos o sistema repressor da força de trabalho intrínseco às ***plantations*** foi o fato dominante da sociedade colonial. As interpretações históricas de Barrington Moore (1975:186,187) e Otavio Velho (1976:43) chamam a atenção para o fato da "escravidão de ***plantation***" consistir num obstáculo permanente à democracia[8]. O modelo agrário-exportador, concentrado na exportação de matérias-primas, contrapõe-se a procedimentos democráticos, seja nas relações trabalhistas, seja nas relações com os diferentes circuitos de mercado. Neste mesmo plano de reflexão e coetaneamente a esta ordem de fatos tem-se a tese de Moacir Palmeira e os trabalhos concernentes ao projeto que coordenou, na segunda metade dos anos 70 do século passado, juntamente com Lygia Sigaud sobre as relações sociais de produção nas ***plantations*** açucareiras da costa nordestina, bem como a dissertação de Neide Esterci, defendida no PPGAS-MN-UFRJ, cujo título é auto explicativo: "Mito da Democracia no País das Bandeiras" e suas pesquisas posteriores sobre a "peonagem da dívida na Amazônia". Assinalam elementos estruturais da sociedade brasileira. Velho trabalhou o conceito de "capitalismo autoritário", demonstrando que para além da oposição entre regime ditatoriais e democráticos, tem-se um autoritarismo intrínseco aos atos de Estado nesta economia agrário-exportadora.

---

[8] Consulte-se a propósito: i)Barrington Moore - **As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa Ed. Cosmos/Santos. Livraria Martins Dontes Ed. 1975.
ii)Velho, Otavio - **Capitalismo Autoritário e Campesinato (Um estudo comparativo da fronteira em movimento)**. São Paulo. Difel. 1976

A administração e o planejamento do uso deste conjunto de recursos tem favorecido a expansão indiscriminada dos agronegócios, sem avaliar os efeitos sobre povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de côco babaçu, comunidades de fundos e fechos de pasto, retireiros, vazanteiros, ribeirinhos e geraizeiros. Esses mesmos planos e programas negam os direitos e fragilizam as formas de uso e de preservação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais. As ações e medidas derivadas de tais planos podem ser identificadas pela expropriação ou não reconhecimento dos direitos territoriais, pela contaminação e cerceamento de acesso aos recursos naturais, pela fragilização dos sistemas produtivos e pela radical desestruturação das comunidades tradicionais.

Numa conjuntura em que se assiste o fenômeno da desorganização da capacidade operacional dos órgãos competentes (IBAMA, ICMBIO), combinado com a intensificação das práticas ilegais de grilagem, de recrutamento da força de trabalho, de intensificação dos garimpos ilegais e de desmatamentos indiscriminados, que resultam numa devastação generalizada dos recursos naturais, verificam-se alterações nos fundamentos deste modelo agrário-exportador. A elevação dos preços das *commodities* agrícolas e mínero-metalúrgicas tem levado à intensificação da produção e ao descuro de critérios de segurança no processo produtivo, como nos casos recentes de sucessivos vazamentos e rompimentos de barragens de rejeitos (Mariana, Brumadinho, Barcarena) ou do uso generalizado de agrotóxicos e pesticidas com efeitos trágicos sobre a saúde da população. Em tudo uma lógica produtivista numa situação de enorme risco, em virtude da subordinação extrema, tanto dos empreendimentos, quanto das medidas que visam a infraestrutura, a tais medidas e às flutuações sucessivas do preço das *commodities*. Uma interpretação, que precisa ser mais trabalhada, afirma que estas agroestratégias definem o modelo agrário-exportador vigente, inteiramente voltado para o mercado internacional e apoiado, principalmente, em unidades de produção que representam as "**novas *plantations***", numa clara alusão à reprimarização da economia e a uma situação colonial com elevados índices de concentração da terra e com formas de imobilização da força de trabalho cada vez mais difundidas, que delineiam um quadro trágico como bem ilustram os artigos que constituem esta coletânea ora prefaciada.

É isto, vamos à leitura!

Sumário

15 APRESENTAÇÃO

19 AGRONEGÓCIO, AGROESTRATÉGIAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LESTE E SUL DO MARANHÃO: NOVA CARTOGRAFIA DE SITUAÇÕES LIMITES DE CONFRONTOS COTIDIANOS

39 CARTOGRAFIA SOCIAL NO CERRADO PIAUIENSE: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS VIVENCIADOS EM BREJO DAS MENINAS E SANTA FÉ,

59 FUNDOS E FECHOS DE PASTO DO OESTE DA BAHIA: A GUERRA DAS NARRATIVAS

85 ASSOCIATIVISMOS E (DES) MOBILIZAÇÃO: AS FORMAS ORGANIZATIVAS FACE À DINÂMICA DOS ATOS DE ESTADO

106 NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA NO RIO SÃO FRANCISCO

122 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ITACURUBA: O RINOCERONTE, DRAMAS E RESISTÊNCIAS EM CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO

141 "ESSAS CERCA DA COMUNIDADE VÊM DE ANTES...": A PRESSÃO DAS CERCAS E A NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE LUTA PELO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE E DE MINAS GERAIS

157 NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E CONFLITOS NOS TERRITÓRIOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO TOCANTINS

Apresentação

Esta publicação é produto da nova cartografia social dos efeitos das políticas governamentais e das agroestratégias elaboradas por conglomerados econômicos – da produção *de commodities* agrícolas, destinadas principalmente ao mercado internacional - sobre os povos e comunidades tradicionais, em regiões designadas como "cerrado" e "caatinga", "semiárido" ou "sertão". Para efeito da investigação científica proposta pela nova cartografia social, tais regiões, assim designadas, compõem uma região mais abrangente aqui denominada "Brasil Central", que engloba partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Pernambuco, bem como o Norte de Minas Gerais e o Sul do Pará.

Por serem terras aráveis e apresentarem potencial para grandes plantios, tal região vem sendo pressionada pelo que se convencionou chamar de agroestratégias, que consistem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e ações ditas empreendedoras que, em tese, justificariam os atos de Estado (BOURDIEU, 2014) no violento processo de abertura dessas fronteiras ao grande capital estrangeiro e nacional.

Na perspectiva de problematizar essas agroestratégias, tento em vista a existência de modos de vidas tradicionais nessas regiões, o projeto **"Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central"**, financiado pela Fundação Ford, articulou o **"Grupo de Pesquisa do Brasil Central"**, composto de associações de povos e comunidades tradicionais e de pesquisadores acadêmicos de 11 universidades, a saber: UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano, UNEB – Universidade Estadual da Bahia, UPE - Universidade de Pernambuco, UFPI – Universidade Federal do Piaui, UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso, UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará, UNIFESPA – Universidade Federal do Sul do Pará, UEA – Universidade do Estado do Amazonas, UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros, UNITINS – Universidade Federal do Tocantins, e uma associação voluntária da sociedade cívil (APATO).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 15 03/12/2019, 14:51

Essa articulação foi mediada pelo Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA), sendo a coordenação do Projeto assumida por uma equipe de pesquisadores das universidades estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), da Universidades Federal do Piauí (UFPI), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

O mapeamento social dos efeitos da expansão dos agronegócios sobre processos diferenciados de territorialização específica de povos e comunidades tradicionais, sistematizado entre os anos de 2016 e 2019, se insere no repertório de mobilizações e de lutas pela garantia e preservação dos direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundos e fechos de pasto, retireiros, vazanteiros, ribeirinhos, ciganos, povos de terreiro e pescadores, além dos oficialmente classificados como assentados, instalados em imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária. Esse trabalho só foi possível pelas relações de pesquisa construídas com esses povos e grupos há mais de duas décadas.

Como produto síntese da nova cartografia dos conflitos por territórios no Brasil Central, esta publicação reúne oito artigos sobre as problemáticas vivenciadas cotidianamente por esses povos e visibilizam, por outro lado, suas resistências e diferenciadas mobilizações políticas.

No artigo **Agronegócio, agroestratégias e povos e comunidades tradicionais no leste e sul do Maranhão:** nova cartografia de situações limites de confrontos cotidianos, a equipe de pesquisa apresenta duas situações em que o avanço do agronegócio tem alterado, significativamente, a vida no leste do Maranhão, mais especificamente, nos municípios de Coelho Neto, Caxias e Afonso Cunha, onde foi identificado o avanço do agronegócio nos últimos vinte anos, com a presença de novas empresas e produtos, alterando significativamente a paisagem e o modo de vida de famílias que tradicionalmente ocupam e exploram os recursos naturais; e no município de Campestre do Maranhão, afetado pela monocultura da cana de açúcar para a produção do álcool e açúcar.

No artigo **Cartografia social no cerrado piauiense: uma análise dos processos de territorialização e conflitos socioambientais vivenciados em Brejo das Meninas e Santa Fé**, os autores abordam o processo de

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 16 03/12/2019, 14:51

territorialização e os conflitos socioambientais vivenciados no Cerrado piauiense em decorrência da implementação da agricultura empresarial, com destaque para o fenômeno da invasão das serras, que até então eram *terras de uso comum* (ALMEIDA, 1989) dos povos e comunidades tradicionais. Analisam, ainda, as ações empreendidas com o objetivo de resistir às agressões sofridas, o processo de mobilização social e político em curso e o uso da designação *povos do Cerrado* como categoria identitária, uma estratégia politica, que visa reunir grupos diversos na luta pela defesa dos territórios tradicionais e contra o agronegócio.

No artigo **Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia: a guerra das narrativas**, os autores fazem uma reflexão sobre os confrontos cotidianos e as ações mobilizatórias das comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto contra as atividades de empresas do agronegócio, representadas por fazendas, que estão, na perspectiva dos agentes sociais destas comunidades, destruindo o meio ambiente, invadindo terras tradicionalmente ocupadas, ameaçando agentes sociais que resistem em suas terras. O artigo relata ações de protestos realizadas nas fazendas Igarashi e Curitiba, localizadas nas proximidades do Distrito de Rosário, no município de Correntina, Bahia e manifestações públicas que questionam a ação do Estado nesses conflitos.

No artigo **Associativismos e (des) mobilização: as formas organizativas face à dinâmica dos atos de Estado,** as autoras trazem uma reflexão sobre os diferentes instrumentos de intervenção do Estado brasileiro, ao implementar iniciativas direcionadas à gestão da coisa pública na promoção do chamado "desenvolvimento nacional", ou por derivação do desenvolvimento de uma determinada "região".

No artigo **Nova Cartografia Social: Identidade, Território e Resistência no Rio São Francisco**, os pesquisadores da Bacia do Rio São Francisco sistematizaram as narrativas dos povos e comunidades tradicionais, no empenho de construção de livros, fascículos e mapas que evidenciaram expressões identitárias e lutas territoriais.

No artigo **Povos e comunidades tradicionais de Itacuruba: o rinoceronte, dramas e resistências em contextos de desenvolvimento**, os autores trazem a situação vivenciada no município de Itacuruba, localizado na região compreendida como Sertão de Itaparica, estado de Pernambuco, região impactada por megaprojetos como a construção de barragens e hidrelétricas, de

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 17 03/12/2019, 14:51

um complexo de usinas nucleares no curso do Rio São Francisco, de um parque híbrido de energia solar e eólica, ao mesmo tempo em que se insere numa região mais ampla impactada por projetos infraestruturais, como a Transposição do Rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina. Em nível local, mas ainda vinculadas a uma nova dinâmica do capital, temos as "fazendas de peixes" e a exploração mineral.

No artigo "**Essas Cerca da Comunidade vêm de antes...": a pressão das cercas e a nova cartografia social como instrumento de luta pelo território das comunidades tradicionais do Norte e de Minas Gerais**, estão em questão as ações e medidas derivadas de planos públicos e privados de desenvolvimento que podem ser identificadas pela expropriação ou não reconhecimento dos direitos territoriais, pela contaminação e cerceamento de acesso aos recursos naturais, pela fragilização dos sistemas produtivos e pela radical desestruturação das comunidades tradicionais.

No artigo **Nova Cartografia Social: Narrativas, memórias e conflitos nos territórios das populações tradicionais do Tocantins,** os autores trazem uma reflexão os esforços mobilizatórios dos movimentos sociais nas comunidades quilombolas do Tocantins, sendo: Quilombolas Kalunga do Mimoso, Quilombolas Kaágados (Claro, Prata e Ouro Fino), Comunidade tradicional Serra do Centro e Mirante.

Helciane de Fátima Abreu Araujo
Franklin Plessmann de Carvalho

AGRONEGÓCIO, AGROESTRATÉGIAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LESTE E SUL DO MARANHÃO: NOVA CARTOGRAFIA DE SITUAÇÕES LIMITES DE CONFRONTOS COTIDIANOS

Arydimar Vasconcelos Gaioso
Helciane de Fátima Abreu Araujo
Jurandir Santos Novaes
Jéssica Maria Barros da Silva
Adaildo Pereira dos Santos
Simone de Fátima Moreira Seguins
Rodrigo Martins Azevedo
Emmanuele Vale Silva
Samara Fernanda da Silva Felismino
Edson Fabio Araujo Sousa Junior

INTRODUÇÃO

Os aspectos apontados neste artigo, a respeito dos efeitos do avanço de megaempreendimentos de infraestrutura e do agronegócio sobre grupos camponeses, povos e comunidades tradicionais do Maranhão, foram identificados no âmbito de pesquisas realizadas durante a execução do Projeto Brasil Central[1].

Elegeu-se como lócus de observação a região ao leste, abrangendo, mais especificamente, os municípios de Coelho Neto, Caxias e Afonso Cunha, onde foi identificado o avanço do agronegócio nos últimos vinte anos, com a presença de novas empresas e produtos, alterando significativamente a paisagem e o modo de vida de famílias que tradicionalmente ocupam e exploram os recursos naturais.

Sem a pretensão de alcançar um estudo comparativo, mas com o objetivo de compreender as agroestratégias das empresas no avanço do agronegócio em

[1] A equipe de pesquisa foi composta por professores do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - Arydimar Vasconcelos Gaioso, Helciane de Fátima Abreu Araujo e Jurandir Santos Novaes; pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - Adaildo Pereira dos Santos, Benjamim Alvino de Mesquita e Jéssica Maria Barros da Silva e de alunos de iniciação científica dos cursos de Ciências Sociais da UEMA (São Luís e Centro de Estudos Superiores de Caxias - CESC) e de História (CESC/UEMA) - Simone de Fátima Moreira Seguins, Rodrigo Martins Azevedo, Edson Fabio Araujo Sousa Junior, Gabrielle Carvalho Frazão, Emmanuele Vale Silva, Marcos Araújo Costa; Samara Fernanda da Silva Felismino do Nascimento; e Silnério da Silva Reinaldo.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 19 03/12/2019, 14:51

situações distintas, decidiu-se cotejar essa situação com outra que vem sendo acompanhada desde o início dos anos 2000, no trecho que se estende do município de Imperatriz até o município de Campestre do Maranhão, com a expansão da monocultura do eucalipto para a produção de celulose pela empresa Suzano Papel e Celulose e da monocultura da cana de açúcar praticada pela empresa MAITY bioenergia -S/A, para a produção do álcool.

Por agroestratégias entendem-se as "estratégias acionadas pelos interesses vinculados ao agronegócio, com o fim de expandir seu domínio sobre amplas extensões de terra no Brasil" (ALMEIDA, 2010, p. 101). Aplica-se o termo agronegócio para designar o conglomerado de negócios que articula agricultura, indústria, comércio local e global e políticas públicas alinhadas por uma ideologia de desenvolvimento econômico, controlados por corporações transnacionais que trabalham com um ou mais *commodities* e atua em diversos outros setores da economia (FERNANDES, 2008).

As duas situações estudadas são emblemáticas para se pensar a expansão do agronegócio na região, objeto de interesse do Projeto Brasil Central (2016). Tem-se como principais afetados famílias de trabalhadores rurais, assentados, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas que tradicionalmente ocupam os territórios, cuja autonomia no uso e controle dos recursos naturais está sendo ameaçada com o avanço do agronegócio. Essa perda da autonomia impõe sérios limites na reprodução física e cultural das comunidades afetadas, atingindo, inclusive, as formas tradicionais de mediação, representação e mobilização política.

Para efeito de exposição, sistematizou-se este artigo em três itens, incluindo esta introdução. No primeiro item são analisados a especificidade e os efeitos da devastação causada pela monocultura de cana de açúcar no sul do Maranhão. No segundo item, são apresentadas as agroestratégias do agronegócio e seu efeito imobilizador da força de trabalho no leste do Maranhão. Em ambas situações apontam-se as formas cotidianas de resistência e a dinâmica da mobilização e representação política na mediação desses conflitos. Nas considerações finais, é retomado o corrente debate em torno do custo social do pensamento "desenvolvimentista" que fundamenta os atos de Estado na validação desses empreendimentos econômicos.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 20 03/12/2019, 14:51

2 A monocultura da cana de açúcar e a devastação do "garimpo do babaçu"

No sul do Maranhão, decidiu-se ampliar as observações já realizadas por estudos anteriores sobre a expansão do agronegócio e investimentos em monoculturas de eucalipto para atender às demandas da agroindústria Suzano Papel e Celulose[2]. Optou-se, no Projeto Brasil Central, por mapear a expansão da produção da cana de açúcar em uma área conhecida, no passado, como "garimpo do babaçu", a fim de compreender as especificidades desse processo de devastação e suas conexões com o empreendimento da Suzano e com as agroestratégias identificadas no leste do estado.

O município de Campestre do Maranhão[3] - segundo estimativas oficiais para o ano de 2016 (IBGE, 2010) - possui aproximadamente 14.127 habitantes, compreende uma área de 615,379 km² e faz fronteiras com os municípios maranhenses de Ribamar Fiquene, ao norte; Porto Franco, ao sul; Lajeado Novo, ao leste; e com o estado do Tocantins, ao oeste. De acordo com a descrição dos agentes sociais participantes da pesquisa, somente quatro povoados continuam existindo no município, apesar da devastação gerada com a expansão do empreendimento da Maity: Cabeceira Grande, Cachimbeiro, Ramal do Cachimbeiro e Vila Nova.

Entre as décadas de 1950/1970[4], o município fazia parte de uma "região"[5] popularmente conhecida por "garimpo do coco babaçu", assim denominada em função da predominância da palmeira do coco babaçu e de um tipo de economia específica que atraia homens e mulheres de outras regiões, onde o acesso e uso de recursos naturais já davam sinais de esgotamento. Esse contingente vinha de outros estados e povoados vizinhos, resultado de processos denominados

---

[2] Sobre os efeitos desse empreendimento no município de Imperatriz-MA, ver as dissertações de: Nóbrega (2015), Pereira dos Santos (2015) e Gomes (2019).

[3] Até 1994 o povoado de Campestre do Maranhão pertencia ao município de Porto Franco, sendo emancipado e elevado à categoria de município pela Lei Estadual n° 6.143, de 10/11/1994.

[4] O planejamento público do Maranhão, nas décadas de 1970/1980, amparado pela Lei de Terras 2.979 de 17 de julho de 1969, conhecida popularmente como Lei Sarney de Terras, estimulou investimentos privados, alicerçados por discursos desenvolvimentistas que justificavam a promessa de "Modernização da Agricultura". Entretanto, o que se observou, ao longo dessas décadas, foi a abertura das fronteiras agrícolas que resultou na mercantilização de terras, implicando, consequentemente, confrontos envolvendo famílias de trabalhadores rurais e povos e comunidades tradicionais que, secularmente, ocupavam essas áreas, tendo autonomia no uso e controle dos recursos naturais de seus territórios (ARAUJO, 2015; 2013).

[5] Termo aqui utilizado no sentido atribuído por BOURDIEU (1998).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 21 03/12/2019, 14:51

por Velho (2013) de "frentes de expansão", conforme também explicita a entrevistada abaixo:

> Antigamente vinham dessas áreas todinha aí onde tem cana, eles vinham depois do dia 20 de abril... Aí eles começavam a vir para cá e faziam aqueles galpãozão para quebrar o coco babaçu. Eles se hospedavam e ficavam aqui até setembro, de abril a setembro, quebrando coco babaçu e juntando dinheiro para levar para casa. Vinham muitas famílias de São João do Paraíso, de Coroatá, de Peritoró, de Campo Maior do Piauí. Vinha gente de todo lugar para quebrar coco. (Cleonice Rodrigues Guimarães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Campestre, entrevista concedida dia 12 de agosto de 2017).

A história oral remete à década de 1950, quando o comércio de amêndoa de babaçu na cidade de Belém - Pará era bastante aquecido. Havia um interesse comercial pela amêndoa do coco babaçu, que fazia com que vários barcos motores saíssem carregados dos portos de Tocantinópolis (Tocantins) e de Porto Franco (Maranhão) rumo ao estado do Pará. Na narrativa abaixo, a entrevistada relembra o ritmo e a rede de comercialização da economia do babaçu:

> Era o seguinte: tinha um cara, que até se elegeu prefeito a custa dos votos de quebrador de coco, o Raimundinho Milhomem de Porto Franco. (...) Ele vinha toda segunda feira, lotava aí dois caminhões. Ás vezes ele vendia para TOBASA, em Tocantinópolis[6], e às vezes ele levava para Belém. ( ) Aqui não tinha uma farmácia, esse cara tinha dois apelidos: um era Raimundinho Rebojo e o outro era Raimundinho. Aqui dava muita febre, até em macaco e quando as pessoas ficavam com febre, você não tinha uma farmácia para comprar remédio!! E quando ele vinha de Belém, ele trazia (remédio) para as pessoas se curarem da febre. (Cleonice Rodrigues Guimarães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Campestre, entrevista concedida dia 12 de agosto de 2017).

[6] ??

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 22 03/12/2019, 14:51

No tempo a que se refere a entrevistada, as terras estavam em campo aberto, não eram demarcadas conforme os critérios dos órgãos fundiários federal ou estadual. Eram apenas tituladas e registradas em cartório, consideradas "terras herdadas" e nos registros constavam os nomes dos irmãos Odilon e Elpídio de Vasconcelos Milhomem. Propriedades mais antigas como a chamada Três Barras, na beira do rio, e São José, mais próximo da mata, se tornaram rotas de fluxos migratórios maranhenses[7] de grupos familiares de *quebradeiras e quebradores de coco babaçu* e de grupos denominados de *sertanejos,* vindos de outros povoados e municípios. Em dezembro já voltavam para suas casas devido o período chuvoso.

No lugar onde atualmente se situa a sede do município Campestre do Maranhão, no passado, funcionava um dos postos de compra das amêndoas do coco babaçu e na propriedade Três Barras, havia outros postos de comércio, de responsabilidade de *compradores* conhecidos por Zeca de Brito e filho, José Barreto e Neuton Milhomem. O coco quebrado já tinha um *comprador* para negociar, conforme o local da coleta, ou seja, cada *quebradeira* ou *quebrador* já tinham um comprador fixo. O controle absoluto do produto, por parte dos donos ou responsáveis pelos postos de compra das amêndoas, era garantido a base do uso da força física e da pressão psicológica:

> Tinha área que eles arrendavam e cercavam**,** aí você tinha que... se você entrasse nessa área aqui e fosse vender o coco para uma outra pessoa, **você ia ser punido** os caras **tomavam o coco**, **derramavam** e **ficavam com ele** lá, não podiam passar. Por exemplo, se essa área está arrendada para você aqui, nó tinha que quebrar o coco e vender... só para ela. Se eles pegassem a gente quebrando em outro lugar e não vendesse o coco para aquela pessoa que tinha arrendado, mesmo que o preço fosse um pouquinho melhor**, eles tomavam**. (Cleonice Rodrigues Guimarães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Campestre, entrevista concedida dia 31 de janeiro de 2018).

Por vezes quem arrendava a área da coleta, era também o que "comprava" a amêndoa do coco e impunha limites, por meio de cercas, impossibilitando as práticas sociais das quebradeiras de coco babaçu. A dinâmica desse tipo de

[7] Santos (1983), Araujo (1996).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 23 03/12/2019, 14:51

comércio foi completamente alterada, de acordo com os relatos de moradores antigos do município entrevistados, a partir da década de 1970, quando Campestre passou a receber visitas de "investidores estrangeiros", entre eles japoneses e americanos. A partir desse momento começou um forte investimento em aquisição de terras dos pequenos proprietários residentes em Campestre, para dar início às plantações de milho e arroz. No decorrer de todo esse processo iniciaram-se as devastações dos babaçuais para dar abertura a esses novos cultivos, como monoculturas, com o objetivo de atender o grande mercado, gerando, assim, conflitos com famílias que viviam da produção familiar.

Aliados à agroestratégia de compra de terras dos proprietários mais antigos, os "investidores estrangeiros" contavam, para a sua instalação no município, com os investimentos públicos de infraestrutura, como a construção da BR-010, conhecida como Belém-Brasília, entre 1958/1960 – produto da política desenvolvimentista do então presidente da República Juscelino Kubitschek com a pretensão de promover a "integração" do Norte com o Sul do país. Posteriormente, a torre de transmissão da Embratel e a construção da ferrovia Norte Sul favoreceram a instalação de grupos de *moradores* nas margens da estrada. Esses grupos passaram a demandar por serviços de bens coletivos, como escolas, e por trabalhos temporários na agricultura e em outras atividades econômicas, que, gradativamente substituíram a prática do extrativismo do babaçu.

As relações comerciais tomaram outros rumos, inicialmente com a empresa MARFISA -S/A que ficou instalada somente um ano, sendo em seguida vendida a outro grupo empresarial, representantes da CAIMAN- S/A açúcar e álcool, que, também depois de um tempo, foi assumida pelo grupo responsável pelos negócios da MAITY bioenergia -S/A, uma usina de cana de açúcar que atualmente ocupa setenta e cinco por cento das terras do município de Campestre do Maranhão[8].

Tais investimentos públicos e privados intensificaram conflitos antigos entre grupos de fazendeiros e grupos de camponeses que viviam da roça e do extrativismo. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados[9]

[8] Outras empresas ligadas a esse ramo do agronegócio fizeram uso desse território: AGROSERVICE, CAIMAN, AYMAR, Agricola Renova.

[9] O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Campestre do Maranhão começou a ser organizado em 1994, foi fundado no dia 17 de maio de 1998. Atualmente está se desmembrando em dois: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Campestre e o Sindicado dos Agricultores e Agricultoras Familiares.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 24 03/12/2019, 14:51

ainda hoje acompanha a situação de uma família que, desde 1996, disputa 5 ha de terra, inicialmente com fazendeiros, depois com a empresa MAITY que, segundo os moradores entrevistados, costumava destruir suas roças com tratores.

Ainda por volta de 1984 os proprietários que possuíam uma maior extensão territorial, começaram a comprar as terras dos pequenos agricultores, para vender aos donos da Maity bioenergia -S/A, estratégia muito comum na região, muito próxima às práticas que Asselin (2009) denominou de *grilagem*. Desse modo começou a expansão das plantações de cana de açúcar ficando para trás as plantações de milho e arroz.

A primeira colheita de cana de açúcar aconteceu em 1987. Após a instalação da Maity Bionergia- S/A, os babaçuais desapareceram, gradativamente. O plantio de cana de açúcar ocupa atualmente setenta e cinco por cento das terras e as quebradeiras de coco que, ainda hoje, moram em Campestre, não conseguem mais sobreviver da sua prática, pois a devastação reduziu bastante o babaçual no município. A empresa, durante o seu processo de implementação no município, utilizou-se de algumas estratégias, quais sejam: desapropriação dos pequenos agricultores, trabalhadores rurais de suas terras; utilização de práticas de *grilagem* de terras e de repressão policial para expulsão de famílias das terras.

Tais agroestratégias eram adotadas, tendo em vista elementos subjetivos da relação construída entre os moradores da região. Aqueles que possuíam propriedades e uma situação econômica maior, conheciam bem o local e, em alguns casos, conseguiam "influenciar" outros moradores a "aceitarem" a chegada da empresa. Os moradores do município que foram vendendo seus pequenos lotes de terras à empresa tinham no imaginário uma noção positiva de "desenvolvimento", que seria algo "bom" para o município, expectativa que parece frustrada nos relatos sobre as mudanças e condições de trabalho e de salários oferecidas pela empresa e que resultaram em mudanças na mobilização política desses moradores, que, nesse percurso, transitaram das ocupações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, quebradeiras e quebradores de coco babaçu para trabalhadores e trabalhadoras da cana de açúcar, perdendo sua autonomia no uso do recurso natural para assumir a condição de assalariado.

A Maity Bionergia- S/A emprega muita gente, principalmente no período da colheita, são trabalhadores das diversas regiões do Brasil, inclusive dos

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 25 03/12/2019, 14:51

povoados do próprio município. Segundo os relatos de dona Cleonice Rodrigues Guimarães, a exploração aos trabalhadores começa ao chegarem nos locais de trabalho. Eles se deslocam de suas cidades em busca do serviço, muitas vezes por intermédio de agenciadores, custeando todas as despesas de deslocamento e, quando conseguem se empregar na empresa, precisam pagar hospedagens em quartos de aluguel desconfortáveis e inseguros, além dos gastos com alimentação e outras necessidades. O salário é insuficiente para suprir o que foi gasto, ficando assim dependente da empresa até o final da colheita. Tal compreensão se faz presente na fala de um cortador de cana de açúcar:

> Lá eles prometem meio mundo de coisas, quando chega aqui não tem nada, nem a metade do que eles prometem, prometem aluguel, para receber uma cesta básica passemos oito dias em uma greve, para receber e agora temos que trabalhar vários dias sem folga para pagar os dias que ficamos parado. E o nosso salário é na produção, nós é que temos que fazer. Pra conseguir tirar mil reais, temos que cortar 70 a 80 metros por dia e se fizer 20 ou 30 metros ainda pega falta e perde a cesta básica. (D.B.V., funcionário da Maity Bionergia-S/A, entrevista concedida dia 12 de agosto de 2017).

Aliado às condições de trabalho, os trabalhadores estão submetidos a outras relações de exploração dentro do município, conforme explicita Dona Cleonice Rodrigues Guimarães .

> um problema seríssimo essa questão do aluguel, porque os donos de casa de aluguel eles exploram esses trabalhadores demais. Há três anos atrás eles alugavam um quartinho por R$ 120,00 e lá morava o tanto de trabalhadores que coubessem. Hoje não, eles alugam agora por cinco vezes o valor do aluguel. Nós temos quartinhos aí que eu não daria nem R$ 50,00 para morar neles e eles alugam por R$ 400,00 para dois trabalhadores. É R$ 150,00, por cabeça o preço do aluguel aqui. Não é pelo preço do imóvel que eles estão alugando, é por pessoa. (Cleonice Rodrigues Guimarães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Campestre, entrevista concedida dia 12 de agosto de 2017).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 26 03/12/2019, 14:51

Percebe-se que a relação de exploração do trabalho se assemelha a dos tempos do "garimpo do babaçu", ou seja, mudam-se os negócios, mas permanece a relação de trabalho que, dentro da lógica do argumento desenvolvimentista, seriam classificadas como pré-modernas ou arcaicas.

FOTO 1: Vinhaça: líquido que sobra depois de todo o processo industrial da cana-de-açúcar, utilizado depois como fertilizante para a plantação da cana
Foto: Silnério da Silva Reinaldo.

Durante o seu processo de instalação e com o decorrer de suas atividades no município, além de ter provocado a devastação dos babaçuais, o investimento na monocultura da cana de açúcar afeta as plantações dos moradores que ainda vivem dos seus próprios cultivos. Além da aplicação de agrotóxicos lançados por avião, a empresa produz uma vinhaça - uma espécie de veneno e adubo lançados para proteger as plantações de cana de açúcar das pragas e que mata outros tipos de plantações e animais, causando, além disso o mal cheiro que que atinge os moradores próximos aos canaviais.

> Tem enxofre, cal, meio mundo de coisas que eles botam, que se o animal consumir vai ter problema, quando cai nos açudes

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 27 03/12/2019, 14:51

> de peixe. A gente já acionou várias vezes o IBAMA, já teve umas vezes que o tanque desses rompeu e a água caiu no rio Lageado e matou meio mundo de peixe que os caras juntavam era com uma canoa. Nós temos até fotos de peixes que morreram que a gente fotografou, morreu até Sucuri uma vez, veio até a imprensa. Agora que está chovendo, se esbarrerar a água forte da chuva do jeito que está chovendo, morre todos os peixinhos, por causa da falta do oxigênio, a gente já viu peixe modificado no rio Água Boa. Segundo o IBAMA, a modificação é por conta da vinhaça (Cleonice Rodrigues Guimarães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Campestre, entrevista concedida dia 28 de fevereiro de 2019).

Outro dano ambiental ocorre nos períodos da colheita da cana de açúcar, conforme relata esse morador do povoado Cachimbeiro, um dos poucos existentes, próximo a área do canavial

> Na primeira colheita que teve de cana de açúcar a minha casa quase pegou fogo, porque ela era de palha, então tiveram que chamar um carro pipa e molharam ela todinha, eu saí e deixei ela lá, aí, me chamou para eu ajudar tocar fogo na cana, mais eu não quis, nunca quis trabalhar para essa empresa. (José Almeida morador do povoado Cachimbeiro).

A pressão da monocultura da cana de açúcar dificulta a vida nesses povoados, na medida em que impede as práticas tradicionais de agricultura e do extrativismo vegetal.

> Está cada vez acabando a possibilidade de se plantar na terra, porque a indústria aumentou porque você naquela época como eu falei no início, a fazenda Palmeirinha plantava o milho e o arroz, mas ela evoluiu de tal forma, cresceu a tecnologia, avançou tanto que hoje temos a indústria de álcool e açúcar então haja vista que esse aumento tomou o espaço do trabalhador rural. Muitas pessoas que tinham pedacinho de terra hoje arrendam para a indústria e em vez de plantar o feijão, o arroz e o grão que nunca o ser humano vai deixar de necessitar desse grão, o ser humano não pode viver sem comer sem essa manutenção. Então o resultado de tudo isso, resumindo aqui, é que a população teve os benefícios, mas

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 28 03/12/2019, 14:51

> teve a devastação e hoje a gente tem que comer caro e tem que comprar. (Maria Pereira dos Santos Sousa, moradora de Campestre, entrevista concedida em 31 de janeiro de 2017).

A entrevistada sintetiza o efeito da devastação provocada por uma monocultura que não somente desmata, como também impõe sérios limites às relações sociais que garantem a existência de grupos e povos tradicionais. Hoje, conforme ela ressalta, a despeito de um discurso de "desenvolvimento econômico", há um processo de empobrecimento dos agentes sociais que precisam adquirir no comércio local todos os produtos necessários a sua existência, comprando e pagando um valor elevado por produtos que antes eles mesmos eram capazes de produzir.

3 Agronegócio, agroestratégias, imobilização da força de trabalho e resistência

Em Caxias e Coelho Neto buscou-se investigar como as empresas voltadas para o agronegócio estabelecem domínio e controle sobre os recursos naturais. De um lado, objetivou-se perceber as agroestratégias construídas no controle e uso desses recursos e de outro, analisar como famílias de trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e quilombolas, a partir do saber local, criam estratégias de mobilização e formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) contra as imposições econômicas impetradas pelos modelos de desenvolvimento econômico difundido e praticado pelo agronegócio.

O avanço do agronegócio nos últimos vinte anos na região de Coelho Neto, Afonso Cunha e Caxias vem cada vez mais intensificando o desmatamento das matas nativas e processo de devastação que compreende a ação devastadora dos recursos naturais executada em toda a Amazônia Legal, distinta de pressões anteriores exercidas sobre os recursos naturais e sobre a economia extrativista, bem como as relações sociais e os conflitos sociais que caracterizam o processo predatório (ALMEIDA, 2005, p.27) e o intrusamento de territórios de povos e comunidade tradicionais.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 29 03/12/2019, 14:51

FOTO 2: Preparação para o plantio de cana de açúcar em Caxias - MA.
Foto: Adaildo Santos Pereira.

Como consequência, além dos problemas ambientais, com a contaminação do solo e do lençol freático pelo desmatamento e o uso indiscriminado de agrotóxicos[10], pela devastação das áreas de babaçu e de áreas destinadas à caça e pelo desaparecimento de riachos e lagoas, antes perenes, tem-se uma série de efeitos vivenciados e elencados pelos entrevistados como ações que têm imobilizado a força de trabalho e, consequentemente, alterado o modo de vida de famílias que ocupam tradicionalmente seus territórios. A intensificação de práticas de grilagem (ASSELIN, 2009) multiplicaram os casos de cercamentos de terras, os deslocamentos compulsórios e o "desaparecimento" de unidades sociais levando famílias a ocuparem áreas cada vez mais distantes, nas *quebradas dos morros*; o desmatamento e a devastação intensiva dos recursos naturais vêm alterando consubstancialmente o ecossistema, com o envenenamento do solo e dos recursos hídricos[11].

[10] Uma prática que está se tornando comum é a pulverização aérea de defensivos agrícolas como os agrotóxicos. Ao serem lançados, estes produtos alcançam rios, lagos, lençóis freáticos e plantações em geral, afetando diretamente os moradores.

[11] Nos casos aqui em estudo, as famílias vêm denunciando as formas desenfreadas de exploração dos recursos naturais e os impactos no meio ambiente caracterizados pela intensificação da devastação dos recursos naturais que tem trazido danos irreparáveis ao meio ambiente. Os efeitos na utilização do agrotóxico alcançam diferentes dimensões da vida social das famílias das comunidades, pois acabam utilizando a água contaminada dos lagos e riachos, assim

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 30 03/12/2019, 14:51

Em Coelho Neto o agronegócio está presente desde a década de 1970 e hoje a sua produção agrícola alcança municípios vizinhos de Duque Bacelar, Afonso Cunha, Buriti e Chapadinha com o avanço na produção de bambu e cana de açúcar. Segundo dados obtidos no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Coelho Neto, entre os anos de 1970 e 1975 o grupo Joao Santos começa a deter o domínio no uso dos recursos naturais e das terras cultiváveis, interferindo no modo de vida de famílias que ocupavam seus territórios tradicionalmente e promovendo deslocamentos compulsórios de trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e quilombolas que tiveram seus territórios engolidos pela plantação de cana de açúcar e bambu.

Com o intrusamento dos territórios tradicionalmente ocupados pelo agronegócio, duas formas de deslocamentos compulsórios de famílias são apontadas pelos entrevistados. A primeira delas é o "desaparecimento" completo de comunidades tradicionais dando espaço para as plantações de cana de açúcar[12], como é atualmente o caso das localidades Salgado, Paú e Olho D'Água Pequeno. Segundo informações obtidas no STTR de Coelho Neto, outras localidades estão sob ameaça de serem colocadas à venda pelo grupo, como, por exemplo, a comunidade quilombola Cocal. Além do Quilombo Cocal também foram colocadas à venda algumas comunidades como Olaria, Bacha Fria e Santa Maria.

O resultado é o deslocamento dessas famílias para a sede municipal ou para outras localidades mais distantes, denominadas pelos entrevistados de *quebradas de morro,* e/ou sem pouca ou nenhuma infraestrutura, o que dificulta a manutenção do seu modo de vida. O deslocamento de famílias de comunidades inteiras para outras localidades, antes de ser uma oportunidade de recomeço, como as empresas do agronegócio querem fazer crer, continua sendo uma forma de imobilização da força de trabalho, pois ocasiona a perda da autonomia no uso e controle dos recursos naturais.

também como nos alimentos consumidos provenientes, inclusive, de seus próprios roçados, que acabam sendo contaminados.

[12] No ano de 2007 foi produzido pelo Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA/UEMA) e pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) o Fascículo 19 denominado Quilombolas de Coelho Neto. Neste fascículo os quilombolas mapearam algumas comunidades quilombolas que foram tragadas pelo avanço do agronegócio na região. Entre as que "desapareceram" as comunidades quilombolas Encantado, Taboca, Conga, Escondido e Centro do Grotão (GAIOSO et al., 2007).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 31 03/12/2019, 14:51

Um caso específico é a situação do povoado Curupati. Famílias que tiveram seus territórios ocupados pelo plantio de cana de açúcar foram obrigadas a se mudarem para as *quebradas dos morros*. Antonia Cordeiro do Nascimento, 89 anos, moradora do povoado Curupati, narra como as famílias são retiradas de seus territórios.

> Só deram mesmo o lugar para fazer. Só disseram. Eles que escolheram aqui. Tiraram mesmo as casas e colocaram a gente pra cá. Mas não ajudaram em nada. Aí cada um fez sua casinha aonde quis, em cima das pedras.... Aqui era um pedregoso mais enorme do mundo como ainda é, nem criar a gente não pode (Antonia Cordeiro do Nascimento, entrevista realizada em 16 de novembro de 2017).

Na fala acima de D. Antonia Cordeiro do Nascimento, percebe-se a situação de subordinação a que são submetidas as famílias. A proibição de criar animais de grande e médio porte é apenas uma das ações de imobilização da força de trabalho. Como as plantações de cana de açúcar que circunda a localidade de Curupati, assim como muitas outra no município, não há cercas, a criação de animais é proibida com a alegação que invadem e destroem as plantações. Estando também cercada pelas plantações de cana, não há terreno livre nas proximidades para o cultivo de *roçados*, levando as famílias a produzir suas roças em terrenos bem distantes.

Essas estratégias de imobilização da força de trabalho utilizadas pelas empresas também ocasionam outro tipo de deslocamento, cujas causas são: o impedimento de cercar terras, de criar animais, a obrigatoriedade de pagar renda, a proibição de melhorias nas habitações (construção de casas de alvenaria) e de benfeitorias (construção de casa de farinha) e impedimento de cultivarem roças. Essas formas de imobilização faz com que as famílias percam aos poucos a autonomia no uso dos recursos naturais, dificultando a permanência no território. Tratam-se de estratégias comuns que estão presentes nas falas de todos os entrevistados das localidades Curupati, Ermo, Piranhas e Centro do Açude, no município de Coelho Neto, mas também no município de Caxias, nas localidades de São Martinho, Engenho D'água e Ouro Verde.

No município de Caxias, a COMVAP – Açúcar e Álcool LTDA, empresa do Grupo Olho D'água com sede em Pernambuco, vem produzindo cana de

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 32 03/12/2019, 14:51

açúcar nas proximidades das margens do rio Parnaíba[13], na localidade de São Martinho. As estratégias utilizadas pela COMVAP não se diferem da do grupo João Santos. Uma das agroestratégias é a construção de um discurso de emprego e renda para as famílias impactadas e de progresso e desenvolvimento para a região. É construído, portanto, um imaginário de progresso, de melhoria de vida, pautado na promessa de um salário fixo e de benfeitorias para a localidade que vai sendo desconstruído a cada ação de imobilização da força de trabalho.

A primeira delas é o fato de os trabalhadores não serem fichados na empresa. Ser fichado significa ter emprego fixo, com carteira assinada que lhes garantiriam certa estabilidade financeira. Os moradores de São Martinho alegam que cabe a eles apenas os trabalhos nas lavouras em determinados períodos do ciclo produtivo. Alguns poucos moradores conseguem ser empregados no trato da lavoura, mas classificam essa forma de trabalho como *escravismo moderno*, dadas as circunstâncias de exploração da força de trabalho, das próprias condições do trabalho e do salário recebido.

Afirmam também que os empregos na usina no município de União, no Piauí, do outro lado do rio Parnaíba, não podem ser ocupados pela alegação de que a travessia do rio pela balsa não é confiável e que qualquer problema na manutenção ocasionaria na ausência dos empregados no trabalho. A empresa estaria também alegando que a travessia do rio pelas canoas, atividade realizada cotidianamente pelos moradores, não seria segura e que não poderia se responsabilizar por qualquer prejuízo que venha porventura ocorrer.

Os entrevistados também narram a dificuldade na manutenção e produção de seus *roçados* e de criar animais soltos. Segundo dados obtidos, quando um animal é pego nas áreas dos plantios é confiscado pela empresa e só podem ser retirados após pagamento de multa calculada a partir de *diárias* que varia conforme os dias de confinamento do animal[14].

Em entrevista como o Senhor Zé Afonso, ex-presidente da associação de São Martinho, o desmatamento e o processo de devastação das matas ocasionou também o desaparecimento da caça e babaçuais. Ele afirma que o extrativismo

[13] A COMVAP, do outro lado do rio Parnaíba, no Piauí, no município de União, o grupo possui usina de açúcar e álcool.
[14] Segundo informações dos entrevistados de São Martinho, a diária de um animal de grande porte chega a custar R$ 100,00, o que impossibilita a retirada do animal pelos trabalhadores.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 33 03/12/2019, 14:51

do coco babaçu fazia parte da economia familiar, e que se hoje fossem sobreviver do coco, morreriam de fome "porque a área, que eram áreas de chão, desmataram tudo só pra eles, pros beneficiário".

Além da cana de açúcar e bambu, a soja também vem ocupando espaço no município de Caxias e Afonso Cunha. Em Caxias, grandes áreas estão sendo desmatadas e cultivadas pelos denominados *Gaúchos*. O plantio de soja vem impactando famílias e comunidades na região. Famílias do povoado Ouro Verde vem sendo ameaçadas de perderem suas terras. Segundo os entrevistados, as "negociações" em torno do deslocamento de famílias de seus territórios tradicionalmente ocupados estão sendo realizadas de forma arbitrária. Os moradores do povoado Ouro Verde se recusam a deixarem seus territórios para viverem em uma espécie de vila construída para essa finalidade. Alegam que não basta uma casa no padrão que não condiz com a deles, sem uma planta na porta ou no *terreiro* e sem árvores frutíferas e outras formas de construções e benfeitorias, como os galpões onde guardam seus instrumentos de trabalhos e produtos originários das roças. E alegam também não ter água, nem energia elétrica. Afirmam que o território pertence a eles e que não é justa essa forma de acordo. Exigem a garantia de permanência no território.

Da mesma forma que as demais situações apresentadas, as plantações invadiram seus territórios, suas áreas de roças, impedindo a reprodução física e social das famílias. Cercamentos e proibição de *botarem roças* fazem parte das estratégias de imobilização a força de trabalho. Segundo Dona Jesus da Costa, moradora do povoado Ouro Verde há 46 anos,

> Eles disseram, vamos procurar um lugar para gente mandar construir a casa, a gente manda cavar um poço pra vocês ai o damos com água. Aí a gente escolheu aquele canto da terra, deram as casas, mandaram ralar o chão e o poço que já secou, lá tá seco, aquilo tudo seco. Aí fizeram lá as casas, não terminaram tudo e queriam porque queriam que a gente saísse daqui sem água, sem energia, lá de jeito nenhum era pra gente sair. Como que nós vamos sair daqui se nós estamos aqui no lugar da gente, sossegado, com água? Aí leva esse idoso aqui, essa criança especial, um bem ali assim é especial. A gente vai no lugar daqueles sem ter nada, não tinha condições, no lugar daqueles sem sombra, sem nada, só poeira. (entrevista realizada em 16 de novembro de 2017).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 34 03/12/2019, 14:51

Essas formas de imobilização da força de trabalho ao comprometer a reprodução física e social das famílias, como regra, não deixam muitas alternativas para esse segmento social: ou se submetem às condições impostas pelas empresas ou são forçadas a deixarem seus territórios e seus modos de vida. Entretanto, os dados empíricos apontam que há outras alternativas e uma delas passa pelas formas cotidianas de resistência, o que se percebe na narrativa de D. Jesus que apresenta a resistência dos moradores para permanecerem em seus territórios. Percebe-se, portanto, que na intensificação do processo de devastação há também o redimensionamento na dinâmica das lutas sociais que envolvem diferentes povos e comunidades tradicionais e sua resistência aos efeitos predatórios ocasionados por práticas de conflitos socioambientais e agrários.

Essas práticas sociais cotidianas de confronto com as formas de imobilização impetradas pelo agronegócio podem ser anunciadas como formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) e se caracterizam, entre outras coisas, pela manutenção de práticas tradicionais se contrapondo às imposições e limitações das empresas do agronegócio na região. A permanência em seus territórios, denúncias de devastação ambiental, manutenção do cultivo das *roças* e a criação de animais mesmo em áreas mais distantes ou em áreas proibidas pelas empresas são algumas dessas práticas.

Como um desses exemplos, pode-se citar a situação da comunidade Piranhas no município de Coelho Neto. Os moradores que foram expulsos de seus territórios, mesmo morando agora na sede municipal, mantêm vínculo ainda com o território, estabelecendo outra forma de territorialidade. Persistem no cultivo das *roças* onde permanecem durante a semana retornando nos fins de semana para a sede municipal. A resistência também se apresenta na criação de animais e de construírem suas casas de alvenaria, mesmo diante das imposições feitas pelo Grupo Joao Santos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre as lutas e as formas de resistências dos povos e comunidades tradicionais em conflito com o agronegócio, nos deparamos com planos e projetos econômicos privados e de infraestrutura que tentam se justificar por meio de discursos amparados por uma ideia de "desenvolvimento", que, há

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 35 03/12/2019, 14:51

séculos, associa crescimento econômico com a mercantilização dos recursos naturais.

Tal pensamento é legitimado por atos de Estado (BOURDIEU, 2014) e as situações de conflitos mapeadas no âmbito do Projeto Brasil Central nos colocam diante de questões ainda em aberto: o ambicionado "desenvolvimento" tão confortavelmente sedimentado no imaginário do senso comum e douto, de fato, deve servir a quem? E quem deve bancar o preço? Seriam os povos e comunidades tradicionais diretamente afetados aqueles que devem ir ao sacrifício?

Os investimentos econômicos e planos oficiais de desenvolvimento construídos nas regiões sul e leste maranhense têm negado direitos de povos e comunidades tradicionais, subtraindo seus territórios e interferindo nos seus modos de vida. Hoje nos deparamos com um quadro de sucessão de ataques aos direitos conquistados por esses povos historicamente.

Por sua vez, os planos oficiais de desenvolvimento econômico vinculados ao agronegócio identificam-se pela expropriação e não reconhecimento dos direitos tradicionais e o Estado atua como um agente desses conflitos socioambientais, na medida em que financia tais empreendimentos, investe em infraestrutura, contribuindo com a devastação que afeta diretamente a existência desses povos.

Ao longo dos dois anos de execução do Projeto Brasil Central, por outro lado, contactamos grupos de trabalhadores rurais, quebradeiras de coco babaçu e quilombolas que têm resistido aos efeitos desses investimentos. Em resposta, a essas agroestratégias, as comunidades se organizam e criam formas de resistência contra as imposições econômicas implantadas pelos megaempreendimentos. Criam e recriam suas formas de representação política, via sindicados ou associações locais, reinventam manifestações coletivas e ações de denúncia dos efeitos da devastação, revelando a incapacidade do discurso oficioso desenvolvimentista de se auto sustentar.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. "Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios" in Acselrad, H.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 36 03/12/2019, 14:51

(org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro: Ed. Lamparina. 2010 pp.101-143

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo.** In: Pesquisa Antropológica. Brasília, n° 9-10, 1976.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de *commodities* e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/movimentos Sociais no Campo: a trama de uma construção conjunta de uma política pública no Maranhão.** UEA edições, Fortaleza, 2013.

_____. **Entre a cerca e o asfalto**: a luta pela posse da terra em Buriticupu. (monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais). UFMA, 1996.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz: Ed. Ética, 2009.

_____Grandes Projetos e Devastação: interpretação das formas cotidianas de resistência no oeste do Maranhão. In: NOVAIS, Jurandir Santos de, MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. (org) **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. UEA Edições, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Còllege de France (1989-92). (trad) Rosa Freire d'Aguiar – Paulo: Companhia das Letras, 2014. Pg 29-79.

_____**. O poder simbólico.** 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

FERNANDES, B. M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos et all. **Quilombolas de Coelho Neto-MA**. Fascículo n° 19, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Serie Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos. Caxias, 2007.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 37 03/12/2019, 14:51

GOMES, Felipe da Cunha. **Eu nem queria, mas eu estou vendo que é obrigada a gente querer**: uma análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA). (Dissertação de Mestrado em Cartografia Social e Política de Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão). São Luís, MA, 2019.

NOBREGA, Mariana Leal Conceição. **Enfrentando a sucuri verde: resistência camponesa e o território de uso comum** – o caso das comunidade agroextrativistas na Amazônia maranhense (Dissertação de Mestrado em Geociências da Universidade Estadual de Campinas). Campinas, SP, 2015.

PEREIRA DOS SANTOS, Adaildo. **"O bicho está em todo lugar"**: estratégias, políticas de resignação e resistências na Estrada do Arroz (Dissertação de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA). São Luís, MA, 2015.

PROJETO "CONFLITOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL CENTRAL". Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia/UEMA, 2016.

SANTOS, M. **Fronteiras:** Expansão Camponesa no Vale do Rio Caru. Relatório da pesquisa enviada ao CNPQ, 1983.

SCOTT, J. C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. (Trad.) Marilda A. de Menezes e Lemoel Guerra. In._ **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n.01, p. 10-31, Jan-Jun/2002.

Velho, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração na área da Transamazônica**. Zanar edições, São Paulo, 1972.

CARTOGRAFIA SOCIAL NO CERRADO PIAUIENSE: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS VIVENCIADOS EM BREJO DAS MENINAS E SANTA FÉ

Carmen Lúcia Silva Lima[1]
Marcia Leila de Castro Pereira[2]
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento[3]

Introdução

Este artigo aborda o processo de territorialização e os conflitos socioambientais vivenciados no Cerrado piauiense em decorrência da implementação da agricultura empresarial. A partir da experiência de mapeamento social realizado nas comunidades Brejo das Meninas e Santa Fé, localizadas no município de Santa Filomena, Estado do Piauí, evidenciamos o processo de invasão das serras, que até então eram *terras de uso comum* (ALMEIDA, 1989) dos povos e comunidades tradicionais. Por meio de relato etnográfico das situações vivenciadas, apresentamos a percepção destas coletividades e as ações empreendidas com o objetivo de resistir às agressões que sofrem. Ao final, refletimos sobre o processo de mobilização social e político em curso e o uso da designação *povos do Cerrado* como categoria identitária, uma estratégia politica, que visa reuni grupos diversos na luta pela defesa dos territórios tradicionais e contra o agronegócio.

As reflexões presentes neste texto são decorrentes de trabalho de campo realizado no sul do Piauí por uma equipe de pesquisadores do Projeto Nova

[1] Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI.
[2] Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e Professora Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI.
[3] Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 39 03/12/2019, 14:51

Cartografia Social da Amazônia - Núcleo do Piauí /UFPI[4], que realizou visitas, entrevistas, reuniões, registro audiovisual e oficina de produção de mapas e fascículo das referidas comunidades. Estas atividades tiveram início no dia 04 de novembro de 2016, quando pela primeira vez estivemos em Brejo das Meninas e Santa Fé, acompanhados de Paulo Henrique Sousa Santos e Altamiran Ribeiro Lopes, membros da Comissão Pastoral da Terra[5], que foram parceiros e colaboradores ao longo de toda a pesquisa. Graças a eles, nossa inserção na comunidade foi bastante tranquila, apesar da situação de intenso conflito nas comunidades. Fomos acolhidos e identificados como parceiros, o que nos permitiu fazer do campo uma *situação etnográfica* (OLIVEIRA, 2004) em que pesquisadores e pesquisados são atores que compartilham um mesmo tempo histórico e interagem com finalidades múltiplas e complexas, com visões e intenções diferenciadas.

A oficina de produção do mapa foi o ponto culminante do trabalho da cartografia social[6], pois neste momento os participantes definiram as situações que deveriam ser contempladas no mapa e as legendas. A partir de então, a equipe de pesquisa, acompanhada de moradores designados durante a oficina, realizou o georreferenciamento dos locais e ocorrências determinadas. O protagonismo dos moradores das comunidades despontou, evidenciando que

> As estratégicas cartográficas se configuram a partir das relações sociais que se estabelecem dentro do processo de produção dos mapas e que envolvem relações de poder político, econômico, social e cultural. Tais relações de poder assumem duas dimensões principais que, longe de se excluírem entre si, se complementam: as que partem do interior do grupo social e que refletem seus conflitos, problemas e contradições internos; e as que envolvem relações de conflito, disputa, luta e concorrência dos grupos sociais "cartografantes" com instâncias externas (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013:28).

[4] A equipe de pesquisa foi constituída de professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, que integram o Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia /UFPI (Carmen Lúcia Silva Lima, Márcia Leila de Castro Pereira e Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento), bolsistas (Cristhyan Kaline Soares da Silva - PIBIC/UFPI, Dayanne Thaís da Silva Santos - PIBEX/UFPI) e pesquisadores/as voluntários/as (Altamiran Ribeiro Lopes, Deanny Stacy Sousa Lemos, Ilana Magalhães Barroso e Paulo Henrique Sousa Santos).

[5] A Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem a bastante tempo acompanhando e assessorando as comunidades impactadas pelo agronegócio no sul do Piauí. Devido ao trabalho que realizam, seus agentes possuem relações bastante sólidas e gozam de credibilidade nas comunidades.

[6] Para o entendimento das práticas e definições de cartografia ver Ancerald (2013).

O nosso objetivo foi mapear os "esforços mobilizatórios, descrevendo-os e georeferenciando-os, com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades estudadas" (ALMEIDA, 2013: 28). Assim, no mapeamento realizado adotamos os princípios que regem a *nova cartografia social*.

> A proposição de uma "nova cartografia social", enquanto orientadora de práticas de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo "cartografia" e não pode ser entendida como circunscrevendo-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de "nova" visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas "experimentações" fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas [...] Esta descrição de pretensão plural compreende práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes, os quais contribuiriam à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço) e objetos (ALMEIDA, 2013:157).

As atividades realizadas resultaram na produção de dois fascículos com mapas: 1) **Comunidade Brejo das Meninas: luta e resistência pela posse da terra no Cerrado piauiense** e 2) **Território do rio Riozinho, Comunidade Santa Fé, Município de Santa Filomena: Conflitos Socioambientais e Impactos do Agronegócio no Sudoeste Piauiense**. Esta produção mostra que a cartografia social consiste num recurso de descrição etnográfica e os fascículos podem ser vistos como pequenas etnografias (MARIN, 2013: 103).

Bastantes vulnerabilizadas pela ação do agronegócio, as comunidades Brejo das Meninas e Santa Fé, estão localizadas no Cerrado piauiense, que é também área de atuação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA. Esta região tem recebido investimentos agrícolas desde a década de 1970. Atraído pelos baixos preços das terras e pelos incentivos dados pelo poder público, investidores passaram a explorar a região. O MATOPIBA veio apenas intensificar os investimentos e o processo de expropriação territorial que

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 41 03/12/2019, 14:51

já estava em curso. Como decorrência, houve um desmantelamento do processo de territorialização destas coletividades e eclodiram inúmeros *conflitos socioambientais*.

Acselrad (2004) emprega o conceito de *conflito ambiental* para designar os conflitos que envolvem grupos sociais detentores de modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. A gênese desses conflitos ocorre, segundo ele, quando um grupo se sente ameaçado por impactos indesejáveis derivados de ações de outros grupos. Lopes (2006) utiliza a categoria *ambientalização dos conflitos sociais* para fazer referência a uma nova questão social e pública. Para este autor, a questão ambiental seria uma nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos. As definições apresentadas pelos dois autores se aplicam a situação abordada neste texto, contudo, optamos pela categoria *conflito socioambiental* como uma forma de demarcar a centralidade e o protagonismo dos sujeitos envolvidos no conflito.

Territorialização e conflitos socioambientais no Cerrado piauiense

O Cerrado piauiense[7] abriga diversas coletividades tais como agricultores, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, brejeiros, indígenas e extrativistas que fazem a extração dos produtos nativos. O processo de territorialização vivenciados por essas populações evidencia a capacidade que elas têm de atribuir significado ao mundo em que vivem. As diversas formas de apropriação e uso da natureza resultam na constituição de *territorialidades específicas* (ALMEIDA, 2006), que foram possíveis de conhecer através do mapeamento realizado.

A geografia da região é constituída de serras e baixões. Historicamente as serras são concebidas como *terras de uso comum* (ALMEIDA, 1989), destinadas à caça, coleta de mel e frutos nativos; locais de pasto para os animais e extração de plantas medicinais. Os baixões são os lugares de residência, da prática da agricultura familiar, pesca e pecuária em pequena escala. Neles estão situados

[7] Segundo a Lei nº 5.966 de 13/01/2010, o Cerrado Piauiense é formado pelos seguintes municípios: Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Bertolinia, Santa Filomena, Gilbués, Currais, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Antônio Almeida, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí, Monte Alegre, Palmeira do Piauí, Manoel Emídio, Barreiras do Piauí, Corrente, São Gonçalo do Gurgueia, Redenção do Gurgueia, Elizeu Martins, Colônia do Gurgueia, Pavussu, Cristino Castro, Alvorada do Gurgueia e Parnaguá.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 42 03/12/2019, 14:51

predominantemente os recursos hídricos tais como rios, brejos, olhos d'agua, córregos e cacimbas.

Os conflitos existentes no Cerrado estão intimamente relacionados ao desmonte do referido processo de territorialização. Vejamos. A chegada dos "projeteiros", designação atribuída aos fazendeiros do agronegócio, produziu o desmonte do território tradicional. Os "projetos", nome dado aos plantios de soja e milho, invadiram as serras, inviabilizando todas as atividades antes praticadas nesse espaço, que como eles afirmam: "não era de ninguém, por que era de todo mundo". Após usurparem as serras, agora avançam em direção aos baixões, intensificando ainda mais as contendas. Os povos do Cerrado acreditam que a cobiça dos baixões se deve predominantemente aos recursos hídricos que eles abrigam.

O conflito que se instalou está relacionado ainda a diversos outros episódios que são decorrentes da ação do agronegócio. A biodiversidade, segundo eles, está ameaçada, animais e plantas nativas estão desaparecendo e alguns em vias de extinção. Como consequência, a caça, a coleta do mel e o extrativismo do babaçu, buriti, pequi e fava-danta está sendo inviabilizado. A medicina tradicional encontra dificuldade de ser exercida devido à escassez de folhas, cascas e raízes nativas que antes eram utilizadas nos procedimentos terapêuticos locais.

Para agravar essa situação, mencionam o uso excessivo de agrotóxico. Inúmeras denúncias têm sido feitas. São recorrentes os relatos de casos tais como: envenenamento dos rios, brejos e olhos d'agua; adoecimento da população; morte de peixes, plantios atingidos por pragas antes inexistentes. A grilagem de terras, ameaças de morte, incêndios criminosos em roçados, desmatamento, assoreamento dos rios e proibição de deslocamento e acesso dentro do território tradicional são outros acontecimentos mencionados em campo. A conjuntura que se instalou com a chegada da agricultura empresarial é motivo de descontentamento e indignação.

Vejamos a partir de agora como essa problemática está sendo vivenciada em Brejo das Meninas e Santa Fé. O caso específico destas duas comunidades é bom para entender e refletir sobre os conflitos socioambientais existentes no Cerrado piauiense no momento atual.

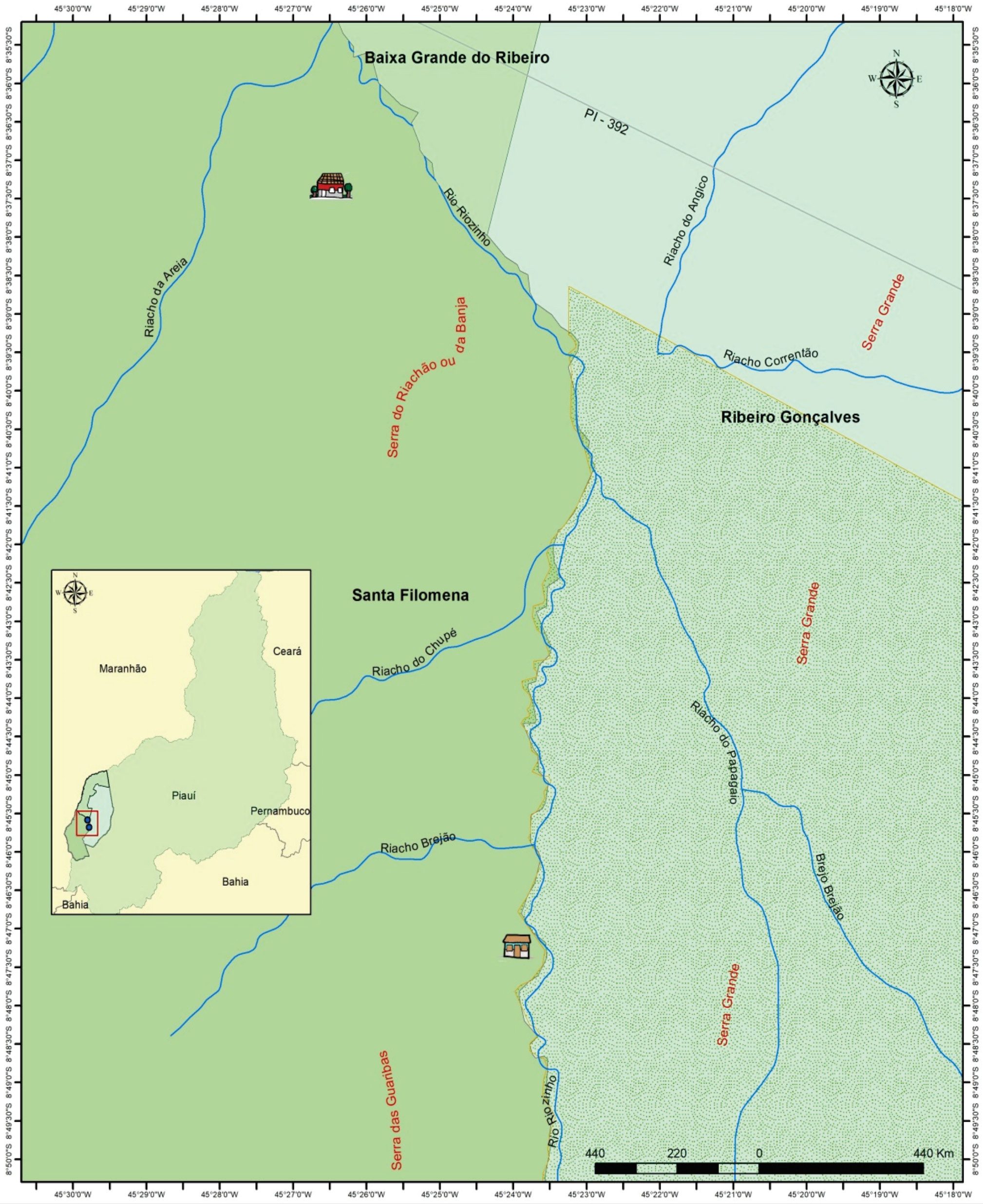
LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 43 03/12/2019, 14:51

A Comunidade Brejo das Meninas

A comunidade Brejo das Meninas está geograficamente localizada, na zona rural do Município de Santa Filomena, região sul/sudoeste do estado do Piauí. É constituída por agricultores, ribeirinho e extrativistas, que vivem há mais de um século as margens do rio Riozinho. Segundo eles, é das águas do rio e das terras localizas nas suas margens, que tiram o sustento para suas famílias.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 44 03/12/2019, 14:51

Comunidades Santa Fé e Brejo das Meninas
Municípios de Santa Filomena e Baixa Grande do Ribeiro - Piauí



Legenda

Lugares de Referência

- Comunidade Brejo das Meninas
- Comunidade Santa Fé (Território do Riozinho)

Convenções Cartográficas

- Rodovias Estaduais
- Hidrografia
- Estação Ecológica Uruçuí -Una
- Santa Filomena
- Ribeiro Gonçalves
- Baixa Grande do Ribeiro
- Estado do Piauí
- Brasil

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Sirgas 2000
Base:
Limite dos Municípios do Estado do Piauí,
Acervos de Pesquisa de Campo realizadas
no Município de Santa Filomena - Piauí;
Fonte:
Informações Coletadas com Receptores GPS
em atividade de Campo;
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2018;
Ministério dos Transportes, 2018;
Agência Nacional de Águas - ANA, 2018; Instituto
Chico Mendes - IMCBio, 2018.
Equipe de Pesquisa:
Carmen Lúcia Silva Lima (PPGANT/UFPI)
Márcia Leila de Castro Pereira (PPGANT/UFPI)
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (PPGANT/UFPI)
Cartografia:
Jéssica M. B. Silva, 2019 (Bolsista- Bat/UEMA- PNCSA)

De acordo com os moradores, não há uma data precisa de quando a comunidade foi criada. A memória social do grupo (FENTRESS & WICKHAM, 1992) remete à década de 1870, quando ali chegou o senhor Ismael, reconhecido por muitos como o primeiro morador a se estabelecer na região[8]. Depois de dele, vieram outros moradores, que se fixaram e constituíram Brejo das Meninas. De acordo com dona Marciana: "primeiro veio meio avô, depois veio meu pai Teodoro, que veio do Uruçuí e se casou com a filha de Ismael, meu avô. Então eles começaram a trabalhar e foram aumentando a família". Ainda segundo dona Marciana, outro morador que também chegou à região nesse mesmo período, foi o senhor Pedro Pereira de Oliveira, que se estabeleceu nas proximidades e formou a Comunidade Chupé. Salvador Antônio Lopes, nascido em 1947, afirma que o processo de ocupação do local está relacionado à agropecuária, pois os primeiros habitantes viviam da agricultura, caça e da criação de gado solto. A existência de água foi o fator determinante para estabelecerem residência no local.

Quando se trata do tempo de existência das comunidades, os moradores foram unanimes em afirmar que se trata de uma "ocupação tradicional", pois as famílias atuais descendem dos primeiros moradores que foram citados. Esse pertencimento, também foi constatado por Spadotto e Cogueto (2019), quando analisaram os processos de grilagem e expropriação de terras em outras comunidades do sudoeste do Piauí.

Apesar de viverem na região desde o final do século XIX, quando iniciaram o processo de ocupação do Cerrado com suas roças e criação de animais, principalmente de gado, os moradores não tinham qualquer preocupação com a documentação da terra, pois acreditavam que eram donos pelo simples fato de morar e cultivar a terra. A necessidade de registro da propriedade só passou a ser conhecido na década de 1950, quando o senhor Teodoro, genro de Ismael, resolveu solicitar o registro da propriedade.

> Quando o meu bisavô registrou em 1950, botou o nome de pedrinhas; realmente era o nome da fazenda, mas como o Brejo das Meninas foi mais fácil de chamar. É histórico o

[8] Alguns relatos informam que a presença indígena antecede a chegada de Ismael no local.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 46 03/12/2019, 14:51

> Brejo das Meninas, mas na verdade não é Brejo das Meninas, é Pedrinhas (...) Agora saibam senhoras e senhores, que o seu Ismael chegou em 1870, a família do seu Juvencino também chegou nesta época e em 1901 nasceu Teodoro Rodrigues Miranda, que em 1957 pleiteou uma ação de uso capião nesta área da divisa do brejo do Piteu ao brejo das Aboboras, lá na divisa do avô do seu Jorge. O certo é que até o dia de hoje não foi movimentada a matricula 489 (Gervásio, bisneto de Ismael, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

> Eu nasci aqui e me criei aqui, sou filho da Maria Lopes. Meus avôs não eram daqui. Quando meu avô veio pra cá, não morava ninguém aqui (...) senhor Ismael, foi o primeiro a vim pra cá, viu que dava pra morar por aqui, pois tinha água (...) ele era do Uruçuí Preto (Salvador Antônio Lopes, neto de Ismael, Comunidade Brejo das Meninas, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

Mais uma vez constatamos nos relatos acima, a afirmação de uma "ancestralidade" sobre a posse da terra. Esta é, portanto, passada de geração em geração, vindo do trisavô, passando para o bisavô, que passa para o avô, chegando às gerações atuais. Tal situação, segundo Spadotto e Cogueto (2019), não se refere apenas a uma necessidade de manutenção do cotidiano tradicional das comunidades camponesas, mas trata-se principalmente de demonstrar uma resistência que foi e vem sendo construída em oposição ao agronegócio e ao mercado de terras, que se estabeleceu na região.

Contrariando a lógica da produção agroindustrial, voltado para o mercado de *comodities,* as comunidades da região do Cerrado lutam pela manutenção de um modelo de produção agrícola que respeite as características locais e que viabilizem a sustentabilidade das pessoas e do meio ambiente. O que significa dizer que estas comunidades lutam pela manutenção de uma forma de vida que tem como base as atividades produtivas tradicionais. Seguindo nessa perspectiva, concordamos com Spadotto e Cogueto quando afirmam;

> Resumidamente, podemos afirmar que as comunidades camponesas na região visitada, além de responsáveis pela preservação do ambiente físico e biológico (promovendo preservação e restauração de nascentes, corpos d'agua, solo,

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 47 03/12/2019, 14:51

> biomassa vegetal e biodiversidade da fauna e flora), auxiliam na preservação de práticas culturais comprovadamente benéficas, tanto para a população local quanto para o desenvolvimento social de forma geral. Isso porque a agricultura camponesa trata de uma interrelação direta entre indivíduo e o meio ambiente, que apenas será mantida se mediado pela produção agrícola ecologicamente viável e historicamente aprendida (SPADOTTO E COGUETO, 2019: 211).

Seguindo os relatos colhidos na comunidade, verificamos que a manutenção da vida comunitária depende fundamentalmente da produção de alimentos pelos moradores, ou seja, da agricultura de subsistência. Segundo eles, a comunidade se auto sustenta com os produtos agrícolas e a pecuária.

> Aqui a nossa renda é mais da agricultura. Eu, por exemplo, trabalho de roça. Crio os meus gadinhos ali na propriedade. Muitas vezes quando o negócio aperreia, eu vendo um bezerro para a gente socorrer alguma coisa né (Jovencino, Comunidade Chupé, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

> Eu sou trabalhador rural, tenho uma propriedade que é no nome da minha esposa, Joaquina Maria da Conceição. Eu vivo do meu trabalho, vendo a farinha, feijão, inclusive ontem, o caminhão levou quatro sacas para Santa Filomena. Eu vivo às custas do meu trabalho, produzido de minha roça (Manuel Alves, Comunidade Brejo das Meninas, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

> Eu também vivo da roça. Tem ano que vendo farinha, outro ano vendo um prato de feijão. Aqui e acolá falta, não dá para vender, a gente dá uma saída na serra[9], pega um troquinho para defender o que tem, para não tirar da boca dos filhos. Mas nessa luta. É da roça sempre (Geraldo, Comunidade Brejo das Meninas, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

[9] Devido à situação de empobrecimento, alguns moradores sobem a serra para trabalhar nas fazendas do agronegócio, ocupando-se de atividades tais como arrancar tocos, apanhar raízes e fazer cercas. A contratação das pessoas tem sido utilizada como uma forma de dividir e cooptar membros das comunidades. As condições de trabalho são bastante precárias, com relatos de violação dos direitos trabalhistas.

Mesmo diante das afirmações e constatações de que a agricultura de subsistência tem sido desde sempre a base da sobrevivência da comunidade, esse sistema vem sendo ameaçado e passando por grandes mudanças. Uma das principais mudanças diz respeito à criação de gado solto, que era feita nas serras, ou seja, as chapadas eram tradicionalmente o espaço da pecuária. No entanto, a partir dos anos 1980, iniciam-se os conflitos de terras, intensificados nas décadas seguintes, após a chegada de "projeteiros" na região, dificultando a criação de gado pelos moradores das comunidades.

A instalação de grandes projetos e a grilagem de terra tem causado grandes transformações tanto no nível de produtividade, quanto no processo de preservação do meio ambiente, ocasionando sérios impactos ambientais. Apesar de toda essa influência, a roça, ainda continua sendo o principal meio de subsistência da população.

> O que eu vou lhe dizer, eu estou com sessenta e três anos, eu nasci em me criei na roça. Todo ano o inverno era bom, era mandioca, milho, arroz, (...) fava se estruía muito. Aí depois que meus pais faltaram, ficou eu e meus irmãos tudo trabalhando com os filhos. Depois que apareceu o projeto em cima da serra, não tem água, não tem lugar que dê mandioca, nem lugar que dê arroz (Sabina, Comunidade Brejo das Meninas, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

> Que nem eu, tenho 49 anos de idade, tenho mais de 30 anos trabalhando em roça e não tenho um pedaço de terra(...). É que o proprietário não quer deixar a gente morar na terra, porque passa a ter direito à posse da terra. Tem medo" (Antônio Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Filomena, abril de 2017).

De acordo com os participantes da oficina de mapas, a grilagem de terras no sul do Piauí é hoje recorde. Tal prática, além de expulsar os pequenos posseiros de suas terras, coloca suas vidas em situação de risco; havendo, inclusive, vítimas de ameaça de morte; expulsão de moradores de suas terras e casos em que o posseiro foi amarrado, jogado na carroceria de uma camionete e retirado de sua propriedade.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 49 03/12/2019, 14:51

A chegada do agronegócio no Cerrado pode ser considerada o fenômeno de maior modificação da vida dos povos e comunidades tradicionais. Ela tem desencadeado sérias interferências e redimensionado as condições de existências, gerando alterações na organização social da população, impondo os padrões de funcionamento do agronegócio. Tal situação produz desequilíbrios nas identidades socioculturais dos agricultores, afetando o reconhecimento dos elementos constituintes de seus modos de vida e valores culturais com os quais se identificam (Silva et.all: 2015). Diversas práticas agrícolas que vinham garantindo a subsistência da comunidade estão hoje ameaçadas.

> Outro problema gravíssimo na região são as pragas, os incêndios que atacam as plantações. Eram poucos, agora de uns dez anos para cá, surgiu pragas nas plantações. A mosca branca que não tinha, agora tem na região (Antônio Alves de Carvalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Filomena, abril de 2017).

> Eu sou lá do Chupé, sou filho de Valdemiro Antônio Lopes e Hermina. Eles (fazendeiros) chegaram, derrubaram a cerca de trator... Todo dia eles iam lá vigiar se tinha cerca... Eles jogavam veneno na água, os olhos d'agua estão baixando. Lá eles derrubaram a cerca com trator e o olho d'agua está envenenado. Agora temos que abrir uma cacimba, porque corre um perigo grande. É uma catinga de veneno (Jose Luiz Lopes dos Santos, Comunidade Chupé, município de Santa Filomena, abril de 2017).

> Estão desmatando na beira do brejo (...), está descendo água da serra, descendo areia e entupindo o brejo, que é ali próximo da serra (...) acabou com nosso brejo lá, (...) o prejuízo é que acabou com a água do brejo e a safra (Presilino, Comunidade Chupé, município de Santa Filomena, abril de 2017).

> Vou me dirigir novamente ao buritizal que queimaram lá. Também tem o buritizal que é uma fonte de renda, faz parte da cultura. É algo natural, que está sendo destruído devido a essas ações. Em relação às pragas, elas picam e a melancia derrete como se fosse o filme. São insetos que comprovadamente são provenientes de alguma coisa que está sendo usada ao redor, pois não tinha isso antes aqui (Romário, Comunidade Brejo das Meninas, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 50 03/12/2019, 14:51

Os problemas ocasionados pela chegada dos "projeteiros" nos anos de 1980 foram intensificados nas últimas décadas, agravando-se ainda mais como a implantação do projeto MATOPIBA (PITTA, 2017). Nesse sentido, os moradores relatam que nos últimos 20 anos tem-se constatado um crescente aumento do desmatamento do Cerrado. As chapadas estão completamente devastadas, gerando o assoreamento dos rios, a extinção de espécies da fauna e flora e o aparecimento de vários tipos de insetos e pestes. A mosca-branca, por exemplo, é um tipo de praga que surgiu com a introdução do agronegócio na região. Essa espécie de inseto é hoje responsável pela destruição dos cultivos de feijão, arroz, mandioca, milho, abobora, fava e outras hortaliças, contribuindo para improdutividade dos agricultores. Além de tudo isso, surgiram problemas relacionados à saúde, devido ao uso de defensivos agrícolas nas lavouras de soja, milho e sorgo.

Apesar de situação de expropriação, da grilagem de terra e de outros problemas relacionados ao agronegócio, a população local não perde a esperança de viver dias melhores. Mesmos com as constantes ameaças sofridas, eles continuam produzindo para sua subsistência e sonham com a venda do excedente de sua produção. O buriti, por exemplo, apesar de está fortemente ameaçado devido às queimadas e as derrubadas, tem sido um importante aliado na cadeia produtiva de Brejo das Meninas. O que está faltando, segundo os moradores, é o acesso ao mercado.

> O buriti daqui está faltando comprador, ter uma empresa pra comprar. O que está faltando é só isso. Uma empresa para comprar a polpa. Para comprar tudo ou pelo menos a polpa, porque quando você faz é o trabalho mais firme que tem. Se comprasse a polpa ou o doce ou a pedra do buriti ou o que fosse. O que nós precisamos é de uma empresa que compre os produtos do buriti (Biatan, Comunidade Brejo das Meninas, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

> No meu ponto de vista, falta investimento para a agricultura familiar. A partir daí, escoamento de produção, processamento do produto. Realmente vou até fazer uma propaganda aqui, a minha tia, a tia Carmelita tem 100 Kg de doce de buriti, feito manual, artesanalmente (Gervásio, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 51 03/12/2019, 14:51

> Minha mulher fez 400 Kg, vendeu para quem? Vende no quilo para o vizinho ou na cidade. Minha mulher fez 432 Kg de doce e nunca vendeu. Vender pra quem? A falta de dinheiro é grande demais (Biatan, Comunidade Brejo das Meninas, Município de Santa Filomena, abril de 2017).

O que podemos perceber é que os moradores da comunidade Brejo das Meninas permanecem desenvolvendo suas atividades produtivas, apesar das agressões que sofrem. Reclamam a ausência do poder público que poderia agir no sentido de regularizar a posse das terras que eles ocupam, amenizando, assim, os conflitos fundiários e viabilizando a vida dos povos e comunidades tradicionais no Cerrado. Existe a disposição de continuarem firmes na defesa do território e no combate as mazelas ocasionadas pela a agricultura empresarial. Nesta luta são parceiros dos moradores de Santa Fé, que vivem em situação semelhante à deles.

Comunidade Santa Fé

O povoado de Santa Fé, zona rural do município de Santa Filomena, no sudoeste piauiense, teria sido, segundo relatos, constituído pelo Sacerdote John Antony Mayers (Padre João), missionário redentorista com meio século de sacerdócio, nascido na Irlanda e radicado no sul do Piauí há pelo menos três décadas. Ao que parece, o padre estava na região desde quando se instalaram os primeiros habitantes da Santa Fé, encravada à margem do Riozinho (limite natural com Baixa Grande do Ribeiro), distante 107 quilômetros da sede municipal.

O território do rio Riozinho é composto pelas comunidades: Santa Fé, Brejinho, Angical, Brejo Feio, Brejo Seco, Cabeceira do Brejo, Chupé, Baixão Fechado, Tamboril, Brejo da Areia, Baixão da Areia, Salto, Brejo Novo, Jiboia, Cachoeira, Sete Lagoas, Gurvagem entre outras comunidades. Assim, o rio Riozinho congrega uma rede de povoados de agricultores, extrativistas e ribeirinhos, que na atualidade tem sua sustentabilidade hídrica ameaçada pelo impacto do agronegócio. Os principais rios da região são o Uruçuí-Una e o Riozinho, para os quais convergem numerosos riachos de pequenas dimensões e um complexo sistema de Brejos que alimentam os baixões.

Para análise dos impactos do empreendimento sobre a comunidade Santa Fé e demais povoados, durante a pesquisa considerou-se o registro dos

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 52 03/12/2019, 14:51

conhecimentos sobre o meio ambiente e as práticas a ele relacionadas, foram descritos os impactos ambientais e socioculturais decorrentes dos empreendimentos.

A implantação dos "projetos", fazendas do agronegócio, implica em mudanças drásticas no meio ambiente físico, biótico e antrópico. Os "projeteiros", como foi mencionado anteriormente, são os donos desses "projetos", as fazendas. Há inúmeros relatos sobre processos de grilagem e apropriação do controle da terra e de seus recursos naturais. A existência desses empreendimentos no entorno dos territórios camponeses aumenta a pressão sobre os ambientes e os recursos naturais. Traz como efeitos deletérios ameaças de morte, intimidações e acirramento de conflitos fundiários e territoriais. Consequentemente, aumenta a vulnerabilidade das pessoas que convivem com esses grandes empreendimentos:

> Fica todo mundo dentro dessas casas, aqui dentro desses lotes, como vão criar família? Não vai! Já está tudo de reserva dos projeteiros. Aqui não tem quinze quilômetros de distância do projeto, no máximo é dez quilômetros, oito quilômetros, seis quilômetros, é assim, tudo gradeado. Dez quilômetros é muito perto... é projeto perto. Muito perto mesmo. E outra coisa, essa tal "grilação" é de querer fechar o meu mundo todo (Luiz Pereira Lopes, Comunidade Santa Fé, Município de Santa Filomena, outubro de 2017).

A aquisição ilegal em larga escala de terras por muitos "projeteiros" têm sido uma constante na região em tela. Esse processo consiste na negociação de milhões de hectares de terras em âmbitos que variam do doméstico ao internacional. Para tanto, se utilizam de diversos mecanismos – nesse aspecto, as terras, indevidamente adquiridas na região, são objeto de constante especulação financeira:

> Teve uma reunião e o Antônio me disse que teve umas assinaturas. Era uma reunião do sindicato, até esse povo da serra botou pra assinar. Mas não era proprietário, não tinha documento nenhum. Ele disse que os próprios projeteiros nenhum tem documento, nenhum tem terra, é igualmente nós. Me dá seis mil reais me engabelando e depois pega e vai engabelando aquele que nós vemos que está com precisão.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 53 03/12/2019, 14:51

> Como o Antônio diz: - Olha, eles chegam e compram de um e dizem: - Rapaz, a terra lá encosta em fulano de tal. Moço tu quer fazer um negócio daquela terra nesse carro? Ele me dizendo que conversou com gente lá no sindicato, com esses projeteiros. Dizem, esse carro aqui por vinte hectares de chão, por uma Hilux nova, a gente se anima, né? Aí você vai e pega e dá vinte hectares de terra naquela Hilux. Quando está com um ano, ele já pegou mil e quinhentos hectares (Luiz Pereira Lopes, Comunidade Santa Fé, Município de Santa Filomena, outubro de 2017).

De qualquer forma, a aquisição ilegal de terras em Santa Fé envolve a violência com o uso de capangas e jagunços, chegando a haver ameaças e expulsão dos moradores que resistem em deixar as áreas. Como sublinhado no relato acima, essa ação ilegal dos grileiros ocorre de duas formas: os grileiros tentam comprar as áreas de pequenos produtores a preços mínimos e quando não conseguem utilizam a força. Há também a utilização de documentos cadastrados irregularmente que dão força jurídica à propriedade da terra (LEITE e LIMA, 2017).

Com a chegada dos "projeteiros" associado, em boa parte, ao lucro com produtos como soja e milho, os territórios dessas comunidades têm cada vez mais parecidos com ilhas verdes, em torno da qual surgem várias frentes de expansão agropecuária. Como dito, desde a década de 1980 surgiram no entorno dessas comunidades muitas fazendas e estradas auxiliares ou vicinais. Por isso, sobretudo os moradores de Santa Fé, estão sendo sucessivamente afetados pelas transformações do entorno.

Semelhante ao que ocorre em Brejo das Meninas, em consequência do desmatamento, que em vários trechos do rio Riozinho e seus pequenos afluentes tem alcançado as margens dos cursos d'água, uma enorme quantidade de agrotóxicos vem sendo lançada nos rios – sem falar nos detritos que causam assoreamento. Com o aumento do plantio de soja, nos últimos anos, a situação se agravou. As populações sentem o impacto do desmatamento e assoreamento dos rios no entorno de seu território. A poluição das águas supõe-se, está relacionada, sobretudo com o uso do agrotóxico e/ou defensivos agrícolas nas plantações de soja. A comunidade relata mudanças no aspecto da água, problemas de pele, alergia, diarreias em época de chuva e principalmente a mortandade dos peixes.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 54 03/12/2019, 14:51

> Tem muita praga. O ano passado mesmo nós plantamos a roça debaixo, plantamos milho, plantamos fava e atacou aquele negócio que o povo fala que era mesmo como aquele fubá quando tá ventando milho. Você não sabe por que nunca bateu milho. Nada verde ia pra frente, até em meus canteiros atacava, que não ia nada pra frente. Quer dizer que eu acho que sim, o veneno vem é da serra mesmo, pois em outro tempo não tinha; a serra estava igual está aqui esses matos agora. Lá não tem mato. Bota o veneno lá e voa pra baixada. Agora lá em casa nós não podemos nem mais comer fava, pois quando planta ela nasce bonitinha, depois ataca e não dá mais (Antônia Pereira Lopez, Cabeceira do Brejo, Rio Riozinho, Município de Santa Filomena, outubro de 2017).

A subsistência da comunidade Santa Fé baseia-se fundamentalmente nos produtos dos roçados, da pesca e da coleta de uma série de frutas do Cerrado, que já estão afetadas pelo uso dos agrotóxicos. Algumas pesquisas, não oficiais ainda, dão conta de que a água está contaminada. Na percepção dos moradores, as doenças acima citadas são causadas pela contaminação dos cursos d'água da região por agrotóxicos e fertilizantes usados no cultivo da soja. Infelizmente, esses relatos e/ou números ainda não fazem parte das estatísticas oficiais.

Um dos fatores mais preocupantes acerca desta área é sua vulnerabilidade sob o ponto de vista do risco ambiental a que está submetida. A economia local é movida por fazendas com grandes pastagens e lavouras de soja, que fazem limite com a comunidade Santa Fé e Brejo das Meninas. Essa proximidade gera várias disputas e conflitos, evidenciando uma constante tensão.

Os povos e comunidades tradicionais possuem formas de utilização do território que são definidas segundo os padrões específicos de cada sociedade, abrangendo aspectos não apenas circunscritos aos indicadores materiais de ocupação do espaço físico, tais como o uso das serras como *terras de uso comum* (ALMEIDA, 1989). A *memória social* (FENTRESS & WICKHAM, 1992) dos moradores de Santa Fé, assim como a de Brejo das Meninas, aponta para uma trajetória histórica desenhada ao longo de cursos de rios, sobretudo daquele que leva o nome Riozinho e suas ramificações, sendo esta um forte elemento demarcador de sua identidade coletiva. O território tradicional foi sendo constituído ao longo desta trajetória por meio da ocupação e do uso dos recursos aí existentes.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 55 03/12/2019, 14:51

Obviamente que no passado eles faziam franco uso dos recursos que lhes oferecia este ecossistema. O conhecimento pormenorizado das espécies e locais de incidência encontrava-se em razão direta à sua necessidade e aproveitamento. Assim, os rios, riachos e sistemas de brejos são elementos de fundamental importância na caracterização do território do rio Riozinho, são lugares de relevância histórica e afetiva. Entretanto, os recursos hídricos estão contaminados, gerando transtornos à comunidade. No que se refere aos recursos naturais necessários à sobrevivência, a água limpa é uma preocupação altamente ressaltada e absolutamente justificável. Eles estão atemorizados com contaminação das águas por produtos químicos utilizados pela agroindústria.

Apesar dos problemas enfrentados, a comunidade Santa Fé, assim como Brejo das Meninas, demonstra determinação em permanecer no local. Acreditam que é possível superar as adversidades devido à união dos moradores e o apoio de parceiros tais como o padre João, a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato de Trabalhadores/as Rurais. A regularização fundiária é a reivindicação mais importante para a comunidade, pois é imprescindível para garantir a permanência na terra e o acesso a recursos necessários a melhores condições de vida, tais como financiamentos para a produção. Eles reclamam a necessidade de energia elétrica, atendimento de saúde, estruturação da educação, construção de estradas e transporte coletivo.

Assim como a comunidade Brejo das Meninas, eles fazem parte de um processo de mobilização social que integra diversas coletividades na designação povos do Cerrado, que é uma categoria política voltada à defesa do meio ambiente e enfrentamento do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de mobilização social existente no sul do Piauí evidencia o protagonismo dos moradores de Brejo das Meninas e Santa Fé, que agem articuladas com as demais comunidades locais, que estão sendo impactadas pelo agronegócio. Essa posição se evidenciou em eventos tais como Primeiro Encontro Sobre o Cerrado: Ocupar com Sustentabilidade, na Campanha Nacional de Defesa do Cerrado (www.semcerrado.org.br), no II Seminário do MATOPIVA – perspectiva dos movimentos sociais e na criação da Articulação Piauiense dos

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 56 03/12/2019, 14:51

Povos Impactados pelo MATOPIBA (APIM) e na criação dos Coletivos das Comunidades Impactadas e na determinação de realização da Primeira Assembleia dos Povos e Comunidades do Cerrado do Piauí[7].

Neste processo de mobilização está sendo acionada a alcunha *povos do Cerrado*, que está sendo utilizada como uma categoria política e identitária que possibilita o agrupamento das diversas coletividades (ribeirinhos, brejeiros, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e demais extrativistas) que sofrem com a ação dos "projeteiros".

A referida articulação tem o objetivo de se opor ao projeto de desenvolvimento que vem sendo imposto e que privilegia os grandes grupos econômicos. Neste sentido, o MATOPIBA materializa a ação do poder público em favor destes grupos. Embora desativado formalmente enquanto política do governo federal, os povos do Cerrado denunciam a sua continuidade por meio das ações que favorecem a expropriação dos territórios tradicionais em favor da agricultura empresarial.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACSELRAD, Henri. "As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais". ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/Relume e Dumara, 2004.

_____. Mapeamentos e tramas territoriais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias (Orgs). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____ e VIÉGAS, Rodrigo Nuñes. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri. Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

ALMEIDA, A. W. B. de. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito." Belém, Cadernos do Naea, n.10, 1989.

_____. Nova Cartografia Social da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias (Orgs). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 57 03/12/2019, 14:51

_____. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias (Orgs). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: Laudo antropológico, Volume 1. Brasília: MMA, 2006.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. Memória Social. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; LIMA, Thiago. Aquisição Transnacional de Terras (Land Grabbing). Estudos Internacionais. Belo Horizonte. v.5. n.2. 2017.

LOPES, José Sério Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. "A cartografia social consiste num recurso de descrição etnográfica. O fascículo é nossa etnografia". In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias (Orgs). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, Esther Jean e GARNELO, Luiza (org). Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa. Contra Capa/ ABA, 2004.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. In: Estudos Internacionais, v. 5, n. 02, pp. 155-179, 2017.

SILVA, Antônio Joaquim; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; SILVA, Marlúcia Valéria da. Contrapontos da consolidação do agronegócio no Cerrado brasileiro. In: Sociedade e Território, vol.27, N. 3, p. 95-114. Jul/dez. de 2015.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. Avanço do agronegócio nos Cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres o controle de terras pelo capital financeiro. In: Revista NERA, v. 22, n.47, pp. 202-229, 2019.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 58 03/12/2019, 14:51

FUNDOS E FECHOS DE PASTO DO OESTE DA BAHIA: A GUERRA DAS NARRATIVAS

Franklin Plessmann de Carvalho[1]
Mirna Silva Oliveira[2]
Jakeline Honório de Sousa[3]

Introdução

No dia dois de novembro de 2017 aproximadamente mil pessoas, a maioria delas pertencentes às comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto, se deslocaram em direção às fazendas Igarashi e Curitiba, localizadas nas proximidades do Distrito de Rosário, no município de Correntina, Bahia. Neste local organizaram uma ação em protesto contra as atividades de empresas do agronegócio, representadas por estas fazendas, que estão, na perspectiva dos agentes sociais destas comunidades, destruindo o meio ambiente, invadindo terras tradicionalmente ocupadas, ameaçando agentes sociais que resistem em suas terras. As atividades destas empresas ameaçariam o modo de vida das comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto. O protesto foi uma forma de questionar a legitimidade de tais empreendimentos que cometeriam crimes ambientais, colocando em risco o uso dos recursos naturais, dentre eles a água. Estes crimes já haviam sido denunciados em inúmeras ocasiões, como em audiências públicas, eventos religiosos, e formalizados em denúncias em órgãos ambientais, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.[4]

---

[1] Coordenador no Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

[2] Doutorando do Programa de Pós graduação em Direito da Universidade de Brasília (UNB).

[3] Graduanda do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRB.

[4] Fato de repercussão internacional foi retratado em vários telejornais e outras mídias, impressas e eletrônicas. Para maiores informações sobre a ação indicamos a NOTA PÚBLICA: Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas, que pode ser acessada pelo link https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/4101-nota-publica-cansado-do-descaso-das-autoridades-o-povo-de-correntina-reage-em-defesa-das-aguas.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 59 03/12/2019, 14:51

Logo após esta ação de protesto, que culminou com a destruição de galpões, tratores, linhas de energia e irrigação, o Governo do Estado da Bahia, atendendo as reivindicações dos empresários, passou a perseguir agricultores representantes destas comunidades, bem como lideranças sindicais e movimentos sociais, lideranças religiosas e educadores[5]. Havia a pré-disposição para incriminar as lideranças pela articulação do protesto, mas até o momento nenhuma prova identificou algum responsável pelo planejamento da ação. Pelo contrário, a investigação preliminar indicou uma ação sem uma coordenação específica, não encontrando evidências para a apontar alguma liderança como mentor.[6] Não satisfeitos com a ação do Estado, os próprios empresários utilizaram de serviços de segurança privada para ameaçar os agentes sociais na qual eles imaginavam ter articulado tal ação de protesto.[7]

Um clima de tensão social em Correntina, decorrente destas perseguições, levou a organização de outra manifestação, uma semana depois. Mais de 10 mil pessoas foram às ruas da sede do município defender a ação de protesto realizada no dia dois de novembro, prestar apoio às pessoas que estavam sendo perseguidas e cobrar uma ação incisiva do governo estadual e federal em investigar as denúncias de crime ambiental, grilagem de terras e ameaça à lideranças. Nesta manifestação, várias pessoas expuseram publicamente seu apoio a quem estava sendo perseguido, defendendo medidas para investigação dos crimes ambientais, fundiários e cíveis cometidos pelas empresas do agronegócio. Ocorreram pronunciamentos de autoridades religiosas, políticas, ambientalistas, representantes de movimentos sociais, representantes de comunidades tradicionais, e uma série de pessoas que se apresentaram e demonstraram publicamente indignação com a situação ambiental no município de Correntina e vizinhança.[8]

---

[5] Pronunciamento de Rui Costa na imprensa - https://www.youtube.com/watch?v=VpgXPmDN6Ok.

[6] Até a finalização deste artigo o inquérito não havia sido concluído, mesmo passados um ano e cinco meses do ocorrido.

[7] Jornais de grande circulação publicaram a ação da polícia e a reação da sociedade local. Como exemplo de uma destas reportagens temos "Após protesto com incêndio em fazenda na BA, polícia abre inquérito para apurar invasão: Manifestantes alegaram que irrigação utilizada em propriedade de Correntina causa falta de água e queda de energia na região" https://g1.globo.com/bahia/noticia/apos-protesto-com-incendio-em-fazenda-na-ba-policia-abre-inquerito-para-apurar-invasao.ghtml.

[8] Esta manifestação teve repercussão nacional, sendo noticiada nos principais meios de comunicação como o que segue indicado no link https://www.youtube.com/watch?v=x4OYEqnah4M.

Uma disputa pela legitimação de narrativas foi travada mais intensamente desde então. No dia primeiro de dezembro de 2017 ocorreu uma audiência pública organizada pelo ministério público estadual. Os empresários ligados ao ramo do agronegócio tentam justificar suas atividades produtivas como base em procedimentos de licença ambiental que haviam sido realizados. Já os manifestantes reafirmaram que crimes ambientais, fundiários estão sendo sistematicamente cometidos, ocorrendo falta de fiscalização pelos órgãos do Estado e certa conivência dos agentes públicos com os interesses destes empresários.[9]

A lógica baseada em uma perspectiva de progresso é afirmada como uma razão superior que legitimaria o desmatamento e o uso intensivo dos recursos naturais. (ALMEIDA, 2008b, p. 25) Disseminada como senso comum, essa visão de progresso tem acolhimento nos espaços de comunicação de massa, que acaba por propagar prioritariamente os interesses ligados a tal perspectiva. Porém a questão ambiental tem afetado um público cada vez maior que, sensibilizado, espera dos agentes que trabalham nos meios de comunicação uma maior cobertura de questões que impactam a natureza. O senso comum incorpora a conciliação da razão que se justifica em uma visão de progresso com a questão ambiental, sem mudar fundamentalmente a racionalidade que o legitima. Nesse jogo de interesses, as comunidades tradicionais têm dificuldade de que suas perspectivas de vida sejam divulgadas amplamente nos meios de comunicação de grande circulação nacional.

> Aí, até então, nós estamos sendo a minoria, pois a maioria do pessoal não está acreditando no que está acontecendo. Estão vendo o agronegócio vindo aí para acabar com tudo. A gente vem debatendo esta pequena área aqui, mas grandes áreas estão sendo combatidas. E até hoje governante tá achando que isso é brincadeira. Já ouvi alguém dizer que neste nosso oeste daqui não precisa de água, precisa de dinheiro. Aí eles estão investindo muito para o pessoal vir, para o pessoal acabar, pessoal de fora, nem brasileiro eles não são. Eles vem, desmata isso aqui, acaba com a nossa vegetação aqui. E aí quando eles não tiverem produzindo mais nada aqui eles vão embora e nós fica só, no deserto, igual aconteceu

[9] Como resultado da audiência pública foi elaborada a "Carta de Correntina ao Governador Rui Costa".

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 61 03/12/2019, 14:51

> em outros lugares… Acabaram com tudo, com tudo o que é grebinha. Aqui tem essa aqui e já chegaram lá pertinho de casa, do terreiro de casa, já chegaram colocando uns marcos, dizendo que é ordem do governo. Lá eles tem uma fazenda de 17 mil hectares. Então eles estão vindo para correr com nós, eles estão fazendo de tudo para correr com nós daqui. (Arnaldo, vice-presidente da associação de fecho de pasto de Brejo Verde, durante caminhada nos gerais em 17/03/2016, para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

A fala de Arnaldo nos indica que a falta de visibilidade é associada a falta de compreensão das racionalidades que estes agentes sociais, pertencentes às comunidades de Fundos e Fechos de Pasto, constroem, conformando uma perspectiva própria de viver, isto é, de estabelecer relações, simbólicas e materiais, que orientam seus modos de pensar e agir. O progresso, simbolizado pelo dinheiro, ameaça um dos recursos mais valorizados pelo modo de vida das famílias: a água. Ao defender a posse e uso da terra tradicionalmente ocupada e dos recursos nela existentes, os agentes sociais empreendem formas de resistência à ação destes empreendimentos. Os modos de pensar e agir que orientam os agentes sociais não se conformam e nem se antagonizam totalmente com a razão de progresso dos empresários e fazendeiros, porém marcam diferenças significativas entre os interesses que culminam em várias situações de conflito que se espalham por todo oeste da Bahia. Torna-se um desafio a construção de conhecimentos que nos permita compreender as racionalidades específicas de cada grupo em cada situação

> Em verdade, uma instituição científica tem que produzir conhecimento, e não virar uma fábrica de conhecimentos "operativos", conhecimentos empiristas diretamente aplicáveis e de feição gerencial, visando resultados imediatos. É neste sentido que critico o gerencialismo, como analiso criticamente a produção científica de característica "pragmática", que se imagina disciplina militante. Localizo tal esforço crítico entre os possíveis desvios de um padrão de conhecimento científico, que certamente não está acima dos antagonismos sociais. Não estamos muito atentos a ele devido à força da ação política "desenvolvimentista" que, sob o signo do progresso técnico, mascara suas implicações mais profundas

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 62 03/12/2019, 14:51

> e nos impede de prestar a atenção nas experiências localizadas, que estão sendo levadas a cabo no âmbito de associações voluntárias de trabalhadores agroextrativistas e dos movimentos sociais. Tecnologia simples, prensas compatíveis com as unidades de produção, gerenciamento que incorpora fatores étnicos, produção crescente e colocada em diferentes circuitos do mercado mundial, e elevado valor bruto da produção, constituem algumas características de experiências em curso que aparecem combinadas com a consciência ambiental. (ALMEIDA, 2008b, p. 121)

Estaríamos portanto desafiados a perceber o quanto que a lógica de progresso conforma as formas de produção de conhecimentos sobre a realidades específicas, nos levando a ter dificuldades de perceber outras racionalidades. A implantação tanto das infraestruturas estimuladas pelo poder estatal, como dos empreendimentos advindos com o capital financeiro ocasionaram situações de conflito que impulsionaram os representantes das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto a construírem múltiplas ações de resistência e a se articularem visando denunciar os crimes cometidos pela implantação e funcionamento destes empreendimentos, dentre os quais os implantados nas fazendas Igarashi e Curitiba. Mas os agentes sociais vão além de resistir às ameaças aos seus modos de vida. Marcam uma forma própria de organizar suas economias, de estabelecer trocas, de aprofundar conhecimentos detidos sobre plantas, sobre a manutenção da fertilidade da terra, sobre o manejo de animais, sobre a irrigação das áreas de plantio.

> A comunidade, partindo para o conflito, foi uma defesa. Uma defesa para vida, porque ninguém vive sem água. O que levou o povo a fazer isso? Veio uma empresa e grileiros, achando que eram donos da terra e achavam que o pessoal não tinha consciência de que são terras tradicionais. Se enganaram. As pessoas usam e sabem que tem o direito de usar e de preservar. E eles, não. Acham que podem comprar de alguém, e tomar posse e fazer o que bem quer. Mas o povo aqui tem o reconhecimento disso, e procurou pessoas capazes de orientar melhor, e foi pra luta, pra defender... Porque se não houvesse o conflito, não teria a defesa. Então foi muito bom essa organização da comunidade se reunir para fazer o conflito e a gente sim, conseguir essa vitória de

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 63 03/12/2019, 14:51

> preservar a água, que a única fonte de vida que a gente tem aqui em nossa comunidade. E ajuda mais de 200 famílias... A beber, a lavar, irrigar... Então é uma riqueza, e se tivesse acontecido lá, a gente não teria essa água aqui mais não. (Solange Souza Barreto e Silva durante oficina mapeamento grupo de mulheres em 14/05/2017 para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

Solange destaca o quanto as pessoas do Fecho de Pasto de Brejo Verde foram formando consciência de seus direitos com a instalação do conflito, que despertou a necessidade de defesa da terra tradicional. Também destaca a procura por parcerias, que ajudariam na orientação de certos aspectos não dominados para o enfrentamento do conflito, como as questões jurídicas. Uma vez inseridos nestes conflitos, os agentes sociais acionam suas identidades de Fecho de Pasto, visibilizam seus modos de vida, suas territorialidades. Pressionam o ministério público para a realização de audiências públicas, efetivam denúncias perante instituições de fiscalização, formalizam boletins de ocorrência junto às polícias civil e militar e ampliam o leque de instituições parceiras. Nesta ampliação de parcerias, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) e a Escola Família Agrícola Padre André (EFAPA) articulam uma relação entre os representantes de comunidades tradicionais com núcleos de pesquisa de universidades públicas da Bahia.[10]

Nós, pesquisadores destes núcleos de pesquisa, passamos a ter o desafio de descrever o contexto de conflito e resistência na qual os agentes sociais de comunidades de Fundos e Fechos de Pasto estão inseridos. Precisamos estar atentos tanto à dinâmica do processo de instalação dos empreendimentos marcados por uma visão de progresso, de uma racionalidade que os legitima, quanto precisamos compreender as racionalidades que orientam a organização dos modos de vida das comunidades tradicionais.

[10] Destaco o grupo de pesquisa Educação Geográfica, Diálogos de Saberes e Cerrados, coordenado pelo pesquisador Valney Dias Rigonato da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); o grupo GeograFar , coordenado pela pesquisadora Guiomar Germani da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a qual nós, autores deste artigo, pertencemos.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 64 03/12/2019, 14:51

O progresso e o Oeste da Bahia

A própria denominação "Oeste da Bahia" foi instituída enquanto tal a partir de um conjunto de intervenções do Estado implementadas na década de 1970. Desde este período vem passando por transformações socioeconômicas significativas que tem gerado conflitos fundiários e socioculturais visíveis até os dias atuais. Num contexto de modernização da agricultura nacional e de integração cada vez maior de terras à lógica de produção empresarial, percebe-se a "grande mobilização de capitais, estimulada pelos incentivos fiscais, pelo baixo preço e elevada disponibilidade de terras na região, e pela indefinição fundiária que a caracterizava" (COMERFORD e KRAYCHETE, 1991, p. 30-31). Programas estatais como o Programa Nacional de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER); Programas de Reflorestamento e Pro-álcool, Programas de Irrigação, e de incentivo à pecuária, estimularam o processo de expansão capitalista no oeste da Bahia (OLIVEIRA, 1883)

Umas das consequências desta "mobilização de capitais" foi o processo de valorização das terras, alimentando uma onda crescente de grilagens que se abateu notadamente sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Estas grilagens estimularam o cercamento e a fragmentação de diversas áreas de uso comum e a emergência de sucessivos conflitos envolvendo os agentes sociais de comunidades tradicionais e os novos agentes econômicos ligados ao agronegócio.

> Então, falar de Fundo e Fecho de Pasto é falar de um jeito que só aqui tem, de viver, de cuidar, um jeito que deu certo, um modo de vida que deu certo. Está dando certo, mas depois da década de 80, até antes de eu nascer, começou a chegar as ameaças nas comunidades, onde as pessoas começaram a perder os seus territórios. Então percebe que na medida que o agronegócio chega, ele chega, iludindo e propagado pelas autoridades do município, e trazendo essa ilusão de que vai gerar emprego. E bota o povo para vender todos os territórios, coletivo e individual, pra vir pra cidade, pra essa pessoa voltar a trabalhar nas propriedades que eram deles. Acontece isso, como sempre tem alguém que é do contra – e agente foi do contra, minha família foi do contra nessa época, mas dentro da minha família teve pessoas que vendeu e acabou migrando daqui para outro lugar, pra outro Estado, e sempre

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 65 03/12/2019, 14:51

> tem pessoas que pensam diferente. (Jamilton Santos Magalhaes - Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Gado Bravo, Galho da Cruz e Lodo – Correntina, 9/9/2017 oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto).

Tal processo, apesar de não ser novo, vem ganhando novo impulso nos últimos anos com os investimentos estatais, na forma de infraestrutura, a exemplo da ferrovia oeste leste e da transposição do rio São Francisco. No ano de 2015 cerca 84% de todas as autorizações de usos dos recursos hídricos e para desmatamento, emitidas pelo Instituto do meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) do Governo da Bahia, foram para empreendimentos no Oeste da Bahia.[11] Os créditos financeiros para estimular o avanço da mineração e do hidro-agronegócio no campo, com destaque para a fruticultura, a produção de grãos e o plantio de eucalipto, somados ao estímulo para a produção de energia, via construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCHs, produção de etanol, biodiesel ou energia eólica, estão alimentando um modelo de desenvolvimento, estimulado pela razão que se justifica na "ideologia de progresso".

Para estimular ainda mais a mobilização de capitais, o governo brasileiro criou, em 2015, a "região especial" conhecida como MATOPIBA, instrumento de planejamento econômico para incentivar a expansão dos investimentos estatais e do capital agroindustrial e minerário nas áreas de cerrado dos territórios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (onde está completamente inserido o oeste baiano). Apesar da revogação do decreto de criação do MATOPIBA, em 2016, tramita no Congresso uma proposta[12] de criação de Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA e a dinâmica de violência e expropriação territorial se perpetua.

> Assim, riquezas? Deve ser, com certeza, que gera riquezas, mas nunca chega para nosso bolso, nosso favor. Serviço? Também não chega para a gente. Os serviços são os piores dos piores que vem lá pro filho do agricultor, pra um posseiro que era dono de uma terra que é iludido a vender, o serviço

[11] Os dados base para o cálculo desta porcentagem foram retirados do diário oficial do estado da Bahia e tabulados pelo Ambientalista Marcos Rogério. Em números gerais foram autorizados novos desmatamentos abrangendo uma área de 119.509,3454 Ha. As novas autorizações do uso de recursos hídricos chegaram a 816.945,166 m³/dia.

[12] Projeto de Lei Complementar (PLP) 279/16, de autoria do Poder Executivo.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 66 03/12/2019, 14:51

> que gera pra ele lá é um serviço de catar raiz, de matar formiga, ou então de ser um suposto pistoleiro... Dá um serviço de gerente, que na verdade, o gerente são essas pessoas que ganham uma caminhonete pra poder girar na área e ganham uma caixa de bala, um revolver, uma pistola, pra poder ficar girando aí. Então são esses serviço que chegam na comunidade, que causam também o dividimento das comunidades, das famílias, tendo em vista que eles não vão gerar emprego pra toda a comunidade, eles caçam uma pessoa pra poder trabalhar. Então essa pessoa vai ficar do lado deles, vai trabalhar, compra, coopta aquela pessoa, e aquela pessoa vai trabalhar para ele, e vai ser um informante. Então aí a comunidade já começa a dividir, nesse momento, e já perder seus valores. Que são o valor da organização, o valor, enfim, cultural, que aquela comunidade tem. (Jamilton Santos Magalhaes - Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Gado Bravo, Galho da Cruz e Lodo – Correntina, 9/9/2017 oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto).

Jamilton apresenta as consequências da implantação de empreendimentos para as comunidades tradicionais, ponderando que a riqueza gerada fica concentrada e não é partilhada. O discurso de progresso que justificou a implantação dos empreendimentos seduzia as pessoas ao passar uma imagem de prosperidade ampla. Essa prosperidade não chegou às famílias, e os empreendimentos passaram a comprometer seus modos de vida. Outro aspecto apresentado nesta narrativa de Jamilton se relaciona a diferentes formas de perceber a chegada dos empreendimentos. Parte das famílias, ou algumas pessoas da família, acreditaram realmente que suas vidas iriam melhorar, o que trouxe, em certas situações, dificuldade em organizar resistência às violências sofridas.

É em meio a uma disputa de narrativas que os pesquisadores do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social passam a desenvolver relações de pesquisa com os agentes sociais de comunidades de fechos de pasto.[13]

[13] Os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelo NEA Nova Cartografia Social da UFRB foram realizados pelos pesquisadores e pesquisadoras Franklin Plessmann de Carvalho, Mirna Silva Oliveira, Jakeline Honório de Souza, Genival Pereira de Araujo Moura e Paula Cordeiro. Os advogados dos agricultores, vinculados a AATR, solicitaram ao pesquisador, agrônomo e antropólogo, Franklin Carvalho, que fosse assistir as comunidades de Brejo Verde (Correntina) e Jacurutu e Salobro (Santa Maria da Vitória) em perícias judiciais designadas no bojo de processos movidos por empresas e fazendeiros contra as comunidades. Esse foi o ponto de partida para que o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social da UFRB iniciasse atividades de pesquisa e extensão com as comunidades de Fecho de Pasto

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 67 03/12/2019, 14:51

Estabelecendo Relações de Pesquisa

Partimos do entendimento que para compreender os processos de territorialização das comunidades de Fecho de Pasto do oeste da Bahia[14] precisaríamos estar atentos as relações sociais que seriam estabelecidas ao longo de toda pesquisa. As relações sociais exercem efeitos, das mais variadas formas e parâmetros, que acabam por incidir sobre o processo de construção de dados ao longo da pesquisa. Assim, sem nos preocupados em escolher algum método específico de interação para a construção de dados, nos concentramos em como interagir com os agentes sociais que estão inseridos nos contextos empíricos abordados na pesquisa. Podemos indicar que estávamos conscientes, desde o princípio da relação estabelecida, que deveríamos cuidar para que a investigação científica não produzisse qualquer forma de violência simbólica que poderia acarretar em graves distorções na percepção dos fatos (BOURDIEU, 1999, p. 694)

> Estas distorções devem ser reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem ser a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica (BOURDIEU, 1999, p. 694).

---

do Oeste da Bahia. Este texto se refere as ações de pesquisa relacionadas na construção de um fascículo e um boletim informativo no âmbito do projeto "Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central", com apoio da Fundação Ford. Dois outros projetos de pesquisa foram referência para estes trabalhos - "Identificação e Gestão de Agroecossistemas Agroecológicos com apoio de Cartografias Sociais, Chamada MDA/CNPQ Nº 39/2014 "e "Fortalecimento da Sociobiodiversidade de Comunidades Tradicionais com apoio de Novas Cartografias Sociais Chamada MCTI/ MAPA/ MEC/ SEAD Casa Civil/CNPQ Nº 21/2016". Franklin iniciou suas relações de pesquisa na comunidade de Fecho de Pasto de Brejo Verde. Mirna já desenvolvia ações de pesquisa que culminaram com a dissertação de Mestrado "Na Trincheira dos Direitos: A luta das comunidades de Fecho e Fundo de Pasto de Salobro e Jacurutu pela defesa de seus modos de vida frente à grilagem de terras devolutas no oeste da Bahia" pelo IFCS/UFRRJ. Antes Mirna já tinha relações estabelecidas com agentes sociais das comunidades de Fecho de Pasto através de sua atuação na AATR. Por fim a pesquisadora Jakeline é graduanda em licenciatura em educação do campo, bolsista de iniciação científica e iniciação em extensão, formada pela Escola Família Agrícola Padre André (EFAPA), localizada em Correntina. Atualmente Jakeline desenvolve atividades na EFAPA. Destacamos que é neta de José Pereira de Souza (Zeca de Rosa) que foi assassinado na defesa da terra tradicionalmente ocupada. Nos anos 80 do século XX, Zeca de Rosa lutava pela preservação terra e dos recursos naturais na comunidade de Mutum, localizada no município de Santa Maria da Vitória e enfrentava grileiros de terra. Foi executado à tiros dentro de sua própria terra, local em que, juntamente com outros companheiros afirmava o direito ao acesso as terras de uso comum. Nesta ocasião, o pai de Jakeline, Valdinho Pereira de Souza, foi baleado e ficou em estado grave, precisando ser imediatamente levado para Salvador para receber atendimento médico. Neste projeto de pesquisa, Jakeline passa a retomar a história de luta da família, e reestabelece relações com outras comunidades de Fecho de Pasto.

[14] Para melhor percepção do uso do termo "comunidade" indico os livros "Community: a critical response" de Joseph Gusfield (GUSFIELD, 1975) e "Comunidades Imaginadas" de Benedict Anderson (ANDERSON, 2008).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 68 03/12/2019, 14:51

Desta forma as definições iniciais de "por onde começar a pesquisa" foram delegas, de certa forma, aos próprios agentes sociais. Num primeiro momento, em dezembro de 2015, fomos convidados a participar de uma reunião do coletivo dos Fechos de Pasto, que reúnem representantes de várias comunidades dos municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória e Jaborandi. Fomos apresentados pelos técnicos de instituições mediadoras, a saber, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Correntina. Nesta reunião fomos inteirados dos conflitos que estavam ocorrendo relacionados aos processos judiciais, e conversamos sobre a possibilidade da construção de cartografias sociais que ajudariam no processo de acompanhamento das perícias judiciais. A partir desta reunião fomos conduzidos a uma rápida visita de campo nos fechos de Brejo Verde, Jacurutu e Salobro, onde nos foi possível conhecer Juscelino Santos Brito, do fecho de Brejo Verde, Odonel Marques Barbosa, de Jacurutu e Elziene de Abreu Silva, de Salobro. Nesta visitas fomos acompanhados por duas advogadas da AATR, Mirna Oliveira e Lorena Aguiar, que acompanhavam os casos de Jacurutu/Salobro e Brejo Verde, respectivamente[15].

Em fevereiro de 2016 fomos informados por Julita Carvalho, agente pastoral da CPT, que os representantes das comunidades de Fecho de Pasto definiram, em reunião do próprio coletivo de Fechos, que as nossas atividades de pesquisa começariam pelo fecho de pasto de Brejo Verde, marcando para março de 2016 a primeira atividade. Deste momento em diante nossos principais contatos foram Juscelino Brito e Raimundo Moreira (Dico).

Juscelino e Raimundo preparam cuidadosamente as atividades que seriam realizadas nesta primeira visita. Fizeram dois roteiros para que o pesquisador caminhasse pelos Gerais. O primeiro roteiro o levou para as áreas de conflito e o introduziu no mundo das plantas, dos animais e sua relação com o modo de vida de Brejo Verde. Para isso foi acompanhado de quatro pessoas: Antônio de Araújo (Capitão Tozinho), Antônio Abdias (Tonho de Abdias), Josafá Santana (Fá) e Ronivaldo dos Santos (Roni). Tendo Capitão Tozinho como guia e

[15] Mirna Oliveira já tinha defendido sua dissertação de mestrado aqui já mencionada. Lorena Aguiar entrou em 2017 no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana. Ambas buscando aprofundar conhecimentos sobre os grupos na qual trabalhavam como advogadas

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 69 03/12/2019, 14:51

professor, pacientemente explicou ao pesquisador a utilização que fazem de cada planta. A dificuldade em gravar o áudio da aula de Capitão, fotografar a planta e registrar no caderno de campo, induziu a preferirmos filmar as explicações de Capitão.[16]

Atravessando por dentro da terra tradicionalmente ocupada, apresentaram as três nascentes que conduzem os canais de irrigação dos quintais e que são a principal fonte de água para as famílias e os animais: córregos Forquila, Pichico e Santana. Ao longo da caminhada foram identificados e narrados acontecimentos históricos, os locais em conflitos, terras que foram desmatadas, cercas que foram levantadas, cercas que o vento derrubou. Andamos por áreas desmatadas pelo empreendimento e a erosão decorrente da falta da vegetação. Esta entrada na área teve como função preparar o pesquisador que adentrava um novo campo, enfatizando a importância que a terra tradicionalmente ocupada representava para o modo de vida das famílias de Brejo Verde.

> A importância desta área para gente é tudo. As nascentes todas nascem daí. Tem três nascentes aí dentro. Tem a Santana pelo outro lado de lá, daqui não vê mas ele está do outro lado. Tem esta aqui que é a Forquilha e tem o Pinchico que está aqui na frente. E tava marcado para fazer três postos artesianos nestas nascentes aqui. Já pensou uma nascente pequena com três postos artesianos. Mais de trezentas famílias que sobrevivem é das frutas, das ervas medicinais que pega, solta um gado, não é sempre, mas tem as épocas de soltar. Agora mesmo é a época do gado estar, pois é época de pegar os capins e assim tem que ser colocado nos gerais (Antônio de Abdias durante Caminhada nos gerais – 16/03/2016, para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

O quarteto de professores sabia que o olhar do pesquisador era pouco treinado para reconhecer as qualidades do Gerais, e ele não perceberia que cada uma daquelas plantas tinha uma importância bem específica para as pessoas de Brejo Verde. Da alimentação dos vaqueiros durante a lida como o gado, para

[16] Essas filmagens e fotos foram apresentadas para um grupo maior de pessoas durante as oficinas de confecção do mapa. A exibição se mostrou um recurso que propiciou aos que não tiveram ido a campo interagir com a equipe de pesquisa, falando das plantas, da importância dos gerais e da própria relação que possuem com a área de fecho.

alimentação de suas famílias e dos animais, ou servindo como remédio, protegiam as nascentes de água, e cada qual tinha sua importância e não poderia ser identificada como "mato" sem valor e possível de ser arrancado.

> Nós consideramos que foi um grande desastre para a nascente. Foram quatro picadões, tirados de trator. E nós consideramos que as quatro picadas que eles tiraram foram um grande desastre para natureza, para as nascentes… um grande desastre (Antônio José de Araújo durante Caminhada nos gerais – 16/03/2016 para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

> Este é o encontro da grande picada devastadora que eles fizeram. E eu digo que a picada foi um grande crime que eles fizeram, uma picada bem no rumo da nascente da Forquilha. O pé de Buriti tá bem tá bem ali para qualquer um ver. E aqui óh o tanto de areia que já fez das picadonas que eles abriram, tanto vem de um lado como de outro, entrando tudo aqui no sentido da cabeceira. Olha a distância que já está lá, já pegando a margem da cabeceira… Não tem nenhum aterro para evitar a areia, nada. Tem muitos quilômetros de picada vindo tudo aqui para a nascente, no sentido da nascente. Eu não sei ao certo a quantidade de quilômetros que é, mas é mais que dez quilômetros. Vem de cá e de cá e vai tudo para nascente aí. Vai matar até os paus da cabiceira. As próximas chuvas que vierem, em uma quantidade maior, de 20mm, ou de 50, vai acrescentar mais areia ainda. (Antônio Abdias durante Caminhada nos gerais – 16/03/2016 para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

Capitão Tozinho e Tonho de Abdias explicitam a devastação no modo de produzir da empresa que se instalou nas terras tradicionalmente ocupadas da comunidade de Brejo Verde. Para eles o pensar dos empreendedores desprezas uso comum nas terras que seriam passiveis de ser expropriadas, consideradas por eles como terra de ninguém, mato sem utilidade.

> Eles falavam que não tinha morador nenhum, que o morador que tinha mais próximo da fazenda, pois eles chamavam isso aí de fazenda, para eles os gerais era fazenda, os moradores eram cinco quilômetros os mais próximos, quando daqui não dá nem 100 metros, e eles falavam que era cinco

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 71 03/12/2019, 14:51

> quilômetros, o morador mais próximo eles falavam que era a cinco quilômetros (Antônio Abidias durante Caminhada nos gerais – 16/03/2016 para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

Para os representantes da empresa o fato de não ter morador seria uma forma de identificar uma terra abandonada ou de frágil ocupação. Não ter área de plantio também seria uma forma de reconhecer uma terra sem dono. Em ambos os casos se desconsideram os múltiplos usos que os agentes sociais fazem dos Gerais, e como as áreas de uso comum são integradas as áreas em posse da família.

> No dizer deles, isso era deles e nós nem poderíamos entrar aí dentro, nem mesmo a passeio, no caso de pegar uma fruta, pegar uma raiz de erva medicinal, mesmo dar um passeio que muita gente gosta de passear aqui nos gerais, eles não aceitavam isso. Soltar gado lá dentro muito pior ainda. Se eles não aceitavam nem o cara a passeio quanto mais soltar o gado lá dentro. (Antônio Abidias durante Caminhada nos gerais – 16/03/2016, para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

Esta primeira caminhada por dentro da terra tradicional foi seguida de um percurso pelo perímetro da área do fecho de Brejo Verde. Desta vez foi uma equipe maior, com Epaminondas Moreira da Silva (Vitô), João Abreu e Silva (Vitô), João Abreu e Silva (João de Tárto) Juscelino Santos Brito, Raimundo Moreira de Souza (Dico) e Arnaldo do Cacheiro (Naldo do Cacheiro). Também esteve presente Tonho de Abdias, que tinha participado da primeira caminhada pelos gerais. Foi um dia intenso, percorrendo todos os limites da área, marcando pontos através do GPS, identificando os ranchos, os riachos, os locais de solta de gado, os principais extrativismos, sejam eles de frutas, ervas, raízes, folhas e casca de árvores.

> Nós estamos aqui fazendo uma visita no nosso território. Isso aqui é seguinte, nós precisamos disto aqui, nós somos os verdadeiros donos deste território aqui. Nós temos que visitar nossos patrimônios. (Juscelino Santos Brito durante Caminhada nos gerais – 17/03/2016, para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde)

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 72 03/12/2019, 14:51

> Nós estamos na altura do fecho de Vitô, cabeceira do Catulé, fronteira com fecho de Eldo, fecho dos Clemente, como se diz. Nós estamos fazendo este trajeto aqui e também vigiando nossa área. Uma área coletiva que nós precisamos dela todos os dias, do mato em pé, precisamos destas ervas, das árvores, raízes e frutos. E daqui a gente tira todo os alimentos, como frutas. Madeira, raiz e folha para fazer chá, o cacho do coqueiro, tudo enfim. (Raimundo Moreira (Dico) durante Caminhada nos gerais – 17/03/2016, para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

Mas outro objetivo da caminhada era dar continuidade ao aprendizado do pesquisador. A importância da área, o pertencimento às comunidades dos Fechos de Pasto, as narrativas sobre os conflitos, as formas de resistência eram mescladas com causos de vaqueiros, os encantos das águas e dos gerais, as manias dos geraizeiros, as serestas e as anedotas que faziam o tempo se embaralhar.[17]

Em meio as atividades de pesquisa em Brejo Verde, fomos construindo relações com agentes sociais de outras comunidades de Fecho de Pasto, notadamente em reuniões do Coletivo dos Fechos e em oficinas que foram se delineado com a perspectiva de discutir como os trabalhos do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social poderia contribuir com a construção de conhecimentos que permitam a compreensão do modo de vida dos Fechos de Pasto, e especialmente dos contextos de conflito que estavam envolvidos.[18]

---

[17] Depois deste primeiro trabalho de campo, ocorreram mais quatro atividades. Em abril e novembro de 2016 o pesquisador acompanhou um mutirão para construção de cercas para proteção das nascentes e aproveitou para marcar pontos que faltavam no GPS. Em maio de 2017, já com a equipe de trabalho ampliada, ocorreu a oficina de mapas e mais entrevistas foram realizadas. As mulheres passaram a participar mais ativamente na produção dos dados, na construção do mapa. No final de 2017 foi feita uma oficina de revisão do produto final e finalmente no início de 2018 foi realizado o lançamento do fascículo "A Luta por Nosso Modo de Vida: Fecho de Pasto de Brejo Verde" (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DOS PEQUENOS CRIADORES DO FECHO DE PASTO DE BREJO VERDE E CATULÉ, 2018).

[18] Em meio a esses diálogos, emerge a proposta de construção de um boletim informativo abordando os problemas comuns vivenciados pelas comunidades de Fecho de Pasto do Oeste e que visibilizasse suas histórias de resistência e lutas articuladas. Nesse processo, destacamos a realização de quatro oficinas, realizadas no município de Correntina nos dias 08 e 09 de setembro de 2017, 18 de maio de 2018, 27 de setembro de 2018 e 22 de fevereiro de 2019, que contaram com a participação de lideranças de comunidades tradicionais de Fechos de Pasto de Capão do Modesto, Capão Grosso, Catulé, Brejo Verde, Rio do Santo Antônio, Vereda Grande, Gado Bravo e Louro, Cabresto, Salto, Quincão, Clemente, Vereda da Felicidade, Guará e Pombas, todas situadas no município de Correntina, e da comunidade de Porteira de Santa Cruz, situada em Serra Dourada. Estas oficinas contaram também da presença de agentes sociais da Escola Família Agrícola Padre André e da Comissão Pastoral da Terra. As oficinas seguiram um formato bastante livre, marcadas por rodadas de falas que eram antecedidas por uma breve contextualização da proposta inicial da reunião e se encerravam com alguns encaminhamentos sobre a elaboração e sistematização de dados e a divisões do trabalho para a sua produção.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 73 03/12/2019, 14:52

O aumento da escala de abrangência do trabalho permitiu um olhar mais amplo sobre um conjunto de situações, mas implicou em um menor aprofundamento de cada contexto, das histórias e lutas de cada comunidade. A relação se estabeleceu com poucas pessoas de cada grupo, basicamente com algumas lideranças. E como houve muita descontinuidade na participação destas lideranças em todas as oficinas, o processo foi conduzido por um grupo ainda menor que participou mais ativamente da produção dos mapas, da sistematização de informações e mobilização para os encontros.

Durante o processo de elaboração do fascículo relacionado à comunidade de Fecho de Pasto de Brejo Verde e do boletim informativo, relacionado à situações diversas, foi possível construir dados sobre os problemas enfrentados pelos grupos e compreender as características dos conflitos fundiários e socioambientais que os atingem. Ressaltou-se a preocupação crescente das comunidades com o avanço da grilagem, das tentativas de expropriação da terra tradicionalmente ocupada. Também foi possível compreender melhor como o processo de territorialização conforma uma territorialidade específica de cada grupo. O contexto atual ameaça a destruição dos Gerais e por tabela compromete a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos. As narrativas enfatizam a destruição das nascentes (cabeceiras), a emergência de incêndios nas áreas de solta, isto é, nas áreas de uso comum, e o assoreamento e redução da vazão dos rios. São estas questões que acentuaram o antagonismo com a atuação do agronegócio.

O Processo de Territorialização

A ocupação tradicional dos Gerais vem de longa data. Em várias narrativas dos agentes sociais pertencentes às comunidades de Fecho de Pasto foi acentuado o tempo de ocupação.

> "No caso da nossa área lá, nós temos desde a época do nosso bisavô. Hoje eu estou com 55 anos, meu avô morreu com 80 anos e meu bisavô morreu com 105 anos e esse povo foi nascido tudo nessa região e morreu lá. Tá na faixa dos 300 anos que essa família da gente mora aqui. Se você chegar lá e procurar os nomes, todo mundo dá o sobrenome quase

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 74 03/12/2019, 14:52

> tudo igual porque é uma família só. Aí esse pessoal chega de fora e chega ao ponto deles falar nos autos que essa comunidade nossa só tem nove anos que existe nesse lugar" (Elias Pereira de Jesus - Porteira de Santa Cruz, Serra Dourada, 9/9/2017, durante oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto)
>
> "Sou um dos representantes daquela localidade [Salto], que é próximo aqui [da sede da cidade] de Correntina, de uma família que vem há quase 300 anos naquela comunidade. Sou um dos sofredores e batalhador incansavelmente, porque ali a gente tem história. Pessoas de baixa renda, sem salário. Vivemos naquela localidade desde os bisavôs da minha mãe. E minha mãe ainda é viva hoje… Tem 86 anos. É a sexta geração, minha mãe. Então, assim, eu digo incansavelmente porque nós que tínhamos um território na Comunidade de Salto, minha família. A gente vivia tranquilo." (Jaime Costa (Nego do Salto), Correntina, 9/9/2017, durante oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto)
>
> "Sou uma mãe de dez filhos, inclusive que deus me deu 6 e cuidei de 4 que é de meu marido e sempre meus avôs, minhas avó, minha mãe tudo nasceu e criou ali. Inclusive que meu bisavô que era Modesto. Inclusive que aquela região do Capão de Modesto, por isso que tem esse nome e continuou morando ali e sou da associação e quero coisa melhor pra nós. (Sou Reni dos Santos Silva, moradora do Capão do Modesto, 9/9/2017, durante oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto).

Elias, Nego de Salto e Reni nos apresentam o tempo de ocupação com forma de evidenciar a legitimidade da posse. Através da fala de Elias percebemos que afirmar esta ocupação é uma forma de desmentir o que os empresários alegaram durante o processo de investigação policial e dos próprios processos judiciais. Nestes processos a afirmação do tempo de ocupação seria um dos fatores que indicaria a legitimidade da posse. O discurso de área vazia ou de ocupação recente busca deslegitimar a ocupação tradicional, como se a tradição estivesse ligada ao passado.[19]

[19] Como referência para maior aprofundamento sobre o conceito de tradição indicamos os estudos realizados Eric Hobsbawm e Terence Ranger no livro "A invenção das tradições". (HOBSBAWM e RANGER, 1984) Outra indicação é o texto "Adeus aos tristes Tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial", de Marshall Sahlins. (SAHLINS, 2004) Queremos de antemão afirmar a dinâmica presente na construção das tradições, que contemporaneamente nos orientam a perceber sua constante renovação.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 75 03/12/2019, 14:52

Outro aspecto destacado por Nego do Salto é a associação entre as gerações anteriores que já ocupavam a área e a experiência de uma vida tranquila. Reni já enfatiza a relação familiar na ocupação da terra e mostra uma dinâmica organizativa ao apontar a participação na associação como forma de melhorar as condições de vida. Trazer o passado no discurso contemporâneo não pode ser percebido como uma forma de anacronismo e apego idílico, mas sim como algo que marca certo empoderamento no presente. Há uma disputa para indicar quem foi que invadiu a posse de quem, e desta forma quem cometeu "esbulho possessório" [20]. A conjugação que marca a tranquilidade no modo de viver antes dos conflitos se relaciona com a busca para melhora-lo. Novas formas organizativas, novas unidades de mobilização vão mostrar um dinamismo na tradição, que se renova a cada geração. (ALMEIDA, 2008, p. 118-119) Não há portanto contradição entre tradição e a inserção em uma forma associativa como algumas posições teóricas costumam apresentar.[21]

O "marco temporal" de quem chegou primeiro na área pode vir associado a outros aspectos que conformam a grilagem da terra. Em muitos casos há grande rotatividade de quem se diz dono até que um empreendimento mais robusto seja implantado, o que mostra a dinâmica nas vendas. As vendas são estimuladas por um mercado de terras que acompanha a alocação de capitais. Uma das formas de regularizar o esbulho seria a comprovação da propriedade através de documentos, que nem sempre aparecem materialmente. Mesmo quando são apresentados se mostram frágeis frente a uma investigação mais detida da cadeia sucessória que indicaria ilegalidade da documentação. Incorpora-se ainda ao processo de grilagem a contratação e manutenção de pistoleiros, hoje arregimentados por empresas de segurança privada[22] que dariam suporte a implantação de galpões e a abertura de variantes para construção de cercas. Elias assim nos narrou a situação de Porteira de Santa Cruz.

> A grilagem de terras já vem desde 82 e a gente vem lutando com esse pessoal lá. Um vai, começa e quando vê que a coisa aperta, larga de mão, e entram outros. Tem hora que eles chegam e passam o trator em cima da cerca nossa. Lá nessa área, é tanta gente dizendo que é dono: de dois em dois anos aparece um com documento. Aí eles voltam e dizem assim: moço, não me disseram que essa terra era assim não. Se eu

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 76 03/12/2019, 14:52

> adivinhasse que era assim, eu não tinha vindo. Aí vai embora, e com pouco já aparece outro dizendo que é dono, já não é mais aquele. Então, é um lugar que fica só aparecendo dono, mais dono, para atentar a gente. Nossa área é de 16 mil hectares, nossa luta é por toda a área, mas só que eles estão empurrando nós para deixar nós só com 400 ha, deixando nós já na beira de serra… (Elias Pereira de Jesus - Porteira de Santa Cruz, Serra Dourada, 9/9/2017, durante oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto).

A situação assume maior gravidade quando se identifica a ação de pistoleiros nas áreas ameaçando lideranças comunitárias.[23] A conivência do Estado com as violências e degradações ambientais praticadas pelas empresas se aliam aos esforços conjugados do Estado para a criminalização das práticas tradicionais comunitárias de manejo dos recursos naturais e de suas ações em defesa de seus territórios.

> Nós estávamos trabalhando na roça aí eles chegaram com o Cerrado.[24] Tinham 45 policiais, Militar, Civil e Cerrado. Aí eles chegaram e deram ordem de prisão. Nós dissemos: por que nós estamos presos? Nós não estamos errados. Eles disseram: Vocês estão errados porque vocês estão aqui e aqui é de Dr. Wilson. Quando foi agora, prenderam cinco outra vez. Foram 23 dias que ficaram presos. Tão respondendo ainda. Todo mês os coitados têm que subir para assinar papel. Não podem nem sair pra fora pra pegar um dinheiro. Tem que ficar de plantão lá pra ficar assinando esses papéis… E a polícia ameaçou toda a comunidade. Esses dias mesmo ameaçou bater numa criancinha de menor, uma criancinha pequena. Eu estava na casa de meu tio e vieram lá gritando na hora que prenderam o pai e o avô da criança. Eles pegaram e me empurraram e deram tapas nos coitadinhos, empurraram com coronhada de arma, e ameaçaram todo mundo. Minha tia zoou com eles lá e foi que eles quietaram mais, saíram e foram embora. Eram a polícia e os pistoleiros deles que tavam

[23] Entre os anos 1977 e 1997 a CPT registrou numa publicação intitulada os "Mártires da Caminhada: vidas Pela Vida" 8 assassinatos de lideranças comunitárias e de um advogado que trabalhava em defesa das famílias atingidas pelas grilagem de terra. De 1997 a 2018, no "Cadernos de Conflitos no Campo" foram registrados quatro assassinatos no oeste da Bahia, sendo que há referência anual à novas ameaças de morte. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1997 a 2018).

[24] Denominação dada a um batalhão da polícia militar que atua nesta região.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 77 03/12/2019, 14:52

> junto com a polícia." (José Batista - Porteira de Santa Cruz, Serra Dourada, 9/9/2017, durante oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto).

Neste depoimento de José Batista percebemos como existe uma relação próxima entre policiais e pistoleiros, e que agem conjuntamente, seja através de ameaças que se materializaram na realização de prisões arbitrárias, seja com outras formas de intimidação, com o uso de violência física e psicológica que visa desestabilizar a resistência do grupo que se opõe a instalação dos empreendimentos. As ações de desestabilização são recorrentes em todas as situações relatadas e se constituem em um fator que desafia as formas de organização.

Mas a disputa central que queremos enfocar vai além do tempo de ocupação na área e da legitimidade da posse/propriedade. Vai além de denunciar as formas de violência em que as famílias pertencentes às comunidades de Fecho de Pasto estão sujeitadas. A disputa que destacamos é na racionalidade que orienta a relação entre o uso dos recursos e a preservação ambiental.

> Nessa área lá tem duas aguadas, só que agora só tá existindo mesmo fraquinha, por causa dessas invasões. Quando era só agente que trabalhava, a gente não chegava na beira da serra, mas depois que esse pessoal encostou, eles pegaram a máquina e saíram fazendo variante com máquinas e foram quebrando a beira da serra, aí a água chegou e foi descendo as áreas. Aí tapou as nascentes das águas. Agora a água que tem só duas tem nascentes, fraquinha, mas ainda tem. Antes eram quatro nascentes (Elias Pereira de Jesus - Porteira de Santa Cruz, Serra Dourada, 9/9/2017, durante oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto).

Neste pequeno relato Elias evidencia ações totalmente distintas entre o uso tradicional e as dos novos empreendimentos. Esses empreendimentos quase que recorrentemente realizam grandes desmatamentos que, além de suprimir a vegetação, estariam afetando as fontes de água, ambos imprescindíveis para a manutenção do modo de vida das famílias.

A utilização dos recursos naturais pelos integrantes de comunidades de Fecho de Pasto marcaria outra lógica, mesclada por uma agricultura e pecuária localizadas em terras que estão em posse das famílias com o uso comum de

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 78 03/12/2019, 14:52

recursos localizados na área denominada de Gerais, que se constituí o fecho de pasto.

> "Nenhuma pessoa de comunidade vive sem o fecho, porque as pequenas terras que a gente tem não dão suporte para se viver, tirar tudo. E o complemento é uma cabeça de gado. E também faz parte da economia da gente... Que se você tem um dinheiro, você deixa ele guardado, a precisão chega. E se você tem um gado, demora a vender, e você vai economizando e empurrando o tempo pra frente. (Jaime Costa 9/9/2017, durante oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto).

A economia a que se refere Jaime se estrutura em uma complexa lógica de reprodução social. Em Brejo Verde constamos que a produção realizada nas terras da família garante boa parte da renda necessária para as despesas gerais da casa. O plantio de cana de açúcar se destaca e tem como finalidade a produção de rapadura e melaço. Em algumas localidades também se produz cachaça. Os plantios de feijão, milho, arroz, abóbora, melancia e uma diversidade de frutas, verduras, temperos e legumes também são realizados nos quintais através da pequena irrigação, denominada roça de rego [25] (RIGONATO e ALMEIDA, 2018, p. 11). A criação de porcos e galinhas também se faz nesta área.

Porém a principal fonte de água que abastece essa pequena irrigação nasce nos Gerais, em pleno Fecho de Pasto.

> Aqui é como se fosse uma caixa d´água que nós temos, que a chuva chove aqui em cima mas de qualquer forma recebe ela lá nas nossas nascentes (Antônio de Abdias durante Caminhada nos gerais – 17/03/2016, para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

No entrono das nascentes se localizam outros recursos naturais utilizados de forma comum entre as famílias.

[25] Essa denominação perpassa várias localidades. Indico o texto "R-Existências dos Geraizeiros Baianos e o Front do Agro-Energia-Negócios: comunidades Geraizeiras do Baixo Vale do Rio Guará, São Desidério, na Mesorregião do Oeste da Bahia, de Valney Dias Rigonato e Maria Geralda de Almeida.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 79 03/12/2019, 14:52

O Brejo aqui produz a água, o buriti,. O piquizeiro vem dos gerais, o cascudo vem dos gerais, a cagaita vem dos gerais, o croadim vem dos gerais, tem o puça. E nós aqui é um povo que vem de muita tradição. (Josafá Souza de Santana (Fá) durante Caminhada nos gerais – 16/03/2016, para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde) E tem outro coquinho, por nome de coquinho de raposa… tudo isso mata a fome do ser humano no mato. Além disso aí tem o puça, a mangaba, tem o croadinho, tudo é fruto comestível. Tem o caju, tem o cascudo. Tem vários frutos do cerrado que alimenta o homem. Então tudo isso é preocupação para gente, pois se eles acabarem com este tipo de fruto do campo, nada disso nós vamos ver. E nós nasceu e criou conhecendo esses frutos dos gerais. Então nós, por causa destes frutos nós enfrentamos qualquer dificuldade, para nós defendermos estes frutos da natureza. Além de tudo isso nós temos outras coisas que nos interessam no campo, como as ervas vegetais, tem o barbatimão que é um remédio muito bom, um anti-inflamatório ótimo, o barbatimão. Tem a malvinha que é boa quando ás vezes a gente come alguma coisa que não cai bem no estômago, a malvinha é muito boa. Tem o tipi, uma árvore por nome de tipi nos gerais, que é bom para resfriado. Tem outras medicinas. Tem o grão de galo, que eu esqueci de falar, que é uma fruta muito gostosa. Tem essa fruta que eu passei mostrando aí... que é a roseta… é bom para anti-inflamatório isso aí. E não é só isso aí, pois nós temos no campo que nos proteje, coisa da natureza. É por isso que nós lutamos por isso ái, é para defender esse tipo de coisa, por que nós dependemos disso aí para sobreviver, nós temos que lutar mesmo, de qualquer maneira nós somos cativos destas árvores. Aquela árvore alí se chama de pau doce. É remédio bom para colesterol. Eu não estudei esta parte da medicina por que eu não tive oportunidade, mas eu como caipira da roça eu tenho os conhecimentos. Esse é o fel da terra que também é muito bom. Isso marga demais, tem um margoso… se vocês não sabem para que que serve isto aqui, eu vou falar, com meus poucos conhecimentos. Um é para tirar vento dos intestinos dos companheiros e bom também para picada de cobra, por isso chama cascavel. Se por a caso a cobra picar o companheiro no campo, ranque ele, faz um chá imediato, que é bom para combater o veneno da cobra. (Juscelino durante Caminhada nos gerais – 17/03/2016, para construção da nova cartografia social do Fecho de Pasto de Brejo Verde).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 80 03/12/2019, 14:52

O uso comum dos gerais se caracteriza para além de garantir alimentação e remédio, mas é uma forma de proteção das nascestes que alimentam os regos, isto é, os canais de irrigação. O conhecimento detido do uso de cada planta o faz valoriza-la e assim coíbe uma postura favorável ao desmatamento.

Outra relação que existe entre as duas áreas está na forma de criação do gado bovino, outra fonte de renda importante para manutenção da família. Em épocas do ano o gado fica numa parte da área em domínio da família, e em parte do ano é solto nos Gerais.

> "Com relação ao gado é o seguinte: a gente tem o retiro da área dos gerais. Na época da chuva, quando começa a chover, a gente retira o gado pros Gerais, e um mês, um mês e pouco, de acordo for a chuva - choveu bom, o capim sai rápido - aí a gente pega o gado dos Gerais e retorna pra fazenda. Você entendeu? Pra fazendinha da gente. Aí quando é na outra solta, de novo, na outra 'veda', de novo, final de março e abril, agente retira o gado de novo, torna levar pra área dos gerais, de novo. Aí quando é no mês de maio retorna o gado de volta pra fazenda" (Joel de Castro e Silva, de Aparecida do Oeste, 9/9/2017, durante oficina para construção do Boletim Informativo dos Fechos de Pasto).

Campear o gado, isto é, as atividades de soltar, cuidar e recolher o gado nos Gerais, se constituiu como uma característica marcante dos homens desta região. A depender do tamanho do fecho podem-se passar dias longe de casa, permitindo um convívio intenso entre vaqueiros nos e com os Gerais. Nas áreas de fecho estão espalhados vários ranchos, que se constituem como ponto de apoio para os vaqueiros e marcam a posse da terra. Esses ranchos podem até pertencer a uma pessoa, mas seu uso é partilhado com quem necessite de pouso para descanso e local para preparar de alimentos. Esta atividade permite constantemente a vigilância da terra tradicionalmente ocupada e não é por coincidência que os antagonistas tentam a criminalização desta atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na guerra de narrativas, os empresários tentam legitimar seus empreendimentos, com as autorizações para desmatamento e uso de recursos

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 81 03/12/2019, 14:52

hídricos emitidas por órgãos oficiais do governo. A supressão da vegetação é a ação base destes empreendimentos e as normatizações legais permitem desmatar até 70% da área. Por sua vez os representantes de comunidades de Fecho de Pasto precisam da área preservada para garantir a força das fontes de água que alimentam seus canais de irrigação. O uso da área dos Gerais também mostra sua importância em termos econômicos para as famílias dos Fechos de Pasto. A geração de renda advinda com a criação de gado, a segurança alimentar dos frutos do cerrado e a medicina tradicional buscam garantir uma vida mais saudável.

O discurso de progresso proferido pelos empresários se realiza para as famílias com o impedimento do uso comum dos recursos naturais, perdem o acesso a terra tradicionalmente ocupada e percebem a degradação das fontes de água que utilizam. Nas situações na qual os empreendimentos vingaram ocorreu a pauperização das famílias que viviam nas áreas. A razão em que se baseia este discurso se orienta pelo acúmulo de capitais e não reconhece a importância dos Gerais como fonte de recursos para as famílias. Trata a questão ambiental como mera formalização burocrática, e tenta sua legitimação no enquadramento legal e uma suposta geração de emprego.

Compreender diferentes racionalidades que orientam outra relação com a natureza, outra concepção de economia, foi o desafio colocado para nosso grupo de pesquisa. Estabelecer relações de pesquisa mais horizontais com nossos interlocutores orientou nossa inserção em campo e permitiu o reconhecimento de um conhecimento tradicional que propiciou a constituição de novas formas organizativas que impuseram resistência à implantação dos empreendimentos. Esse conhecimento tradicional se apresenta marcado por uma consciência ambiental que se renovou perante os conflitos e estimulou novas unidades de mobilização. Por sua vez a mobilização para as ações de enfrentamento se legitima no direito a se ter autonomia para defender o próprio modo de vida, buscando maior qualidade e dignidade. E a defesa deste modo de vida contra sua criminalização passa por dar visibilidade aos conflitos, evidenciando quais critérios legitimam cada parte envolvida.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 82 03/12/2019, 14:52

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. D. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmete ocupadas. 2ª Edição. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. D. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DOS PEQUENOS CRIADORES DO FECHO DE PASTO DE BREJO VERDE E CATULÉ. **A luta por nosso mod de vida:** Fecho de Pasto Brejo Verde. Manaus: UEA, 2018.

COMERFORD, J.; KRAYCHETE, G. A nova face agrária do Oeste baiano: diversidade e ambiguidades. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 132, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2009 a 2012.

GUSFIELD, J. **Community:** a critical response. New York: Harper & Row, 1975.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, N. O capitalismo no Oeste Bahiano. **Caderno do CEAS**, Salvador, v. 86, 1883.

RIGONATO, V. D.; ALMEIDA, M. G. D. R-Existências dos Geraizeiros Baianos e o Front do Agro-Energia-Negócios: comunidades Geraizeiras do Baixo Vale do Rio Guará, São Desidério, na Mesorregião do Oeste da Bahia. **Anais do ENGA**, Dourados, Novembro 2018.

SAHLINS, M. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial. In: _____ **Cultura na Prática**. Rio de janeiro: UFRJ, 2004. p. 503-534.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 83 03/12/2019, 14:52

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Universidade de Brasília, v. Vol. I, 1991.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 84 03/12/2019, 14:52

ASSOCIATIVISMOS E (DES) MOBILIZAÇÃO: AS FORMAS ORGANIZATIVAS FACE À DINÂMICA DOS ATOS DE ESTADO

Patrícia Maria Portela Nunes[1]
Cynthia Carvalho Martins[2]

Introdução

A realização de pesquisas sistemáticas em unidades sociais autodesignadas comunidades tradicionais tem nos permitido refletir sobre os diferentes instrumentos de intervenção do Estado brasileiro ao implementar um conjunto amplo de iniciativas direcionadas à gestão da coisa pública na promoção do chamado "desenvolvimento nacional", ou por derivação do desenvolvimento de uma determinada "região". Iniciativas essas que visam implementar grandes obras públicas, a exemplo dos designados "grandes projetos nacionais" prevalecentes no contexto do que se convencionou chamar de "desenvolvimentismo", como forma de referendar diferentes tipos de política econômica, nem sempre alinhadas entre si, ou ainda, mais recentemente, a exemplo os chamados "megaempreendimentos". O conjunto das ações referido à implantação desses chamados megaempreendimentos coaduna-se em certa medida à produção de um discurso ambiental que, fundamentado em conceitos como "desenvolvimento sustentável", "sustentabilidade", "consciência ambiental", dentre outras noções operacionais, busca delinear certos limites aos atos e práticas de intervenção que incidindo sobre os recursos naturais atualizam uma lógica apresentada como racional no trato da exploração do meio ambiente. Vista como referida a um crescimento sempre contínuo, tal racionalidade parece sustentar uma exploração

[1] Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Cartografia Social e Política da Amazônia (Universidade Estadual do Maranhão/UEMA).
[2] Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Cartografia Social e Política da Amazônia (Universidade Estadual do Maranhão/UEMA).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 85 03/12/2019, 14:52

sem limites dos recursos naturais e tem levado aos defensores da "natureza" como os ambientalistas a acusar as tomadas de decisão que fazem valer as políticas de desenvolvimento econômico do país. A ênfase, ou lugar de primazia, conferida ao desenvolvimento "econômico" tem levado à adoção de práticas cujos efeitos nocivos são designados por seus críticos como desenvolvimentismo.

A crítica ao chamado "desenvolvimentismo" é de conhecimento amplo e difuso, uma espécie de *senso comum douto*, face a certo consenso alcançado sobre a relevância da produção de um pensamento crítico a seu respeito. Tal crítica ao desenvolvimentismo vem sendo realizada de forma persistente por diferentes autores de diferentes formações acadêmicas: desde economistas versados em políticas econômicas, em sua elaboração ou análise crítica, a jornalistas especializados em economia que divulgam a um público amplo e difuso interpretações sobre as políticas econômicas adotadas em diferentes gestões de governo, até cientistas políticos, filósofos e historiadores que abordam o problema do "desenvolvimentismo" sob diferentes prismas mas balizados por critérios de competência que legitimam sua tomada de posição e a interpretação crítica que dela deriva.

De uma certa perspectiva, o presente artigo vem reforçar o coro das análises críticas sobre o chamado "desenvolvimentismo", muito embora não seja esse nosso objetivo precípuo e embora busquemos recusar uma análise macro sobre a ação do Estado ou a adoção de uma visão genérica sobre as políticas governamentais ancoradas no desenvolvimento econômico. Por outro lado, evitando substantivá-lo, recusaremos partir de uma definição rígida sobre "desenvolvimentismo" porquanto ele tanto possa fazer referência à uma dispersão de enunciados que proclamam a construção de um pensamento crítico ante à prevalência atribuída em atos e práticas de Estado ao desenvolvimento econômico e ao chamado "mercado", quanto possa designar uma política de Estado deliberadamente adotada por uma determinada administração pública. Esta segunda acepção de desenvolvimentismo pode expressar a opção oficial em dado contexto por correntes teóricas do pensamento econômico a exemplo do chamado "liberalismo econômico" ou "neoliberalismo", delineando as relações entre a gestão pública e a economia enquanto ciência, sendo esta referendada por um corpo de teorias econômicas sobre o qual não há consenso. O primeiro significado de desenvolvimentismo está, no entanto, ancorado em princípios

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 86 03/12/2019, 14:52

denotativos que ressaltam os efeitos nocivos suscitados pelas ações que fazem valer políticas de desenvolvimento econômico, ou seja, seu significado denota uma análise crítica; ao passo que esse último significado implica numa visão positiva do desenvolvimento econômico, como se a ênfase na economia de mercado fosse percebida como uma mola propulsora de um desenvolvimento pleno não só econômico mas referido a um bem estar equitativo e compartilhado por todos os que fazem parte de uma mesma "comunidade nacional"[3]; além de um sentido positivo o termo "desenvolvimentismo" alude aí a uma noção prática que faz valer um conjunto de princípios de ação. Em verdade, antes de aderirmos a uma ou a outra posição, buscamos tomar o desenvolvimentismo tanto como tema e como problema em disputa pelos chamados planejadores e por seus críticos, referidos a formações acadêmicas diversas. O "desenvolvimentismo", enquanto uma noção operacional que prescinde de uma conceituação orienta atos e práticas de intervenção oficial. De todo modo, o segundo significado nos permite levantar um conjunto de indagações se consideramos o bem estar de uma "comunidade nacional" sob o prisma de unidades sociais que são designadas por povos e comunidades tradicionais: em que medida as relações comunitárias que estão referidas a um modo de ser e viver específico podem encontrar alguma afinidade na aproximação ou alguma forma de troca positiva com as relações de tipo associativo que são promovidas por diferentes tipos de agentes sociais que representam interesses apresentados como "nacionais" ou representativos de interesses econômicos de certos segmentos sociais tal como os interesses representados pelo agronegócio, pela exploração minerária ou por formas de criação extensiva de gado? Em que medida as relações comunitárias atualizadas no plano das relações inter e intra comunidades dispensam de efetiva as forma relações associativas propriamente ditas? Ou seja, é possível considerar que as relações associativas são ausentes no domínio das formas de organização social de diferentes grupos designados povos e comunidades tradicionais? De outra parte em que medida a organização política acionada por diferentes grupos sociais como uma forma de fazer valer direitos étnicos e fazer reconhecer modos de vida próprios prescinde de uma modalidade de associativismo exter-

[3] A crítica à ideia de nação através do conceito de comunidade é realizada por ANDERSON, Benedict. C*omunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 87 03/12/2019, 14:52

na, introduzida por formas oficiais de institucionalização? É imprescindível para uma politica de reconhecimento a formalização de uma forma associativa?

Nesse sentido, em detrimento das análises generalizantes, buscaremos discernir um conjunto de intervenções oficiais que temos acompanhado de forma sistemática através da realização de pesquisas empíricas em comunidades autodesignadas povos e comunidades tradicionais e que nos parece sinalizar para a ocorrência de mudanças significativas nas relações estabelecidas entre o Estado Brasileiro e as diferentes coletividades, que assim se colocam, ao acionarem uma plêiade de categorias identitárias. Mudanças essas que parecem a fazer valer um conjunto de dispositivos adstrito aos direitos de povos e comunidades tradicionais. Essas mudanças na forma de gerir a coisa pública evidenciam uma dispersão de procedimentos oficiais direcionados à definição das chamadas políticas de desenvolvimento, consoante um determinado contexto histórico ou *lugar* de implantação. Procedimentos estes que podem estar referidos a atos de colonização direcionados ao povoamento de "regiões" referendadas como desérticas; a políticas oficiais de promoção do chamado "desenvolvimento regional" legitimados por estudos produzidos por peritos de Estado cuja competência científica pode estar ancorada numa capacidade para identificar a "vocação" de uma certa "região", seja por critérios de divisão geográficos ou econômicos, ou numa disputa pelo critério legítimo. Pensamos, por exemplo, nos grandes debates referidos aos supostos potenciais agrícolas e"ou pecuários de uma região como aqueles que fomentaram a criação de gado búfalo na região da Baixada Maranhense; ou ainda em iniciativas que ultrapassam a ideia de "região" e se colocam como intervenções do poder público fundamentadas em "interesses nacionais" a exemplo dos investimentos em exploração minerária ou em "potenciais energéticos", seja com a implantação de hidrelétricas ou com o investimento nas denominadas energias limpas, como a energia eólica. Poderíamos ainda considerar os debates referidos ao desenvolvimento de conhecimentos específicos, considerados estratégicos e"ou referidos a "tecnologias de ponta", como a tecnologia aeroespacial que, mediante os atos oficiais referidos à criação, implantação e expansão do chamado Centro de Lançamento de Alcântara, não têm dispensado ganhos econômicos propriamente ditos, seja por alimentar um propalado "interesse nacional" em participar dos mercados internacionais de produção de satélites, seja por gerar lucros efetivos com o aluguel de platafor-

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 88 03/12/2019, 14:52

mas de lançamento para outros países. Essas chamadas políticas de desenvolvimento são ainda atualizadas nos constantes, e cada vez mais imponentes, investimentos em obras de infraestrutura que tanto podem estar referidos a abertura de rodovias e ferrovias voltadas à implementação de projetos de desenvolvimento regional, a exemplo da transamazônica ou a ferrovia norte-sul, quanto implicar na viabilização de projetos de interesses tidos como nacionais promovendo, inclusive o escoamento da produção, através da criação de portos que permitem a exportação da produção minerária e das chamadas *commodities* _ os portos também parecem assumir uma engenharia mais imponente com a criação das chamadas zonas portuárias que requisitam grandes extensões territoriais.

De uma certa perspectiva a dinâmica que a dispersão dessas iniciativas suscita poderia encontrar numa análise diacrônica seu sentido de ordem porquanto facilmente poderíamos ser levados a pensar que as ações governamentais mudam em conformidade com o alinhamento político-partidário dos mandatários do poder político ou seguem um fluxo de evolução alinhado com o incremento tecnológico tido como em crescente evolução. Antes de tomar as divisões administrativas como critério de análise para bem fundamentar uma constituição linear dos atos de intervenção oficiais ou de considerar a tomada de decisão dos mandatários de poder como "feitos de agentes históricos individuais", consoante os preceitos de um pensamento positivista, buscaremos descrever a dispersão dessas iniciativas de intervenção do poder público em comunidades tradicionais. A dispersão dessas diferentes iniciativas nos faz perceber que a prevalência do desenvolvimento econômico mesmo que não se trate de um ato deliberado é atualizada de forma persistente em situações sociais a partir das quais se têm delineado discursos em defesa do meio ambiente ou sobre o que se considera "desenvolvimento social" ou "socioambiental" que podem ser lidos como a simples consideração de que as políticas de desenvolvimento esbarram, por assim dizer, em problemas ambientais e sociais. Ou dito de outro modo o meio ambiente ou o "homem", em sentido lato, ou o "povo" (AGAMBEN: 2015), em seu significado difuso, constituem-se consoante a ótica de gestão da coisa pública em limites ao desenvolvimento e sua exploração dos recursos naturais. A ambivalência do significado de "povo" parece atualizar uma certa tensão nas correlações de forças que se instituem por aqueles vinculados ao planejamento ou execução dessas políticas de desenvolvimento e aqueles que se colocam pe-

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 89 03/12/2019, 14:52

rante o Estado brasileiro como "povos indígenas ou tribais", "comunidades tradicionais", "comunidades remanescentes de quilombos" consoante as categorias de direito presentes na Constituição Brasileira de 1988, ou em tratados e convenções internacionais, que especificam um conjunto de direitos étnicos. A afirmação dessas categorias como figura de direito remete a um conjunto amplo de categorias identitárias que tornam evidentes modos de ser e de viver cuja dinâmica não se alinha ao *modus operandi* que orienta as práticas referidas ao desenvolvimentismo.

Considerando que o próprio conceito de Estado é de difícil definição, como sugere com P. Bourdieu, declinamos Da busca por uma definição de Estado em favor da noção de *atos de Estado* proposta por este mesmo autor (BOURDIEU: 2010). Nesse sentido, o conjunto de intervenções públicas que temos acompanhado através da realização de práticas de pesquisa etnográfica em comunidades tradicionais nos autoriza a colocar em suspenso uma visão monolítica de Estado e a direcionar nossa atenção para as relações sociais que se delineiam face a atos deliberados de implantação de políticas, programas ou planos de desenvolvimento. Dentre as situações concretas que temos acompanhado elegemos duas situações de pesquisa para fundamentar nossas reflexões a respeito da dinâmica das estratégias de intervenção do poder público em comunidades autodesignadas tradicionais.

A primeira situação refere-se à atualização de uma nova política energética brasileira que se viu pressionada a investir nas chamadas "energias alternativas" ou "energias limpas" de modo a forçar os planejadores das políticas energéticas a investir em tipos de geração de energia que se colocam como uma "alternativa" aos combustíveis fósseis, não renováveis, ou que possam substituir a ênfase atribuída pela política energética brasileira ao setor hidrelétrico. Nesse sentido, constrangidos por segmentos sociais que denunciam a degradação do meio ambiental, os chamados planejadores incorporam a energia eólica como parte da política energética brasileira. Consubstanciada na implantação do primeiro parque eólico do Maranhão, o desenvolvimento dessa nova política energética tem suscitado um conjunto de iniciativas que têm implicado no intrusamento de territórios tradicionais com a abertura rodovias, implantação de linhas de transmissão de energia pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte). Acompanhamos o processo de implantação deste parque em unidades sociais

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 90 03/12/2019, 14:52

referidas a designada gleba Santa Clara Comum, consoante à classificação do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA). Em se tratando dos impactos causados nas relações comunitárias observamos a imposição por parte do órgão estadual de regularização fundiária da criação de 23 associações de moradores com o objetivo expresso de receber o título das terras. Como corolário, estas mesmas associações tornaram-se "parceiras" da empresa concessionária de exploração de energia eólica, conforme discutiremos à frete.

Buscaremos deslindar as estratégias atualizadas por estes "planos", programas e políticas de intervenção e os efeitos por eles produzidos no âmbito das relações comunitárias ao desestruturar a organização de modos de vida que encontram na roça, na pesca ou no extrativismo mais que simples atividades econômicas, de modo a impingir mudanças, seja na relação estabelecida com os territórios tradicionalmente ocupados e o uso dos recursos naturais, seja na politização das relações de conflito que organizam em muitas situações as relações de mobilização políticas e a definição de pautas reivindicatórias ancoradas numa consciência dos direitos constitucionalmente assegurados.

A segunda situação refere-se ao planejamento das ações públicas direcionadas à Pré-Amazônia Maranhese, articulado aos interesses privados e com concentração na exploração dos recursos naturais, tal como o minério de ferro, madeira de lei, bauxita e alumínio e, posteriormente na exploração de plantios homogêneos tais como a soja, o eucalipto e a cana-de-açúcar. Tal planejamento concentrou-se na implementação de programas e projetos que resultaram em impactos nas formas tradicionais de ocupação territorial, em intensos conflitos e em formas de mobilização sindicais e de povos e comunidades tradicionais. Analisaremos a situação de criação das denominadas "associações comunitárias" em distintas situações, incluindo aquelas referidas aos *assentamentos, Reservas Extrativistas* e no âmbito das ações empresariais para concessão de áreas de cultivo ou projetos de compensação ambiental.

De "trabalhadores rurais" a "parceiros" de empresas privadas: formas de classificação oficiais atualizadas com a implantação do primeiro parque eólico do Maranhão

As atividades de pesquisa campo realizadas em unidades sociais que integram o Projeto Estadual Santa Clara Comum cindiram-se a duas viagens de

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 91 03/12/2019, 14:52

pesquisa, ocorridas em 2017 e 2018. Foram visitadas diferentes comunidades da Gleba Santa Clara Comum como Seriema, Santo Antônio, Itaperinha, Tutóia Velha, Fazenda Velha, Mangueira, Dendê, dentre outras localizadas fora desta Gleba; de modo a permitir reunir observações diretas referidas à implantação do parque eólico, assim como realizar um conjunto de entrevistas com moradores dessas comunidades e com membros do Sindicato dos Arrumadores de Tutóia e Araioses. As atividades de pesquisa permitiram aos pesquisadores realizar um levantamento preliminar a respeito dos efeitos produzidos pelo conjunto das ações governamentais de implantação do parque eólico no âmbito das atividades de pesca e plantio que asseguram as condições de reprodução social do conjunto das famílias aí residentes e perceber os conflitos sociais provocados por tais ações[4].

A pesquisa realizada tomou como referência unidades sociais localizadas no PE Santa Clara Comum (com 924 hectares de terra) porquanto empresas privadas, que se colocam como especializadas na geração desse tipo de energia, já tenham dado início às negociações com o poder público para a obtenção das chamadas "concessões de uso" de um território tradicionalmente ocupado por *pescadores*, *quilombolas* e *descendentes de indígenas Tremembé*. Estipulado em 30 anos, o período da concessão de exploração pela empresa privada é visto como elemento de preocupação pelos agentes sociais entrevistados. Politicamente organizados através da Colônia de Pescadores e de Associações de Moradores, os agentes sociais ressaltam um conjunto de medidas então tomadas por representantes de órgãos governamentais e da empresa concessionária de serviço público que nos autoriza a refletir criticamente sobre um *modus operandi* que orienta as intervenções públicas.

Com um processo de desapropriação de terras iniciado pelo ITERMA em 1994, através de Projeto de Assentamento Estadual, a regularização fundiária do PE Santa Clara Comum manteve-se inconclusa até o ano de 2016. A emissão de títulos de regularização das terras ocorreu no âmbito do processo de implan-

[4] As análises a seguir foram formuladas para a apresentação do II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "Megaprojetos, Atos de Estado e Povos e Comunidades Tradicionais" realizado na cidade de Cáli entre 22 a 25 de outubro de 2018 e promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão e a Universidad Autónoma de Occidente, Cali (Colômbia), com o título "Atos de intervenção, Direitos Étnicos e Conflito Social: os efeitos sociais produzidos pela implantação do primeiro "parque eólico" do Maranhão".

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 92 03/12/2019, 14:52

tação do Parque Eólico estando inscrita, segundo os agentes sociais, como "ato de compensação" ao empreendimento. Dentre as 27 Associações de Moradores que integram o PE Santa Clara Comum, o ITERMA emitiu, em 2016, 23 títulos comunitários direcionados a associações de moradores. Os entrevistados ressaltam que nem todas as associações foram beneficiadas com a titulação de terras e que os *royalties* concedidos aos titulares das terras parecem aquecer o mercado de terras na região. A titulação das terras é ainda percebida pelos agentes sociais entrevistados como elemento de tensão em face da delimitação dos domínios territoriais de cada uma das Associações.

A delimitação rígida das fronteiras efetuada pelos agrimensores do instituto estadual de terras parece ter introduzido uma drástica mudança na relação com a "terra": se, antes da titulação, os locais de plantio, designados *capoeira,* eram livres e não estavam restritos aos marcos que separavam o território de uma comunidade de outra, que lhe é contígua, o processo de titulação e a delimitação da área de cada uma das comunidades que integra o PE Santa Clara Comum instituiu uma cisão entre comunidades vizinhas que compartilhavam áreas de uso comum. Há famílias de trabalhadores rurais que perderam seus roçados e áreas de cultivo por incidirem fora da área delimitada pelos agrimensores. Situação essa observada na comunidade quilombola de Itaperinha[5]. Famílias que residem em Itaperinha, mas plantavam na comunidade vizinha de Mangueira sem quaisquer restrições ao uso dos recursos ecológicos, perderam esse direito com o processo de regularização fundiária. A simples presença desses técnicos do ITERMA nas comunidades do PE Santa Clara Comum é entendida pelos agentes sociais como estratégia de controle e imposição de um outro modo de gerir o uso dos recursos ecológicos.

Para além das relações de conflito estabelecidas entre comunidades cujos domínios territoriais são contíguos, há conflitos internos gerados pela criação de Associações de Moradores. De acordo com os entrevistados, a titulação das terras do PE foi efetivada tendo a associação comunitária como figura jurídica. A titulação coletiva, em âmbito comunitário, impôs a instituição de uma figura

[5] Dentre todas as comunidades visitadas durante as atividades de pesquisa de campo realizadas a comunidade de Itaperinha é a única a possuir o certificado da Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombos nos termos do artigo 68 do ADCT da Constituição Brasileira.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 93 03/12/2019, 14:52

jurídica: para ter acesso ao título de terra, cada comunidade teria que criar uma "associação de moradores" e, como corolário, cada morador deveria estar devidamente associado. Nem todas as comunidades tinham associação como figura jurídica de representação coletiva e nem todos os moradores quiseram ser "associados" posto que a expectativa de direito das famílias que lá residem há muitas gerações não está referida ao tipo de formalização institucional que o vínculo "associativo" representa. Essa distinção entre "associados" e "não associados" tem resultado numa diferenciação interna das famílias e se constitui em motivações de antagonismos. As famílias de moradores "não associados" têm sido constrangidas a mudar sua área de cultivo para fora do domínio territorial da comunidade onde residem, acirrando conflitos internos. Não é incomum encontrarmos moradores que se negaram a pagar as taxas cobradas pelos presidentes das associações e que são constrangidos a colocar seus roçados fora dos domínios territoriais das comunidades onde sua família reside e trabalha por diferentes gerações. Ademais, nem todas as comunidades do PE possuíam associações de moradores. A criação de muitas dessas associações colocou-se como imperativo para regularização das terras, sendo essa uma medida compensatória do projeto energético. A criação dessas associações figura, assim, como ato decorrente da tomada de decisão de implantação do parque eólico. O caráter impositivo de que se revestiu a criação de muitas dessas associações se fez acompanhar da imposição da figura de um representante, o presidente da associação, que nem sempre é reconhecido como representante legítimo de sorte que a construção da autoridade do "presidente" como representante da comunidade pode ser lida como artificial, impositiva e não legítima ou efetivamente representativa. Não obstante a isso, o cargo de "presidente" é em muitas situações legitimado de fora, isto é por autoridades de reconhecido poder e legitimidade, vinculados a agencias e autarquias de Estado. O ato da delegação política (BOURDIEU: 2014) através do qual uma pessoa dá poder a outra foi revestido por uma extrema tensão social em comunidades em que o "delegado", aquele que representa o grupo, não possui legitimidade de representação por aqueles a quem deveria representar.

Há situações em que famílias de trabalhadores rurais se negam a pagar as taxas cobradas pelo presidente da associação da comunidade onde residem e passam a plantar fora da área delimitada pelos agrimensores, fazendo valer prá-

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 94 03/12/2019, 14:52

ticas legitimadas por direitos consuetudinários; há situações em que aqueles que plantavam de forma habitual em capoeiras localizadas fora dos domínios de sua comunidade passaram a ser impedidos pelo representante da comunidade vizinha perdendo a área de seus roçados; há ainda situações em que a titulação de terras não levou ao rompimento das relações de patronagem mantidas por décadas com um pretenso proprietário das terras onde estão localizadas as residências e os locais de plantio dos moradores de comunidades tradicionais; há situações em que a titulação coletiva das terras destituiu o direito daqueles que adquiriram por compra pequenos domínios que eram usados como área de cultivo para diferentes unidades de trabalho familiar, sem que houvesse quaisquer cobrança de foro pelo uso da terra.

Muitas famílias têm sido levadas a acreditar que o ato de titulação das terras transmitiu o direito de propriedade para os presidentes das associações. Estes passam a ser considerados como "proprietários" das terras da comunidade a qual representam. Percebem a si próprios dessa maneira e são assim percebidos, passando a exercer um tipo de poder que se aproxima daquele exercido pelos "antigos patrões" e "brancos" da região, limitando as áreas de cultivo àqueles que se filiam à Associação de Moradores e aos que efetuam o pagamento de tributo que lhes é cobrado. Para muitos presidentes de associação, aquele que não se filia perde o direito de cultivo sobre a terra e o acesso a recursos naturais que incidem sobre a área delimitada por agrimensores.

Segundo os entrevistados, o maior obstáculo colocado por funcionários do Instituto Estadual de Terras do Maranhão (ITERMA) à regularização do território reivindicado era de natureza pecuniária. Isto é, havia custos de regularização fundiária cujo montante alcançava 82 mil reais e, se pagos fossem, poderiam levar à conclusão do processo de regularização iniciado na década de 1990. A impossibilidade dos moradores do P.E. custearem esse valor levou-os a aderir à ideia levantada em Audiência Pública em 2015 de estabelecerem uma "parceria" com a empresa privada contemplada pelo poder público pela concessão de uso e exploração da energia eólica. Nesse sentido, a ampliação das matrizes energéticas consideradas "limpas", em consonância com as formulações dos planejadores da política energética brasileira, estabelecera uma divisão de responsabilidades para implantação do parque eólico no Maranhão: o governo do estado é responsável pela criação da infraestrutura para instalação do parque eólico

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 95 03/12/2019, 14:52

com a abertura de estradas, a implantação da linha de transmissão de energia é competência da agência Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A e a exploração efetiva dos ventos pelas turbinas eólicas, que constitui o "Sistema de Geração Eólica", é atribuída a uma empresa privada que recebe a concessão de uso pelo poder público.

O conjunto dessas ações expressam atos de Estado que bem podem ser compreendidos pela noção de "situação colonial" (BALANDIER: 2014) porquanto prevaleça a expansão da exploração dos recursos naturais através da implantação de grandes empreendimentos direcionados ao desenvolvimento econômico, revestido agora da noção de sustentabilidade. A expansão, sempre crescente, da exploração de recursos naturais é atualizada à custa dos direitos territoriais de uma pluralidade de grupos sociais que questionam a arbitrariedade das ações governamentais de exploração dos recursos, pleiteiam o direito de acesso ao uso dos recursos naturais e o direito de preservação de seus territórios. Acionam para tanto um conjunto de dispositivos constitucionais e referidos a organizações internacionais que asseguram um amplo conjunto de direitos aos denominados povos e comunidades tradicionais que visam garantir modos de ser e viver próprios. Ancorados nesses dispositivos legais, reivindicam sobretudo o direito à autodefinição e a uma livre expressão de suas identidades.

Programas e projetos governamentais em empresas e associações na Pré-Amazônia maranhense

As atividades de pesquisa de campo no sudoeste maranhense e norte do Tocantins ocorreram em distintos momentos, entre os anos de 2002 e 2017. Foram realizadas entrevistas e observações diretas, oficinas de mapa e acompanhamento de reuniões na denominada estrada do Arroz; nas Reservas extrativistas do Maranhão e Tocantins e no acampamento Viva Deus (Imperatriz). Em 2014 a equipe do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSA) organizou em Imperatriz o do Seminário "Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos". E em 2016 pesquisadores vinculados ao PPGCSPA, no âmbito do projeto Centro de Ciências e Saberes realizaram um trabalho de campo em Vila Conceição, no município de Imperatriz.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 96 03/12/2019, 14:52

O Programa Grande Carajás (PGC) planejado no período do governo militar do Brasil visava explorar uma das maiores reservas de minérios do mundo, a serra dos Carajás, localizada no Pará. Objetivava explorar o minério de ferro e outros recursos minerais tais como ouro, manganês e bauxita, em uma área correspondente a 900 mil quilômetros quadrados no sudeste do Pará, Norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão. O investimento governamental em obras de infraestrutura como hidrelétricas, estradas de ferro e portos facilitou o funcionamento das empresas privadas de mineração e outras, direcionadas para o mercado de *commodities*. A construção de portos estatais permitiu o escoamento dos produtos e uma integração com o mercado internacional.

Programas governamentais como o PGC direcionaram investimentos para que empresas privadas se instalassem com subsídios no oferecimento de distintos serviços públicos, a exemplo do fornecimento de água e energia elétrica. Com a implantação desse Programa empresas privadas com capital nacional e estrangeiro tiveram acesso a extensos domínios territoriais e passaram a utilizar a mão-de-obra local para serviços temporários e sem especialização.

O planejamento das ações públicas direcionadas à Pré-Amazônia Maranhese, considerada como possuindo potencial para implantação de empreendimentos desenvolvimentistas, implicou na exploração de madeira para alimentar as denominadas siderúrgicas que beneficiavam o minério oriundo da Serra dos Carajás. Tais empreendimentos, localizados nos municípios de Açailândia (Maranhão) e Marabá (Pará), utilizavam a madeira nativa para o fabrico do carvão. Inóspita era a situação de tais municípios, sombreados de fumaça e poluição com crianças e mulheres trabalhando em fornos de produção de carvão vegetal. Posteriormente, com a devastação da floresta as siderúrgicas passaram a explorar o carvão do coco de babaçu, queimado inteiro.

Com a implantação do PGC outros projetos passaram a ser gestados e viabilizados com vistas à exploração de cultivos homogêneos, a exemplo do projeto do Polos Florestais. Tal programa tinha como objetivo precípuo incentivar a produção de eucalipto para produção de papel e celulose; do caule do eucalipto produziam-se carvão para as siderúrgicas. Esse programa previa a ocupação de uma área de um milhão de hectares de eucalipto entre as cidades de Açailândia e Santa Inês.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 97 03/12/2019, 14:52

As mobilizações de trabalhadores rurais vinculados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; de setores da igreja e de movimentos sociais, na região da Pré-Amazônia se direcionavam ao questionamento das ações governamentais e das empresas recém-implantadas, em função da expropriação das terras e da devastação ambiental. Tais mobilizações ocorreram principalmente na região de fronteira do norte do Tocantins, sul e sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará.

Em meados dos anos 80 do século passado, as empresas Celulose do Maranhão (CELMAR) e, posteriormente, nos anos 90, a Suzano Papel e Celulose adquiriram imensas extensões de terras na Pré-Amazônia Maranhense, no sudoeste do estado. Tais terras adquiridas dos fazendeiros, pequenos proprietários e herdeiros, com financiamento de bancos públicos e privados destinavam-se ao plantio de eucalipto. Essas ações empresariais implicaram em sérios danos às famílias que foram remanejadas das terras que ocupavam; expropriadas ou se deslocaram para a periferia das cidades. Os expropriados ocuparam domínios de terra adquiridas pela empresa Suzano, construindo as denominadas ocupações, como o Acampamento Viva Deus no qual as famílias aguardam, desde os anos 80 a desapropriação. Essas famílias utilizam a expressão "vivemos entre a cerca e a estrada" para se referir à precariedade que foram submetidos mediante a expulsão de suas terras.

Os efeitos desses projetos de plantio homogêneo de eucalipto se fizeram presentes mesmo em situações nas quais as terras estavam desapropriadas como os *assentamentos* e nas *Reservas Extrativistas*. Nas áreas denominadas de *assentamento*, com a chegada das empresas, a violência aumentou e as famílias expropriadas passaram a procurar essas terras para implementar seus roçados e construir suas casas.

Na Pré-Amazônia o planejamento governamental que resultou na criação dos denominados *assentamentos* se deu mediante intensos conflitos. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Imperatriz empreendeu e apoiou distintas lutas relativas à reivindicação pela desapropriação das terras para criação dos denominados "assentamentos rurais". A concentração de terras improdutivas, sob domínio dos fazendeiros resultou em lutas sangrenta nos anos 70 e 80, quando ocorreram as primeiras desapropriações de terras. Os sindicatos se constituíam como entidades representativas dos direitos dos trabalhadores rurais com forte atuação na luta pela terra.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 98 03/12/2019, 14:52

A intervenção do planejamento governamental exigiu a formalização de instancias de representação, designadas *associações* com objetivos nitidamente vinculados, ora ao acesso ao crédito por famílias de trabalhadores rurais, no caso dos projetos de assentamento; ora como forma de garantir a coleta do coco babaçu ou às áreas de roçados, no caso dos desapropriados pela empresa Celmar; ora como forma de viabilizar os projetos de compensação ambiental para as empresas privadas, como na situação dos remanejados em função do empreendimento Suzano papel e Celulose ou ainda, como forma de assegurar a viabilização de projetos com financiamento empresarial ou público, tal como na situação das RESEX.

Nos denominados *assentamentos* a representatividade passou a se dar a partir da institucionalização, face ao Estado, das denominadas *associações de moradores*. As associações para entrarem em funcionamento precisariam, inicialmente, ser formalizadas e reconhecidas pelo Estado através de registro formal e emissão de documentos de funcionamento com renovação anual. Dentre as exigências e obrigações, face à instancia de representação nacional está a criação de um quadro administrativo com cargos hierárquicos. Na escolha do represente legal, do "presidente da associação" não são respeitadas as formas de representação informais ou as lideranças locais. Trata-se da instituição de uma delegação que, nas palavras de Bourdieu, dissimularia a verdade da relação de representação (BOURDIEU: 2014).

A criação das denominadas *associações de moradores* nos *assentamentos* objetivava precipuamente a viabilização de projetos de fomento à agricultura, através de financiamentos governamentais direto às associações ou da concessão de linhas de crédito aos associados. O objetivo da política institucional de empréstimos e créditos se centrava, segundo o discurso oficial, na consolidação dos assentamentos. As associações criadas nos assentamentos tinham como propósito viabilizar os projetos federais designados de "projetos de fomento", seja à agricultura ou à denominada infraestrutura, que compreende a construção de casas, poços e postos de saúde. A relação dos agentes sociais se dava de modo mais direto com o Estado e as denominadas *reuniões de associação* visavam promover uma discussão entre as famílias sobre os projetos a serem implantados.

No sudoeste maranhense, mais precisamente nos municípios de Imperatriz, Cidelândia e no norte do Tocantins, Carrasco Bonito e Sampaio e

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 99 03/12/2019, 14:52

Tocantinópolis, o planejamento governamental resultou, na década de 90 na criação de três denominadas Reservas Extrativistas: Ciriaco e Mata Grande em Imperatriz e Extremo Norte no Tocantins. A criação dessas unidades de conservação intensificou a produção de carvão para abastecimento das denominadas siderúrgicas. A figura do denominado *catador de coco,* contratado por siderúrgicas para coleta do coco inteiro, passou a disputar a coleta do babaçu com as autodesignadas quebradeiras de coco[6]. As associações criadas tinham como objetivo efetuar o reordenamento territorial instituído com as RESEX. Os representantes dessas associações estabeleciam um diálogo, nem sempre ameno, com o denominado "chefe da RESEX", instituído externamente, de modo a viabilizar projetos federais. A criação das RESEX intensificou a exploração de carvão, assim como as desapropriações de terras não resultaram na finalização dos conflitos de acesso aos recursos. A exploração ilegal de recursos naturais nas RESEX e assentamentos, principalmente do carvão, resultou na instituição de novas modalidades de contrato das famílias assentadas com as empresas, tais como o arrendamento de terras por parte das empresas para coleta do coco inteiro ou a compra de carvão produzido pelas famílias para alimentar as siderúrgicas.

Com a chegada dos empreendimentos empresariais novas associações foram criadas, como uma exigência da empresa. Essas instâncias de representação foram criadas, seja para a concessão de áreas de uso, seja para viabilização dos projetos empresariais vinculados à chamada mitigação ambiental. A CELMAR, por exemplo, no início dos anos 90, impôs à Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina a assinatura de um contrato que garantia o acesso às áreas de coleta. Esse contrato precisava ser continuamente renovado sob pena do pagamento de multas altas à empresa (ARAUJO:2001) ou impedimento das quebradeiras de coco babaçu de adentrarem à área de coleta, agora sob o domínio da empresa.

As *associações* criadas no âmbito da implantação da empresa Suzano Papel e Celulose tinham como prioridade a viabilização da "pauta empresarial", relacionada à possível minimização dos prejuízos causados pela implantação dessa

[6] O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) defendia a exploração dos diferentes subprodutos do babaçu e as autodesignadas quebradeiras de coco babaçu tiveram papel fundamental no encaminhamento de denúncias relativas à queima do carvão do coco inteiro.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 100 03/12/2019, 14:52

empresa e a implantação dos projetos denominados "projetos de compensação". Tais ações implicavam em um controle rigoroso das famílias e numa desmobilização da reivindicação dos direitos pleiteados pelo conjunto das famílias impactadas pelos projetos. As *reuniões* promovidas pela empresa se constituíam em uma modalidade de interlocução impostas por estas às famílias de *pescadores*, *quebradeiras de coco babaçu*, *trabalhadores rurais* e antigos *vaqueiros.* Tais *reuniões* promovidas pelo designado "setor social" da empresa (GOMES: 2019) impunham uma pauta com ações direcionadas, inicialmente para aquisição de terras de pequenos proprietários e herdeiros; depois para viabilização de projetos de compensação dos danos sociais e ambientais e, posteriormente, à criação de formas associativas que implicava no gerenciamento dos projetos oficiais pelas famílias "afetadas" pelo empreendimento.

A criação das denominadas associações está em consonância com o exercício de mecanismos de controle por parte do poder público e das empresas às famílias impactadas. Presencia-se, nessas situações, a imposição de relações associativas, contratuais e formais (WEBER: 1999) às famílias que estavam organizadas politicamente na reivindicação dos seus direitos. O argumento utilizado pelas empresas para a criação das associações, através do incentivo e do apoio logístico, centra-se em uma suposta "participação coletiva" na implantação das "ações de compensação". A noção de "participação" visa justificar os mecanismos de expropriação das famílias, exploração dos recursos naturais e da própria mão de obra.

Os agentes sociais inseridos nas associações vinculam-se, concomitantemente, a outras formas organizativas a exemplo de cooperativas, movimentos sociais e fóruns. Por outro lado, nem sempre o vínculo com uma associação implica um vínculo com as empresas. A exemplo da associação Viva Deus, que reúne os acampados, cumpre com os requisitos formais estabelecidos pelo poder público para funcionamento, mas posiciona-se criticamente em relação à Suzano Papel e Celulose. O vínculo das famílias com associações controladas pela empresa não impede a crítica às ações empresariais e a existência de embates. A criação de associações por empresas em contexto de implantação de obras de infraestrutura ou de produção voltada para plantios homogêneos não implica na aceitação dos mecanismos de dominação ainda que alguns membros estabeleçam relações de trabalhos temporários com as empresas. Esse vínculo tempo-

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 101 03/12/2019, 14:52

rário não estabelece um rompimento com as atividades agrícolas. Os agentes sociais possuem mecanismos de fortalecimento de "relações comunitárias" no âmbito da criação de "formas associativas" e, conciliam o vínculo com as associações às filiações em outras formas organizativas como movimentos sociais; fóruns e sindicatos. As relações comunitárias possuem uma força atualizada em relações de reciprocidade que autorizam o vínculos com o empreendimento sem implicar em um rompimento com as formas organizativas instituídas pelas famílias de trabalhadores rurais em defesa de um reconhecimento de seus direitos territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço ora realizado buscou colocar em discussão procedimentos de intervenção do Estado brasileiro que parecem impor um sentido de ordem às relações estabelecidas pelo poder público com comunidades autodesignadas tradicionais e que trazem, como explicitado pelas duas situações descritas, implicações às formas organizativas de diferentes grupos sociais, assim como parecem orientar as políticas de reconhecimento do Estado brasileiro face aos pleitos e reivindicações políticas encaminhadas por estas comunidades tradicionais. Em verdade poder-se-ia considerar que a própria noção de reconhecimento é desviada de seu significado consoante à aplicação destes procedimentos de intervenção direcionados à ampliação das políticas desenvolvimentistas porquanto os pleitos colocados em cada situação social de autodefinição colidem com os interesses das políticas direcionadas ao desenvolvimento econômico. Em algumas situações sociais que acompanhamos, como a implantação do primeiro parque eólico do Maranhão, evidencia-se que as ações do Estado foram orientadas por uma regularização fundiária única e exclusivamente. Em contrapartida os pleitos encaminhados, pelos agentes sociais politicamente organizados, buscam um reconhecimento de um modo de vida e da própria relação que os agentes sociais tradicionalmente mantêm com a terra e com os recursos naturais que transcende a noção de terra e território como bem econômico *stricto senso*. Como corolário os atos governamentais observados parecem ter provocado uma profunda desordem nas formas de organização política das unidades sociais impactadas com a implantação do parque. Como mencionado, ao impor um modelo de forma

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 102 03/12/2019, 14:52

associativa como instrumento para que cada unidade social pudesse receber o título de terra pelo órgão fundiário, as ações oficiais interferiram de forma direta na distribuição de poder intrínseca a cada uma das unidades sociais impactadas, revestindo o cargo de presidente da associação de poderes de regulamentação e controle do território que inexistiam.

Similarmente observamos nas situações das áreas desapropriadas, designadas de assentamento, em Imperatriz, a prevalência de uma perda de autonomia referida ao processo produtivo face à pressão exercida pela produção siderúrgica que se implantou no entorno desses assentamentos, precisamente em Açailândia, que fomentou a produção e comercialização do chamado carvão vegetal de coco babaçu. Contudo a reivindicação pela terra nunca esteve descolada de uma "percepção da roça" que transcende a ideia de uma produção econômica pura e simplesmente. A defesa da roça representa a defesa de uma identidade e de um modo de vida pautado numa lógica de reprodução física e social que conjuga a atividade na terra a um conjunto amplo de outras atividades como o extrativismo de babaçu. Deste modo nas situações sociais analisadas a defesa da roça é indissociável da defesa de identidades étnicas. As reivindicações de cada uma das unidades sociais vêm acompanhadas de uma consciência própria na maneira de gerir os recursos naturais. Essa consciência contrasta com uma economia de mercado fomentada pelas politicas desenvolvimentistas direcionadas a essa região, notadamente com o desenvolvimento da implantação de siderúrgicas e fazendas de monocultura.

Podemos considerar, portanto, que de acordo com as análises de Nancy Fraser nas lutas contemporâneas direcionadas ao reconhecimento, a identidade étnica não está apartada das lutas em defesa de uma redistribuição econômica (FRASER: 2001). Essas duas dimensões da luta integram os pleitos pelo reconhecimento de direitos assegurados por um conjunto de dispositivos da Constituição Brasileira que tem orientado as ações dos autodesignados povos e comunidades tradicionais e evidenciam os obstáculos referidos à delimitação de uma política de reconhecimento étnico efetivo. De outra parte, evidencia-se que os mecanismos que orientam as políticas de intervenção oficial parecem estar outorgando a setores privados os planos de gestão dos territórios tradicionais que dispensam o posicionamento efetivo de agências e aparatos de Estado face ao reconhecimento destes direitos constitucionais. Isto é, agencias e sistemas de agentes

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 103 03/12/2019, 14:52

que tinham como função assegurar esses direitos parece estar destituídas de suas principais atribuições por simples decretos do poder executivo, favorecendo o estabelecimento das chamadas "parcerias" entre as empresas privadas ou "concessionárias" do Estado neoliberal revestidas de poder contratual para gerir as relações com povos e comunidades tradicionais; tratando as políticas de reconhecimento étnico caso a caso, contrato a contrato. Isso tem propiciado a criação de mecanismos de deslegitimação, esvaziamento e perda de sentido das políticas de reconhecimento de direitos assumidas pelo Estado brasileiro em sua Constituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um povo: análise de uma fratura biopolítica. *Meio sem fim: notas sobre a política*. São Paulo: Autêntica, 2015.

ALMEIDA, A.W. *Entre a "proteção" e o "protecionismo"*. Le Monde Diplomatique Brasil. Maio 4, 2012.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, **2008.**

ARAUJO, H. de Fátima Abreu. As diferentes estratégias de organização para a produção assumida por mulheres quebradeiras de coco, na denominada microrregião de Imperatriz. In: *Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados*. ALMEIDA A.W & MESQUITA, B. A. 2 ed. São Luís, MIQCB-Balaios Typographia, 2001.

BALANDIER, G. *A situação colonial:* abordagem teórica. Cadernos Ceru, v. 25, n.1 o2, p.33-58, 2014.

BOURDIEU, Pierre**. *Sobre o Estado*.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BOURDIEU, P. A Delegação e o Fetichismo político. In: *Coisas Ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Monteiro, São Paulo; brasiliense, 2004.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 104 03/12/2019, 14:52

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org). *Democracia Hoje*. Brasília, Ed. UNB, 2001.

GOMES, Felipe da Cunha. *Eu nem queria, mas estou vendo que é obrigado a gente querer:* uma análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA). Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA) 2019.

WEBER. Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 105 03/12/2019, 14:52

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA NO RIO SÃO FRANCISCO

Alzení Tomáz[1]
Juracy Marques[2]
Paulo Wataru[3]

O Contexto no Rio São Francisco

O esforço da Equipe da Nova Cartografia Social na Bacia do Rio São Francisco, foi de sistematizar as narrativas dos povos e comunidades tradicionais, no empenho de construção de livros, fascículos e mapas que evidenciaram expressões identitárias e lutas territoriais. O Rio São Francisco, com uma geografia que banha os biomas do Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, possui cerca de 17 milhões de pessoas e destaca-se pela grande quantidade de Povos e Comunidades Tradicionais: fundo e fecho de pasto, ciganos, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros, povos de terreiros, quebradeiras de coco ouricuri, camponeses, entre múltiplas denominações. Sua bacia possui 640.000km² e é o único rio perene do Semiárido brasileiro.

[1] Coordenação do Núcleo da Nova Cartografia Social no Rio São Francisco (SABEH/GPHEA). alzenitomaz@gmail.com
[2] Coordenação geral do Núcleo da Nova Cartografia Social do Rio São Francisco (UNEB/GPHEA/SABEH), juracymarques@yahoo.com.br
[3] Vice-presidente da SABEH e membro da Equipe da Nova Cartografia Social do São Francisco.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 106 03/12/2019, 14:52

Ao longo de mais de uma década, a Equipe da Nova Cartografia Social do Brasil - Núcleo São Francisco, esteve presente em espaços onde pulsava ameaças territoriais e identitárias de grupos tradicionais do Velho Chico, destacando-se o trabalho com os Povos Indígenas, Pescadores Artesanais, Povos de Terreiros e, mais recentemente, com as Comunidades Quilombolas.

Por vezes esses conflitos são dragados pelos discursos relativos às mudanças climáticas intensificadas pelas ações antrópicas, onde os períodos de seca se intensificam trazendo prejuízo para os ribeirinhos, povoamentos e cidades inteiras. Entretanto, são realidades construídas politicamente. O Semiárido violado é produto de uma perversa construção histórica.

Tantas foram às reivindicações e denúncias, tantos foram os milhões de recursos em obras, ou tecnologias alternativas, e hoje a situação que se alertava no passado, está cada vez mais perto de níveis faraônicos de degradação. Para agravar, um dos maiores desastres provocados pela Vale, foi o rompimento da barragem de Brumadinho que já contaminou o rio São Francisco com metais pesados, segundo dados da Fundação Joaquim Nabuco[4]. Os altos níveis de eutrofização da água vêm disseminando com velocidade a proliferação de baronesas, principal indicadora de poluição provenientes de esgoto, sedimentos de criatórios de tilápia, agrotóxicos, smbos relacionados ao agro e hidronegócio que avança desenfreadamente em quase toda bacia.

Se não bastasse, de fato, os altos níveis de degradação registrados no semiárido brasileiro nos últimos anos deve se agravar ainda mais por causa das mudanças climáticas globais. O alerta é do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD). De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) há uma estimativa de que um terço da população dos países em desenvolvimento enfrentará experiências de desabastecimento já em 2025.

A contaminação das águas do São Francisco se aprofunda na lama de metais pesados provocados pela Vale em Brumadinho: ferro, cobre e manganês indica o que a muitos anos vem sendo anunciado: "o rio está morrendo e junto o seu povo". As velhas e novas barragens, ameaças de construção de usinas

[4] https://www.fundaj.gov.br/index.php/seminario/9436-nota-tecnica-contaminacao-chega-ao-sao-francisco (Acesso 15/04/2019).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 107 03/12/2019, 14:52

nucleares, associadas aos desastres provocados pelos grandes empreendimentos de *commodities*, sinaliza que o povo e o rio se encontram em situação de vulnerabilidade. É nessa trilha que caminhamos no processo de cartografação dessas realidades na Bacia do São Francisco.

A Nova Cartografia Social

A auto-cartografia produzida em âmbito do Rio São Francisco, aponta as específicas territorialidades construídas por agentes sociais, objetivadas nas identidades coletivas, que vem se propondo a construir seus próprios mapas inseridos nos processos de autoterritorialidade como forma de garantias de direitos básicos. Os territórios cartografados pelos Povos e Comunidades Tradicionais estão intrinsecamente relacionados ao São Francisco, observados com o peso dos fatores étnicos, consciência ecológica e territorial e autodefinição coletiva.

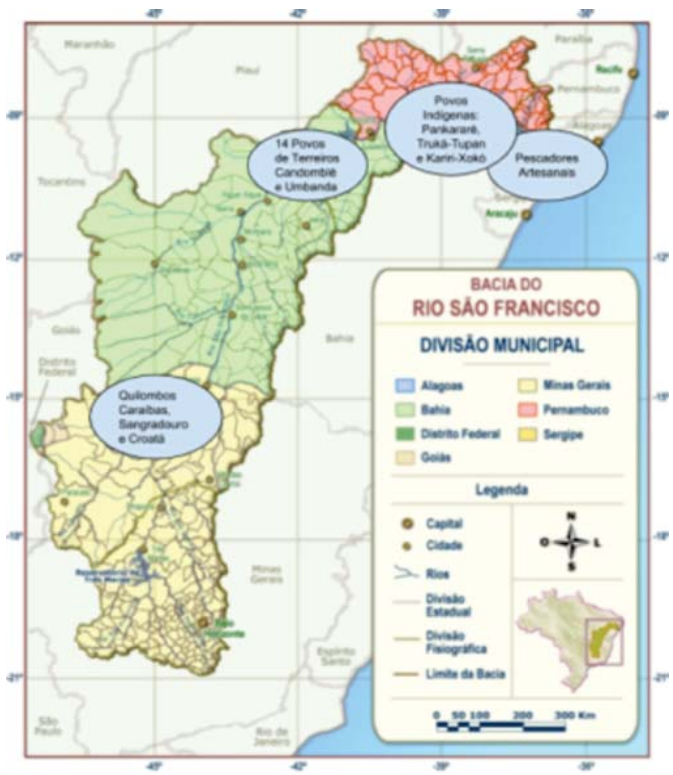


Figura 2: Regiões do São Francisco com grupos Cartografados (2018)

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 108 03/12/2019, 14:52

Como uma das suas últimas ações, o Núcleo São francisco pôde cartografar através de geoprocessamentos, entrevistas, oficinas de iconografias, fotografias, sistematização e mapas através do software ArcGis em Três (03) Comunidades Quilombolas Pesqueiras do Alto São Francisco nos municípios de Croatá/MG e Januária/MG, quatorze (14) Povos de Terreiros de Candomblé e Umbanda no Submédio São Francisco no município de Senhor do Bonfim/BA, três (03) Povos Indígenas do Submédio/Baixo São Francisco em Paulo Afonso/BA e Glória/BA, além da organização do livro Barrando Barragens, numa situação onde o impacto da construção das hidrelétricas ainda afetam a maioria da população que vive do Rio. Trata-se de um cicatriz impensável, impagável e inapagável!

O contexto que envolvem os povos indígenas, comunidades quilombolas e Povos de Terreiros são marcadas por retomadas de territórios de pertencimento que envolve processos cosmológicos da ancestralidade e conflitos de natureza diversas como: empreendimentos de turismo, mineradoras, agro e hidronegócio, ações latifundiaristas, especulações imobiliárias, grilagem, privatização da terras de beira rio, calcados por ameaças de morte, despejos e restrições de uso, entre inúmeras causas. Estes enfrentamentos, tensionam no sentido de expulsão ou supressão do território com a intenção de "apagar do mapa" a existência de Povos e Comunidades Tradicionais.

Como descrito, nessa nova empreitada do nosso Núcleo, os povos visitados durante o processo de oficinas das Cartografias, alcançaram comunidades quilombolas, pescadores artesanais, povos de terreiros, povos indígenas que culminaram na produção de livros, boletins e fascículos.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 109 03/12/2019, 14:52

Dinâmicas de disputas, lutas e resistências

Comunidades Quilombolas

Figure 3: Comunidades Quilombolas do Alto São Francisco (Foto: Irmã Leticia, 2017)

A autodefinição marcadas pelas lutas em torno da ancestralidade e fixadas em dinâmicas de organização social e do trabalho, assume um arcabouço de circunstancialidades que sustentam o modo de vida e a coletividades dessas comunidades. Um dos exemplos, são os pescadores artesanais do Alto São Francisco, que não se contentaram em afirmar a identidade apenas como pescador artesanal, ou vazanteiros, como eram conhecidos, ou quilombolas apenas, estes afirmaram-se, como "Comunidades Tradicionais Quilombolas Pesqueiras Vazanteiras". A agregação das denominações possui, uma carga de elementos identitários de afirmação, como proposição e resistência frente às perdas territoriais pelos quais vêm sofrendo, além dos processos de discriminação institucional estabelecidas.

> Dizer que somos tudo isso, é porque somos. É importante dizer que somos tradicionais e pescador e quilombola e vazanteiro. Eu sempre fiz de tudo na terra desde plantar

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 110 03/12/2019, 14:52

> feijão, a pesca, as vazantes em tempo de lameiro e a vivência das nossas tradições porque nunca deixamos de ser Quilombola né!? (Ranulfo - Quilombo Caraíbas, 2018).

A ancestralidade, numa memória que remonta o conceito de Quilombo (BRANDÃO, 1978), assume a condição de tradições como o reisado, samba de velho, o batuque, São Gonçalo, lundum, as rezas, os benzimentos, mas, também é marcada pelo modo de vida ligada às atividades de trabalho peculiares tradicionais, como a pesca artesanal e a produção de vazantes como resultados das relações econômicas e sociais que os criam. A origem e a autonomia é o ponto central da construção coletiva que tornaram a ação política de organização à retomadas de territórios. Essas ações tornaram mais politizadas as denominações identitárias e a organização dos grupos familiares que praticam o extrativismo, a agricultura e a pesca, chamados de Quilombos.

"A raiz plantada dar razão para regularização do território" (Lídia Gonçalves, Quilombo Sangradouro, 2018). A afirmativa quilombola, compreende o sentido da luta em torno da regularização do território e medidas de retomadas são empreendidas pelas famílias. Contudo, as Comunidades Quilombolas expulsas pelos fazendeiros ainda na década de 80, vão-se ressignificando nas formas de apropriação de terras historicamente ocupadas pelos seus ancestrais. Mas, neste cenário, processos de reintegração de posse e ameaças de morte são investidas de grileiros, fazendeiros e posseiros contra as comunidades quilombolas. Tememos, no atual cenário político brasileiro, níveis de vulnerabilidades socioambientais cheguem, ainda mais, a estes povos.

Também como desdobramento das cartografias junto a estes povos, as medidas tomadas pelas comunidades incidem sobre denúncias junto ao Ministérios Público, SPU - Secretaria de Patrimônio da União e o Governo do Estado, no sentido de demarcar a Linha de Limite dos Terrenos Marginais - LMEO, bem como a realização das RTIDs - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, entre inúmeras medidas em torno dos impactos sofridos no São Francisco (CPP, 2018).

Importante inferir que o Alto São Francisco, enfrentou nos últimos cinco anos uma das maiores secas que comprometeram nascentes e importantes afluentes e fizeram com que as barragens fixassem uma vazão mínima impactando

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 111 03/12/2019, 14:52

drasticamente os ecossistemas com a diminuição da quantidade e do tamanho do pescado; extinção de espécies; prática de pesca predatória; acirramento de conflitos por água e terra. E a captação de água acima da vazão por empresas privadas e mistas como as dos perímetros irrigados implantados pela CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, AGROVALE – Agroindústria do Vale (cana–de-açúcar irrigada), entre outras empresas de fruticultura e eucalipto. Com o aumento dos monocultivos ocorre altos níveis de desmatamento dos biomas Cerrados e Caatinga (CPP, 2018).

Para complementar o rio já está contaminado com os sedimentos de metais pesados do crime provocado pela Vale em Brumadinho (MG) no 25 de janeiro de 2019 (FUNDAJ, 2019) decorrente da ruptura da barragem de rejeitos no Córrego de Feijão. O Relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos, demonstra que ficou claro a falha sistêmica das políticas e dos processos operacionais da Vale na prevenção, mitigação e remediação de violações de direitos humanos e danos socioambientais.

Os desastres provocados pela Vale, diz o Relatório (CNDH, 2019), é uma demonstração que nenhuma medida foi tomada no intervalo de tempo entre o rompimento das barragens de Fundação e o Córrego de Feijão, onde o Estado dedicou menos recursos à inspeção das barragens e enfraqueceu o quadro legislativo do licenciamento ambiental. No caso específico de Minas Gerais, o Projeto de Lei 2.946/2015, afrouxou ainda mais os requerimentos para a concessão de licenças ambientais e afastou do controle público a avaliação dos potenciais impactos ambientais de empreendimentos privados.O Relatório do CNDH, aponta que entre os casos estudados pelo Conselho no caso de Brumadinho, se diferencia de Barragens como a de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, por esta se tratar de "padrão vigente" e reincidências (CNDH, 2019. p. 20), isso quer dizer, que os grandes projetos operacionados pela Vale continuam a ser implementados mesmo com as graves violações de direitos humanos, como no caso de Brumadinho com mais de 400 mortes, morte do Rio Paraopeba e a contaminação dos rejeitos já alcançados no Rio São Francisco.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 112 03/12/2019, 14:52

Figure 4: Retomada Kariri-Xokó da Bahia, (foto: Alzení Tomáz, 2018)

Quem mais perde com os desastres provocados pelos grandes empreendimentos são os Povos e Comunidades Tradicionais. A exemplo dos Povos Originários que no passado assim como no presente, são marcados por vinculantes ações antidemarcatórias e pela legitimação da violência. Os grupos cartografados no submédio baixo São Francisco, demonstram uma realidade distinta, característica da situação dos Povos do Nordeste que além de lutarem por terra, têm ainda, que provar a sua condição identitária, movimentos interétnicos, cosmologia, tradição, outros aspectos de origens ou ascendências culturais e socioantropológicas.

As inúmeras retomadas e autodermacação constitui o vínculo constitutivo de pertencimento às tradições e cultura originárias, que apontam para lutas em torno do direito ao território e à políticas diferenciadas. Há grupos como os Kariri-Xokó de Paulo Afonso e os Truká-Tupan que migraram de seus territórios de origem para o contexto de urbanização, mas, que insistem em autodemarcar territórios considerados por eles de pertencimento ancestral, para garantia dos sagrados lugares que acolhem seu modo de vida e ritualidade.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 113 03/12/2019, 14:52

Figure 5: Visita as pintura rupestres do Território Sagrado Kariri-Xokó - BA (Pesquisa, 2018)

O fascículo da Nova Cartografia Social do Povo Kariri-Xokó comunica o movimento autodemarcação de um território considerado por eles de pertencimento. Esse grupo, desaldeado a quase 30 anos na cidade de Paulo Afonso – BA, constitui novas relações de organização interétnica pautados por um lugar considerado o mais o sagrado do São Francisco - as cachoeiras que carregam a memória dos seus ancestrais, e que coincidem com mais de 400 pinturas rupestres datadas de mais de 9 mil anos. Os Kariri-Xokó, buscam a recuperação de sua ritualidade misturados à antigas e novas ritualidades numa impressionante rede multiétnica. Pergunta-se, em que medida o direito considera aos povos atuais, o território de pertencimento, quando estes associam o patrimônio cultural e arqueológico como relação ancestral da presença dos antigos indígenas? O vínculo que conduz os Kariri-Xokó a retornarem para estes antigos territórios de pertencimento, provoca conflitos de natureza diversa como, os muros das hidrelétricas construídas pela Chesf e por empresas de grilagem de terras que atua no campo da especulação imobiliária. De fato, a estratificação das misturas interétnicas indicam emergências históricas, que recoloca o sentido do"território tradicional" e que não tem haver com terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2008).

Para os indígenas, a inferência sobre as suas origens, são relacionadas com os encantados, seus ancestrais, avós, troncos velhos e não fazem traçando uma genealogia que lhe seja própria, mas, se percebem como numa descendência comum ao grupo. A relação com seus encantados é o que os legitimam como pertencentes a um grupo específico que os protege, atribuindo-lhe um fator aglutinador de memória e tradição. E é com esse arcabouço que a legitimação em torno da luta por um território possui caráter mobilizador.

O mesmo movimento ocorreu com os Truká-Tupan por sua vez, ao enfrentar três processos de reintegração de posse. Apesar de terem conseguido arquivamento dos processos judiciais, o entendimento jurídico evidenciou a ausência de esbulho, os indígenas, a pouco mais de dez anos, insistem na regularização fundiária que ainda não ocorreu e têm que enfrentar cotidianamente, processos de ameaças de posseiros, especulação imobiliárias em seus entorno, desmatamento, poluição por agrotóxicos da vizinhança que atinge seu modo de produzir e, ainda enfrentam, a retirada ilegal de areia em afluentes do São Francisco, que pertence ao território reivindicado. Esses elementos foram evidenciados no fascículo da Nova Cartografia Truká-Tupan, que além de publicizar o contexto de suas raízes, apresentam de forma contundente o modo de vida que sustenta experiências ecoespirituais.

Figure 6: Cacica Neide Truká-Tupan (Foto: Alzení Tomáz, 2017)

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 115 03/12/2019, 14:52

As agressões ao território são históricas e atuais, se ressignifica no tempo e no espaço. Os Pankararé de maneira particular são vítimas de contestação de sua indianidade histórica, sob pretexto de serem índios assimilados, quando estes lutam para a desintrusão de não indígenas de seu território. As práticas integrativas de assimilação demonstraram historicamente, que fazem partes de uma trama ideológicas e políticas para friccionar, tencionar e resguardar interesses particulares fundiários que se prolongam.

A desintrusão no TI Pankararé constitui uma dívida secular do Estado para com esse Povo. Os conflitos se desdobram na medida que a FUNAI negligencia seu papel e onde perdas de direitos estão comumentemente sendo intensificadas. Os Pankararé, acreditam, que além da desintrusão, o Estado precisa ampliar seu território, uma vez que povoados como o de Cerquinha ficou totalmente de fora da demarcação, sob pretexto de que a área deveria ser mista.

Figure 7: Ritual na Festa do Amaro em Pankararé - Gloria (foto: Alzení Tomáz, 2018)

Ocorre, que essas reivindicações estão condicionadas a dispositivos jurisprudenciais, de que é vedada a ampliação das terras indígenas já demarcadas. Todavia, como forma de reparação de erros históricos cometidos pelo Estado,

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 116 03/12/2019, 14:52

comprovada a necessidade da comunidade em face da limitação do seu território, têm os indígenas direito à ampliação das terras, com base no art. 231 da Constituição Federal, ou, se impossível sua aplicação, com fundamento nas outras normas como os tratados internacionais, o que implica em desapropriação ou ampliação administrativa, de forma contíguas àquelas da atual demarcação (ANPR, 2018).

As emergências históricas que submergem junto aos povos indígenas desta região, associada aos processos de colonização, até os processos de resistência com a implantação dos grandes projetos no São Francisco como: as barragens hidrelétricas, a transposição, o agronegócios, etc., possui a carga ideológica de dominação dos povos, da terra e das águas. O livro Barrando Barragem: o início do fim das hidroelétricas, organizados pelos professores Alfredo Wagner, Juracy Marques e Luciano Menezes é um dos produtos que como critério evidenciou a situação de impactos provocados na Bacia do Rio São Francisco, sobretudo, no que se refere a trajetória política dos povos e comunidades atingidas, apontou um diagnóstico de possibilidades de remoção das barragens já em curso no mundo. A resistência desses povos no violento processo desenvolvimentista, concerne a remoção das barragens já instaladas como forma de recuperar os ecossistemas na sua diversidade étnica, cultural e ambiental.

Povos de Terreiros

Figure 8: Nova Cartografia Social dos Povos de Terreiros (Foto: Juracy Marques, 2018)

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 117 03/12/2019, 14:52

Ao longo de 10 anos, cartografamos os Terreiros de Candomblé e Umbanda em 5 cidades do Semiárido: Paulo Afonso, Jaguarari, Bonfim e Juazeiro, na Bahia e Petrolina, em Pernambuco. A motivação era, além de entender como essas identidades se firmavam nessa região do Brasil, buscamos compreender os principais conflitos que envolviam os povos de terreiros dessa região. Observamos, de fato, um violento processo de racismo e intolerância religiosa em todas as cidades cartografadas, com episódios marcantes de destruição de templos religiosos, agressões a seus líderes e um orquestrado processo de judicialização contra esses espaços sagrados.

Ao mesmo tempo, observamos, à medida que publicávamos os instrumentos produzidos nas cartografias, documentários e livros, que entrou em movimento, um novo processo de empoderamento desses grupos. Desde sua origem organizativa em torno da casa, roças ou terreiros de santos o Candomblé e a Umbanda foram marcados por ameaças e intolerâncias. Ainda, que a Constituição conste que "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos", casos de ataques contra religiões não-cristãs seguem crescendo no Brasil e nas regiões interioranas com o regionalismo autoritário denúncias duplicaram.

Todavia, o que se evidencia nas Novas Cartografias dos Povos de Terreiros, é que sua resistência permanece viva contra colonialismo e ao catolicismo histórico que antes impunha a escravidão e hoje impunha processos discriminatórios semelhantes a "caça às bruxas" do século 19, sob as diretrizes do higienismo. Por isso, pensar sobre a ideia dos territórios sagrados de terreiros protegidos como um direito, ainda é um sonho distantes para os Povos do São Francisco.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 118 03/12/2019, 14:52

Consciência Ecológica e Bem Viver

Figura 9: Pescadores Artesanais em Itacambi - MG (Arquivo: João Zinclar)

A sistematização dos processos cartográficos instaurados pela nova cartografia, corroboram para que os povos e comunidades tradicionais, com as quais temos trabalhado, se percebam em sua condição e lutas específicas. A ideia de territórios livres de intrusos, ecológicos e sagrados, tem um movimento contínuo de resistência que aponta para uma consciência ecológica e territorial do bem viver. "o que se quer é viver bem, feliz e em paz" (Edesia Pankararé, 2018). É para isto que serve o território, propiciar a felicidade dos sujeitos coletivos de direitos.

O termo "bem viver" utilizado pelos movimentos sociais brasileiros, possui em sua etimologia o 'bem' como advérbio e 'viver' como verbo, cuja escolha, é política e não linguística, como oportunidade de conceber melhor a ideia de "desenvolvimento" sustentável, uma vez que este conceito defasado, tornou-se a outra face da moeda do capital. O bem viver recupera esta sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa. Este conceito uma vez associado a ideia do sagrado como pensados pelos Povos Indígenas do São Francisco, é o que melhor aponta e afirma o equilíbrio, a harmonia e a convivência entre os seres (ACOSTA,

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 119 03/12/2019, 14:52

2016). Os povos e comunidades tradicionais do São Francisco, ao resistirem em torno da autodemarcação de seus territórios defende a vida na sua integridade.

Sentimos, percebemos, o Bem Viver, passou a ser uma ética profunda nas lutas dos grupos tradicionais do São Francisco. Aqueles com os quais trabalhamos as cartografias sociais, observamos, já colocam em movimento uma ética política humanitária.

Considerações

As ações do Projeto Brasil Central na Bacia do São Francisco, no que compete a atuação do nosso núcleo, nos possibilitou avançar nos trabalhos de mapeamentos de conflitos territoriais e identitários mais latentes. Trata-se de um território em disputa a séculos. As novas cartografias que nasceram nessa etapa do Projeto entra no campo da guerra dos mapas e, quiçá, poderá ser um instrumento em defesa da vida dos povos que nos procuraram nas suas dores e desesperos e com os quais nos vinculamos a partir desse trabalho.

Se não é, em si, uma ferramenta capaz de frear totalmente esse modelo eco e entocida em movimento no São Francisco, as Novas Cartografias e demais instrumentos dessa etapa do nosso trabalho estão, hoje, nas mesas das esferas jurídicas arranhando a covarde apropriação dos espaços de vida dos grupos humanos pobres do Velho Chico.

Referências

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos / Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda. – São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 120 03/12/2019, 14:52

Associação Nacional dos Procuradores da República. **Índios, Direitos Originários e Territorialidade**. / Associação Nacional dos Procuradores da República. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Ministério Público Federal. Organizadores: Gustavo Kenner Alcântara, Lívia Nascimento Tinôco, Luciano Mariz Maia. Brasília: ANPR, 2018.

BRANDÃO, Théo. **Quilombo.** Cadernos de Folclore nº 28 FUNARTE. RIo de janeiro, 1978.

CPP. **Relatório Circunstanciado da Bacia do Rio São Francisco.** Conselho Pastoral dos Pescadores Regional Minas Gerais, Bahia e Sergipe, 2018.

FUNDAJ. Nota Técnica Contaminação do São Francisco. Publicado, sexta 29 de Março de 2019 no site https://www.fundaj.gov.br/index.php/seminario/9436-nota-tecnica-contaminacao-chega-ao-sao-francisco

CNDH - Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Relatório da missão emergencial a Brumadinho/MG após rompimento da Barragem da Vale S/A** – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2019.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 121 03/12/2019, 14:52

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ITACURUBA: O RINOCERONTE, DRAMAS E RESISTÊNCIAS EM CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO

Flávia Vieira
Hosana Celi Oliveira e Santos
Luan Henrique Arruda
Maria Jaidene Pires
Poliana Nascimento
Tiane Souza
Vânia Fialho
Whodson Silva
Erisvelton Sávio de Melo

INTRODUÇÃO

As reflexões que compõem este artigo partem de análises realizadas no âmbito do projeto de pesquisa "Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central",vinculado ao Projeto Nova Cartografia Social - PNCS. Com o objetivo de mapear e analisar conglomerados econômicos, destinadas principalmente ao mercado internacional, o projeto de modo mais amplo, visa destacar como estes conglomerados afetam povos e comunidades tradicionais na região classificada como "Brasil Central" (PROJETO BRASIL CENTRAL, 2016). Contudo, nos limitaremos neste artigo a discorrer sobre aspectos direcionados às pesquisas realizadas no município de Itacuruba, localizado na região compreendida como Sertão de Itaparica, estado de Pernambuco.

Desde 1970, o Sertão de Itaparica, consiste numa região impactada por megaprojetos como a construção de barragens e hidrelétricas, de um complexo de usinas nucleares no curso do Rio São Francisco, de um parque híbrido de energia solar e eólica, ao mesmo tempo em que se insere numa região mais ampla impactada por projetos infraestruturais, como a Transposição do Rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina. Em nível local, mas ainda vinculadas a uma nova dinâmica do capital, temos as "fazendas de peixes" e a exploração mineral.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 122 03/12/2019, 14:52

O apelo econômico desenvolvimentista, com base no agronegócio e nos grandes empreendimentos e um novo discurso transfigurado de arrojado, só vem expor velhos problemas. Pode-se constatar que o Sertão, no cenário desenvolvimentista brasileiro da primeira década do século XXI, tem assumido importante lugar nos noticiários e também tem sido foco das ações do Estado.

Trata-se de um cenário de extrema violência física e simbólica que tem se intensificado pelo desmonte de aparatos do Estado, pelos cortes orçamentários e pela paralisação dos processos de regularização, conjugados com os interesses e projetos hegemônicos. Nessa conjuntura, o Estado lança mão de estratégias que atuam no judiciário, executivo e legislativo visando o enfraquecimento dos dispositivos constitucionais que asseguram os direitos de povos e comunidades tradicionais, provocando processos de negação de direitos, limitação ao uso dos recursos naturais e tentativa de desmobilização política.

A instalação desses empreendimentos na região está imbricada em relações históricas, econômicas e de poder que necessitam ser evidenciadas. Tais iniciativas, seja pela ocupação espacial, seja pela exploração de recursos naturais necessários para sua manutenção, ou ainda pela apropriação de determinados conhecimentos, têm encontrado na sua contramão a presença povos e comunidades tradicionais. Diante do exposto, o objetivo desta apresentação é descrever e problematizar as dinâmicas territoriais, negociações e repertórios confrontacionais que envolvem povos indígenas e comunidades quilombolas, no Sertão de Itaparica, na resistência às iniciativas neodesenvolvimentistas, indicando o avanço do capital no Sertão através dos projetos de desenvolvimento que envolvem processos de violências, intensificando dramas até a instalação de usina nuclear

I
O Sertão e o Desenvolvimento

O Sertão de Itaparica compõe uma das 12 Regiões de Desenvolvimento – RD's estabelecidas pelo estado de Pernambuco, apresentando características favoráveis para instalação de empreendimentos munidos de infraestrutura necessária para sua expansão. Localizado na Mesorregião do São Francisco, o Sertão de Itaparica agrega os municípios: Itacuruba, Floresta, Petrolândia, Jatobá, Tacaratu, Carnaubeira da Penha e Belém de São Francisco (IBGE, 2010). O

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 123 03/12/2019, 14:52

Sertão de Itaparica apresenta ainda, processos múltiplos de ocupação territorial, com distintas territorialidade e identidades, e histórias que se conectam compondo um complexo étnico do qual fazem parte quilombolas e indígenas.

Itacuruba, município ao qual discorremos nossa pesquisa, está localizado a 481 km do Recife. A cidade foi construída para reassentar moradores da antiga Itacuruba, inundada em 1988 pela Barragem de Itaparica, parte do Complexo hidrelétrico CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco). De acordo com Figueiredo (2011, p. 12), a magnitude desse projeto impressiona: em Itaparica, cerca de 40 mil pessoas foram realojadas durante 1987-88, com custo aproximado de 63 mil dólares por família.

O município é um dessses espaços do semiário atingido por uma lógica desenvolvimentista que marcou de forma indelével a população da região. Seja pela gandiosidade do empreendimento, seja pelas dinâmicas territoriais que provocaram na região.

Dentre as categorias que compõem o que poderíamos denominar povos e comunidades tradicionais na região, estão aquelas que hoje conhecemos como indígenas e quilombolas. Historicamente, o Sertão do atual estado de Pernambuco e Bahia, escolhido como forma de aproximação empírica, é marcado pela presença diversificada de etnias indígenas. As antigas comunidades indígenas ribeirinhas do São Francisco, em sua maioria do grupo linguístico Tapuia Kariri, associadas ao tronco cultural Macro-Jê, conheceram a partir da segunda metade do século XVII o projeto colonizador da região, marcado, sobretudo, pela presença de missionários Capuchinhos.

Nessas missões religiosas, a partir do momento inicial de contato e implantação, eram reduzidos, isto é, trazidos e catequizados, índios de diversas etnias, que se amalgamavam num todo pluriétnico, ao qual os Tupi costeiros do século XVI já se referiam como Tapuios, ou seja, povos de língua enrolada, não falantes do Tupi-guarani. Uma imagem genérica herdada do branco, como sinônimo de índio bravo, selvagem, arredio à civilização.

Entre os últimos anos do século XVII e quase todos dos séculos XVIII, iniciou-se um processo deliberado de invasão dos territórios indígenas com o empreendimento do gado bovino. O sistema socioeconômico dos currais passou a competir diretamente com as missões no espólio dos recursos naturais e humanos, das Caatingas e dos Tapuias.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 124 03/12/2019, 14:52

Longe de ser um processo de fácil dominação, o período subsequente foi caracterizado por intensa mobilização de vários povos que tomou forma de invasões e saques, sublevações espalhadas por todo Nordeste, se opondo à estrutura das fazendas curraleiras, pertencentes em sua maioria aos Garcia D'Ávila, da Casa da Torre, que detinham as maiores concessões territoriais da coroa portuguesa sobre os Sertões do Piauí à Bahia, entre os séculos XVII e XVIII. Este processo ficou historicamente conhecido como "a Guerra dos Bárbaros", e culminou com desagregação da maioria dos grupos indígenas que o encamparam, sendo frequentemente considerado como um período de franco extermínio da diversidade étnica do Nordeste. Como resultado, tivemos a dispersão de o silenciamento dos revoltosos.

Porém, a diversidade do Sertão nordestino não se restringe aos povos indígenas. Apesar do Sertão, segundo os historiadores, não ter sido uma região caracterizada pela escravidão, foi, sim, uma região propícia para o refúgio de negros e índios, o que reforça a unanimidade dos relatos quanto à condição de não-escravos. Abdias Moura (1985) aponta que, no Sertão nordestino, a presença do negro não foi fundamentada no trabalho, mas que ele apareceu como "perturbador da economia, como fugitivo, como quilombola". O autor se refere a esse contexto para justificar os poucos dados estatísticos encontrados sobre a presença no negro nos tempos passados.

Moura faz alusão, no caso de Pernambuco, a uma das poucas estatísticas disponíveis na atualidade, que foram publicadas pelo jornal Diário de Pernambuco no século XIX, apresentando dois quadros representativos "dos escravos matriculados nos municípios da Província, estavam anotados 477 em Floresta, 237 em Buíque e 173 em Tacaratu, no Sertão do São Francisco. Um outro documento citado (MOURA, 1985.p 157), este de 1873, faz uma referência genérica aos habitantes dessa mesma área, da seguinte maneira: "a maior parte dos indivíduos a que nesta Província se dá o nome de índios são de uma raça já degenerada; os pretos, pardos, mais ou menos fulos, que vivem com os índios, todos são também conhecidos sob esta denominação".

Data aproximadamente de meados do século XIX o "retorno" do domínio dos fazendeiros sobre a região, impulsionados pela revitalização da navegação fluvial no São Francisco e, certamente, pela Lei de Terras de 1850, dispositivo imperial que extinguiu a herança das sesmarias coloniais e propiciou a

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 125 03/12/2019, 14:52

"corrida cartorial" dos grandes herdeiros do Sertão interessados em assegurar e expandir seus domínios.

É também nesta segunda metade de século XIX que o patrimônio reconhecido a igrejas e capelas coloniais sob a posse de populações tradicionais de negros e índios é redemarcado e registrado.

Podemos perceber que da mesma forma que várias categorias relativas à origem, à raça, à etnia eram computadas sob a forma de uma única denominação, a de índio, o mesmo pôde ocorrer com a categoria negro, escravo e até branco, o que dificulta a utilização dos documentos oficiais para tentar recompor a ocupação da região, se utilizarmos um viés parcial, deixando de interpretá-los.

O ideal de liberdade associado ao estigma de estar à margem de uma sociedade, provocaram em muitos momentos no Sertão nordestino a cooperação entre negros e índígenas, dando conformação a territórios em que esta aliança representava a existência de uma organização à parte, fora do controle colonial.

Tais presenças e alianças foram ofuscadas durante séculos com a projeção de um ambiente pretensiosamente homogêneo, que só começa a ser desvelado, a partir de 1988, com o reconhecimento oficial, por parte do Estado, do caráter plural que reveste a sociedade brasileira. Este tem se configurado com um rico processo em curso de afirmação de uma identidade étnica que demonstra quão complexa é a constituição do que é genericamente denominado como "rural" ou "camponês".

Apesar de um discurso dominante desenvolvido a partir de uma historiografia oficial que deu relevância aos documentos produzidos a partir dos registros oficiais, o Sertão do Estado de Pernambuco se constituiu enquanto região fisiograficamente delimitada como um palco de sublevações e rebeldias que nos fazem pensar sobre o caráter homogêneo e domesticado do mesmo.

Nesse mesmo Sertão, os grandes empreendimentos, seja pela mera ocupação espacial, seja pela exploração de recursos naturais necessários para sua manutenção, ou ainda pela apropriação de determinados conhecimentos, têm encontrado na sua contramão a presença de tais povos e comunidades tradicionais.

Na atualidade, como aponta Vianna (2010, p.112), vemos que

> As organizações dos povos e comunidades tradicionais encaminharam demandas, parcialmente atendidas por

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 126 03/12/2019, 14:52

> agências governamentais em políticas agrárias, sociais e ambientais, que resultaram na edição de leis e na instituição de instrumentos normativos que garantem o acesso a terras de diversas formas: como propriedades privadas individuais (reforma agrária e regularização fundiária), propriedades privadas comunitárias (reforma agrária e política de regularização de territórios quilombolas), terras públicas em que comunidades têm posse permanente (política indigenista e política ambiental).

Outras formas de conformação territorial também ganharam expressão sem que estejam diretamente relacionadas às demandas citadas, como as áreas reservadas, as unidades de conservação de proteção integral; porém, estas acabam compondo muitas das situações em que os pleitos das comunidades tradicionais se colocam, pois, com frequência, há sobreposição de interesses e de figuras jurídicas.

O tecnicismo e o discurso administrativo e legal são preponderantes; as "consultas" e as audiências públicas organizadas pelos Ministérios de Integração Nacional e Minas e Energia, articuladas com os Consórcios das empresas de engenharia responsáveis pelas diferentes fases dos projetos, dão a falsa imagem de participação das comunidades, apelando para o que poderíamos chama de "portavozismo"[1]

E assim, um novo projeto de modernidade parece ter chegado ao Nordeste brasileiro. A região que até então estava sendo relegada e negligenciada, face aos investimentos concentrados nas regiões sul e sudeste, toma significativo vulto e fôlego, mas passa a enfrentar problemas quanto à redefinição de vários dos seus contextos, inclusive o rural.

A região nordeste, e aqui focalizamos nosso olhar sobre Pernambuco, foi tradicionalmente tratada pela lógica da decadência, da falta e do atraso; até os índios que na região vivem são considerados como "restos", "sobejos" e sobre o rótulo de misturados enfrentam preconceitos de diferentes ordens. A *decadência* não é passível de demonstração porque já é dada." (ALMEIDA, 2008, p. 148). Seria esta caracterizada pelas "faltas":

[1] Almeida (2010, p. 10) discute este "portavozismo", relatando formas de participação idealizadas, com base técnica, que nutrem uma fala ideia de empoderamento e que acabam por desestruturar as formas de organização intrínsecas, chegando a assumir modalidades sofisticadas, como a de "mapeamentos participativos".

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 127 03/12/2019, 14:52

> "Pela 'falta' de conhecimentos técnicos dos *lavradores*, que utilizam um sistema de cultivo considerado ineficaz; pela 'falta' de vias de comunicação adequadas para o escoamento da produção; pela 'falta de capitais', ou seja, recursos para assegurar a manutenção e desenvolvimento da agricultura; pela 'falta de créditos' e pela 'falta de braços', isto é, um potencial de mão-de-obra proporcional aos recursos naturais disponíveis no entender dos administradores. Neste caso, as ausências é que conferem sentido à *decadência.* Ela é lida pelo que carece de possuir". (ALMEIDA, 2008, p. 801).

As transformações do espaço rural nordestino foram marcadas até 1988, fundamentalmente pelas tensões que envolvem o campesinato e a estrutura fundiária profundamente influenciada pelo latifúndio e coronelismo. Inseridos nas categorias de proletariado, pobres, pequenos agricultores e camponeses, muitos dos critérios que, na atualidade, indicam grupos marcadamente definidos por laços étnicos ficaram subsumidos, dando uma falsa impressão de uma ruralidade, cuja diversidade estava definida fundamentalmente por questões de classe.

O reconhecimento da presença dos povos e comunidades tradicionais no Sertão nordestino nos leva a considerar, na lógica dessa ruralidade, a incorporação de

> formas de reconhecimento jurídico de diferentes modalidades de apropriação de recursos naturais que caracterizam as denominadas "terras tradicionalmente ocupadas", o uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens combinados, tanto com a propriedade, quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária.(ALMEIDA, 2006, p. 31-2).

Tais movimentos têm se constituído como movimentos fortes de resistência ao modelo desenvolvimentista, além de constituírem um termômetro para as relações estabelecidas com o Estado. Foi nas últimas três décadas que essas velhas territorialidades vêm sendo reconhecidas através de categorias jurídicas amparadas em normatividade nacional e supra nacional.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 128 03/12/2019, 14:52

II
Estado, o PAC e as "formas de matar"

A maneira como se vem discutindo sobre os direitos de povos e comunidades tradicionais em diferentes campos de saber, contribuem para que tais povos tenham visibilidade diante da invisibilidade propiciada por órgãos públicos principalmente em torno dos conflitos existentes em seus territórios. Sempre em situação de embate contra, o que Almeida (2008) classifica como seus antagonistas sociais, povos e comunidades tradicionais carregam sempre consigo um histórico de lutas incessantes em defesa de direitos que são constantemente negados.

Com o acirrado conflito presente nos processos de implementação de projetos desenvolvimentistas e conglomerados econômicos diversos, há historicamente ascensão de diferentes e novas formas de mobilização. Sob a égide de ações coletivas, movimentos sociais ou unidades de mobilização, nos deparamos com discursos que reforçam identidades coletiva, corroborando para uma tendência de constituir novas redes de organização e novas estratégias confrontacionais (ALONSO; BOTELHO, 2012)

Desde 1988 que a discussão sobre comunidades tradicionais vem ganhando grande destaque dentro da Constituinte e esse elemento tornou-se essencial para a discussão de territorialidades especificas e etnicamente construídas em torno de identidades coletivas, reforçando, juntamente com a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a lógica dos movimentos sociais.

Na contramão disso, os efeitos sociais dos atos do Estado, caracterizados pela pretensão de atos políticos com efeitos no mundo social, realizam planos de ação com logística e estrutura articulada, com propósito de garantir ganhos financeiros para empresários e fazendeiros, amparados por dispositivos jurídicos que legalizam tais ações.

Existem ações de dinâmica capitalista, com caráter regional, associação de interesses que versa pelo econômico e político e que liga o Estado e grandes empreendimentos instalados em distintas regiões do Brasil. Estes, por sua vez, estabelecem uma rede de conexão inimagináveis aos nossos olhos. O Estado, com todo seu aparato estratégico, investe na agroindústria e em projetos de

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 129 03/12/2019, 14:52

infraestrutura que aqui são apresentados por rodovias, ferrovias e portos que favorecem a distribuição do produto final. O Estado ainda mantém através de agências e bancos estatais, um extenso subsídio para o capital como forma de barateamento dos custos de implantação para esse mesmo capital. (MESQUITA, 2015). Este mecanismo de poder promove diferenciação socioespacial que pode ser percebido no tempo e no espaço em torno do avanço de forças produtivas que são reflexo de uma força de mercado e do Estado e causam acúmulo de riqueza e aumento da desigualdade.

Nesse sentido, a presença do capital numa determinada atividade ou região, historicamente, esteve associada à ocupação e controle do mercado; e em todas elas, essa presença vem acompanhada de expropriação. Essas expropriações de terra são comandadas por grupos de investimentos que, em frentes diferentes, desorganizam e desarticulam comunidades tradicionais estabelecidas secularmente em suas terras, com territórios que são seus espaços de reprodução social. E o que antes era espaço de reprodução social, hoje passa a ser de reprodução do capital para grandes empreendimentos instalados na região (MESQUITA, 2015).

> "Esses grupos sociais sofrem os efeitos de políticas de desenvolvimento, implementadas desde os anos 1970 e fundadas numa coalizão de interesses privados com o aval do estado brasileiro, o maior investidor de obras de infraestrutura, tais como: construção de estradas de ferro, rodovias, linhas de energia elétrica e de telefonia." (ALMEIDA, 2015: 8).

Mesquita (2015: 16) segue sua análise discorrendo que no segundo governo Lula, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este, embora saudado como uma espécie de plano de metas, não passa de um conjunto de intervenções na área de infraestrutura visando oferecer economia de escala aos investimentos, voltados ao mercado externo. De qualquer forma, afirma o autor, a sua concepção traz de volta a presença do Estado planejando a ocupação do território e dando direção (muitas vezes equivocada) e ritmo de como a mesma deverá ser efetivada".

O modelo de desenvolvimento econômico, com aparência de inovador, tem seus princípios herdados dos anos 70 do século passado, e tinha por base o

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 130 03/12/2019, 14:52

grande capital, a economia de enclave, o vínculo externo e a especialização, . Favoreceu-se a lógica do mercado dominada por empresas ligadas a atividades intensivas de exploração de recursos naturais (minerais e agrícolas) vinculados a cadeias globais de *commodities*. Políticas governamentais são irreparavelmente ambíguas. A natureza múltipla e complexa do estabelecimento de metas e de execução do planejado. Sempre deixa espaços para conflitos, esquecimentos e exclusões, que atingem os cidadãos, direta ou indiretamente com as políticas. Por essa razão, políticas governamentais são geradoras de insegurança, seja qual for a ótica das teorias de Estado, que informa a compreensão da sua atuação.

> "Sob o manto de uma desenfreada modernização quer quer se fazer passar simultaneamente por avanço social, proliferam-se e analisam-se inúmeras formas de violência que acompanham o processo de desenvolvimento, correlatas aos processos característicos da colonização, sobretudo no que tange à subjugação do Outro a sua desqualificação epistêmica, ao silenciamento, enfim, das formas alternativas de ver, ser, fazer e dizer" (ZHOURI, 2014, p.11-12).

O Sertão de Itaparica é, nesse cenário de privações e de violação de direitos, um complexo étnico que agrega povos e comunidades tradicionais convivendo em condições de conflitos eminentes em decorrência dos empreendimentos instalados em seus territórios sob a justificativa de promoção do desenvolvimento na região. A construção da Barragem de Itaparica na década de 1980 foi só o início das situações de violências vivenciadas pelos povos e comunidades tradicionais da região, e afetou fortemente os modos de vida, relações sociais e culturais dessas comunidades, porém, a problemática não se finda nesse processo (NASCIMENTO, 2019).

Os empreendimentos chegam a passos silenciosos. O processo de extração de minérios na região de Itaparica, por exemplo, sobretudo, em Itacuruba se dá sem alardes e sem informações precisas sobre quem faz e para onde vai o produto. Porém, as dimensões que tais extrações ou catalogação de áreas de pesquisas para extração presentes em Itacuruba, corrobora para uma ampla rede de informação acerca das riquezas dos solos do Sertão de Itaparica e que não apresenta qualquer divulgação formal para quem ocupa o território de fato. (NASCIMENTO, 2019).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 131 03/12/2019, 14:52

A negação de informação, limitação no acesso aos recursos naturais e violação de seus territórios caracterizam formas de violências que não visibilizadas pelo Estado. Os empreendimentos chegam e compõem uma lógica capitalista que não agrega o modo de viver desses grupos sociais. A piscicultura existente às margens do rio, por exemplo, limita o acesso e inviabiliza o uso do rio São Francisco por comunidades tradicionais que vivem em suas margens, rompendo, principalmente, com práticas tradicionais de pesca que beiram a um processo de identidade que ligava tais comunidades ao rio. A produção de tilápia feita em tanque-rede[2] nas represas do rio São Francisco teve início em 2005 na região de Xingó, Baixo São Francisco, expandindo-se para outras regiões em torno do rio São Francisco. O cultivo aquícola obteve índices consideráveis de produção.

Um dos fatores que alavancaram essa produção foi a permissão de uso das águas fornecida juridicamente pelo Estado através de Instrução Normativa Interministerial N°6, de 31 de maio de 2004 (EMBRAPA 2014, p.09). Em Itacuruba, os tanques-rede fazem parte de toda a paisagem que acompanha o rio, estabelecendo com discurso de beneficiamento financeiro, o favorecimento de políticas públicas em torno de uma região com população de baixa renda. Porém, o que ocorre são problemas ambientais e poluição do rio por dejetos dispensados no rio por grandes empresas que gerenciam a produção de tilápia na região.

O município de Itacuruba encontra-se dentro dessa região de desenvolvimento com um diversificado conjunto de grandes projetos que apresentam relação direta outros municípios do sertão de Itaparica. Contudo, o que não é colocado em evidência quando se discute sobre o processo de ocupação desses espaços para implementação de grandes projetos, é a existência de povos e comunidades tradicionais que carregam uma história secular e tradicional com o território em questão. A relação de pertencimento que os grupos indígenas e quilombolas possuem em seus territórios é respaldada em princípios e valores

[2] Tanques-rede são estruturas utilizadas para a prática de aquicultura/piscicultura e que apresenta várias formas e tamanhos. Feitos com redes ou telas, permitem a livre circulação da água. Podem ser instalados em ambientes aquáticos por meio de flutuadores, em locais onde há oscilação periódica no nível da água ou por meio de estacas fixas, em ambientes onde o nível d'água não oscila. Têm como finalidade o confinamento de peixes, proporcionando-lhes condições de crescimento por meio da proteção constante ao ataque de predadores e competidores, fornecimento de alimento e água de boa qualidade. (Embrapa 2009, p.11).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 132 03/12/2019, 14:52

diferentes daqueles que estruturam o direito à propriedade privada, assegurada, sobretudo, na Constituição federal de 1988.

A maneira de viver de povos e comunidades tradicionais não pode ser comparada com a noção capitalista de apropriação e ocupação territorial enquanto propriedade privada. O contexto ao qual esses grupos percebem seus territórios, envolvem para além de uma questão de terra, uma dimensão simbólica e cultural, agregando a isso, fortalecimento de uma identidade, reforçando laços de pertencimentos com o território.

A negação das formas históricas de conformação dos territórios de povos e comunidades tradicionais, como apresentando anteriormente, não é recente. Resulta da dificuldade das elites econômicas e políticas de reconhecerem formas outras de relação com a terra e seus recursos. Os grandes empreendimentos acabam por constituir uma estratégia de perpetuação dessa negação, o que permite a ação do rolo compressor do capital e a perpetuação das desigualdades socioespaciais locais/regionais.

No contexto de tantas violações, o projeto da Central Nuclear do Nordeste aparece como forma radicalizada e refinada de violência.

III
O rinoceronte de Itacuruba

Wittgenstein, em aula famosa com Russel, nos meados da primeira década do século XX, trava uma discussão sobre a existência de um rinoceronte dentro da sala de aula. Após afirmações antagônicas em torno da dita existência e busca no recinto pelo animal, Wittgenstein é convencido de que ali não se encontrava o objeto da busca e discussão.

Particularmente, não nos satisfaz a ideia de que Wittgenstein foi persuadido. E mais: é bem provável que incessante busca tenha o instigado a elaborar, posteriormente, sua ideia de que o limite do mundo está no limite da nossa linguagem: o meu mundo consiste naquilo é possível ser apresentado como linguagem.

A despeito de qualquer digressão filosófica, a Central Nuclear do Nordeste se apresentou inicialmente como o rinoceronte de Wittgenstein. Algo

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 133 03/12/2019, 14:52

aparentemente absurdo, surreal e até dantesco era alardado de diferentes formas e todas não muito claras; mas todos procuravam pela Central Nuclear; e os sinais de sua existência nunca ficavam muito claros. Mas, assim como o rinoceronte de Wittgenstein, a Central Nuclear estava já lá; elucubrar em torno da usina, produzir narrativas em torno da mesma, independentemente de já ter tomado forma física, a Usina passou a ser uma ameaça concreta e catalizadora dos medos e inseguranças que marcam a vida da população daquela região.

Podemos definir o ano de 1987 como aquele em que temos os primeiros anúncios do empreendimento e da possibilidade da região receber lixo atômico. Nos registros oficiais da Prefeitura de Pernambuco já indicavam a relação da região do Sertão de Itaparica, especificamente o município de Floresta, vizinho a Itacuruba, como área destinada para esse fim. Neste documento de 1987, está registrado a crítica do então deputado da época, Vital Novaes, contra o deposito de lixo atômico em Floresta, pertencente a tragédia envolvendo o Césio -137, em Goiânia (GO).

O documento ainda relata a proposta de projeto impedindo a instalação de Usina nuclear e a guarda de lixo atômico em Pernambuco:

> **"Emenda Substitutiva N° 1 ao Projeto Nº 244/1987:** proíbe aos governos do Estado e Municípios celebrarem convênios ou darem licenças, que possibilitem as instalações de usinas nucleares ou que permitam o depósito de seus rejeitos ou de química letal. Disciplina o transporte desses produtos e dá outras providências."

Em 2011, noticia-se informações no Diário Oficial do Estado de Pernambuco sobre polêmicas envolvendo a instalação de uma usina nuclear no município de Itacuruba. Já não mais em caráter de negação, um deputado solicita a implantação de uma agência do trabalho no município de Floresta, pois o Sertão se encontraria num bom momento em razão da execução de projetos de grande magnitude, como a transposição, a transnordestina e a usina nuclear, sendo essa no município de Itacuruba, muito próximo ao de Floresta e a necessidade de qualificar mão de obra especializada.

Há nesse intermeio de informações soltas e não concretizadas enquanto ação, consequências que não se limitam ao campo da desinformação, conflitos

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 134 03/12/2019, 14:52

territoriais e arranjos infraestruturais em Itacuruba. O rinoceronte não é, contudo, visto aos olhos atentos de quem busca uma resposta sobre o caso, mas é sentido da maneira mais vil por pessoas que carregam um histórico de violências[3] desde a construção da Barragem de Itaparica em 1988, caracterizado por deslocamentos compulsórios e processos contínuos de negação de direitos. Os deslocamentos compulsórios ocorreram em meio a medidas compensatórias que giravam em torno de acordos com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco- CHESF.

Tais acordos, reconhecidos como "Acordo de 1986", asseguravam o reassentamento dessas famílias, garantindo-lhes terra para irrigação, boas condições de moradia, assistência técnica e garantia 2,5 salários mínimos até o início da produção, era a chamada Verba de Manutenção Temporária – VMT (VIEIRA FIGUEIREDO; FIGUERÊDO, 2016). Contudo, não foram estes os acontecimentos vivenciados pelas famílias afetadas pela construção da barragem.

Em Itacuruba, hoje renomeada como Nova Itacuruba, as dificuldades são percebidas logo na entrada da cidade. A sede do município encontra-se 12 km de distância da estrada principal, a BR-316. Encurralados, com cerca de quatro mil e cem habitantes (IBGE,2010), Itacuruba encontra-se em um contexto de esquecimento quanto aos direitos que lhes deveriam ser assegurados. As condições de vida dos grupos sociais presentes na cidade de Itacuruba em nada se assemelha ao que tinham em seus antigos territórios. Deixam de ser pescadores, ribeirinhos, produtores rurais para dá continuidade ao plano de ação e destruição da vida nas matas e nas áreas desse lugar que é considerado um vazio.

Suas terras, seus lugares de pertencimentos e de referências de identidade cultural foram inundados, mas o sofrimento persegue esses grupos sociais. Há, segundo relatos de pessoas que foram deslocadas, depoimento de famílias que foram separadas no processo de instalação da Barragem de Itaparica. A consequência dessas ações hoje são os altos índices de transtornos mentais que acometem esses grupos sociais.

Um levantamento realizado pelo CREMEPE – Conselho Regional de Medicina de Pernambuco em 2004 nas cidades de Itacuruba, Tacaratu e Petrolândia, apresentavam altos índices de depressão e suicídio. Em Itacuruba,

[3] Sobre as diversas formas de violência, com ênfase na violência simbólica e espiritual, ver Schillaci (2017).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 135 03/12/2019, 14:52

especificamente, esse dado torna-se ainda mais alarmante. No Brasil, a taxa de suicídio é de 4,48%; no Nordeste é de 3,31% e em Pernambuco é de 3,56%. Todas essas taxas são para cada 100 mil habitantes. Em Itacuruba essa taxa sobe para 26,6%, com 10% da população dependente do uso mental de psicotrópicos. Para uma população de quatro mil e cem habitantes, Itacuruba encontra-se entre as cidades com taxas acima da média mundial (CREMEPE,2004).

As ausências fizeram de Itacuruba um lugar estigmatizado pelo sofrimento. Mas ao passo que a noção de desenvolvimento paira sobre essa região como mecanismo benfeitor das amarras da dinâmica do capital, pairam também, em meio as ausências, negação de direitos, violências e sofrimentos, um processo inverso. Os processos mobilizações estabelecidos pelos povos e comunidades tradicionais de Itacuruba se fortalecem principalmente em torno dos conflitos que a instalação de uma Usina Nuclear em Itacuruba pode acarretar.

O rinoceronte não é real porque não é ainda visível, mas está presente na maneira com que as violências se apresentam em Itacuruba e provoca o fortalecimento dos processos mobilizatórios que crescem ao longo dos anos. Mas o não visível é nesse contexto, marcado por informações que colaboram, em passos lentos, para a formação de um grande quebra-cabeça composto por informações sobre a instalação de uma usina nuclear em Itacuruba.

Em 2013, há outro indicativo para implementação da usina nuclear no Sertão de Pernambuco. A associação Brasileira de Energia Nuclear – ABEN, noticia em seu site que a Eletronuclear estava em fase final de estudo sobre área para possível instalação da usina em Itacuruba, à beira do Rio São Francisco (ABEN,2013). Em abril de 2019, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) noticia que o Ministério de Minas e Energia (MME) anunciou, durante o World Spotlight Brazil no Rio de Janeiro, que uma área em Pernambuco já foi analisada pela Eletronuclear para receber uma nova central nuclear. A matéria, que a NUCLEP direciona para mais informações, afirma que o local trata-se de um sítio, que fica localizado na cidade de Itacuruba e poderia abrigar até 6 reatores nucleares.

Apesar dessas informações serem divulgadas pelas mídias sociais, a instalação de usina nuclear no Sertão de Itacuruba ainda está cercada de mistério. Poucas são as informações realmente claras sobre o assunto, o que impossibilita a clareza sobre a concretude formal do projeto. Antecipadamente, intensas formas

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 136 03/12/2019, 14:52

de mobilização têm sido realizadas com o propósito de barrar o desenvolvimento de projetos que dão vazão a criação de uma Usina Nuclear em Itacuruba e produção de energia nuclear no Brasil.

A Articulação Antinuclear Brasileira – AAB, sua criação data de 2011 e é constituída por movimentos socioambientais, pesquisadores, entidades e indivíduos que são de alguma forma, envolvidos na discussão sobre Usinas nucleares no Brasil. Há um debate forte em defesa do uso de energias renováveis, mas há, nesse contexto, um debate sobre formas de impedimento de ampliação das áreas que comprometam a segurança e bem-estar de pessoas que vivem, ou podem viver, próximas a Usinas Nucleares.

Em contexto mais localizado, as articulações contra a instalação da usina partem de protestos que datam de 2011, com a realização da Caravana Antinuclear em Pernambuco, promovida pelo Movimento Cultura de Paz da Diocese de Floresta em parceria com povos tradicionais de Itacuruba. O processo de articulação das mobilizações contra a usina nuclear em Itacuruba esteve ligado às ações de parceria da igreja católica da região.

O que se segue depois disso, são processos mobilizatórios que colocam em jogo uma luta pela "classificação no mundo social" que põem em evidência uma determinada forma de existência coletiva, que por si só, se contesta às pressões de interesses de grandes empreendimentos sobre seus direitos territoriais e acesso aos recursos naturais, expresso, por exemplo, na Marcha das Águas em Pernambuco realizada em 2012, com a Articulação Popular São Francisco Vivo, Movimento Cultura de Paz, Povos Tradicionais de Itacuruba.

Essas articulações oferecem condições de possibilidades para se pensar uma discussão em torno de uma "ambientalização" dos conflitos sociais (Leite Lopes, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as relações de poder em uma dinâmica do capital atuante implica em conhecer aspectos centrais de uma história e economia nos circuitos do capital mundializado, como espaço de disputa hegemônica e rupturas não consolidadas. Itacuruba está no eixo central do discurso desenvolvimentista no Sertão de Itaparica, contudo o discurso oficial de modernização, reproduz uma hibridização

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 137 03/12/2019, 14:52

da extrema modernização capitalista com a tradição do patrimonialismo e do colonialismo.

A crescente inserção dos conglomerados econômicos que estão vinculados a uma estratégia de crescimento regional, a priori, na verdade não asseguram alterações significativas traduzidas no que eles consideram como qualidade de vida. Os altos índices econômicos e o PIB – Produto Interno Bruto- não medem o sofrimento dos grupos sociais afetados por esses projetos de desenvolvimento. Não há, pois, uma proposta alternativa de estratégia de desenvolvimento estabelecida pelos megaprojetos, porque o que se entende como desenvolvimento beira a indignação moral, acarretando os mais profundos problemas ambientais, sociais, econômicos e de saúde.

A decadência, as ausências e o discurso de vazio estarão sempre no cerne da questão para justificar o avanço por terras pertencentes a grupos que agregam valor diferenciado ao território que pertencem. Estes por sua vez, como se percebe, irão criar mecanismos de luta coletiva, reforçando laços de solidariedade, reconhecendo-se índigenas e quilombolas. Os grandes projetos estarão sempre na ordem do dia, criando redes de corporações que crescem sem criar fronteiras, dimensionando para campos de exploração e de produção que nossa rede, nem sempre alcança, porém a resistência desses grupos tradicionais perpassa por processos que não se adequam as corporações, pois o que os une se apresenta por mecanismos de cooperação. A cooperação entre grupos distintos, carrega uma luta comum que permite um fortalecimento desses mesmos grupos, que passam por um processos de opressão que não os classificam por suas diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A IDEOLOGIA DA DECADÊNCIA: LEITURA ANTROPOLÓGICA A UMA HISTÓRIA DE AGRICULTURA DO MARANHÃO. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, 2008.

ALMEIDA, A.W. TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UFAM, 2006.

ALMEIDA, A.W. Conhecimentos tradicionais: "uma nova agenda de temas e

problemas. Conflitos entre o poder das normas e a força das mobilizações pelos direitos territoriais". CADERNOS DE DEBATES NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia.v. 1, n.1. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.2, p. 9-17.

ALONSO, Ângela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. SOCIOLOGIA & ANTROPOLOGIA. V.02.03:11-19, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA NUCLEAR – ABEN. Projeto prevê nova central nuclear em Pernambuco. 21.08.2013. Disponível em: < http://www.aben.com.br/noticias/projeto-preve-nova-central-nuclear-em-pernambuco#noticia>. Acesso em 25 jan .2019.

EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. Piscicultura em tanques-rede. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro F. Vieira. Exílio: pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas – o caso de Itacuruba. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2011.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro F. Vieira; Figueirêdo, Germana. *"Lá Onde o Rio Está Enterrado": Itacuruba, identidade e memória em um "não-lugar"*. João Pessoa: Reunião de Antropologia, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Dados censitários*, 2010.

ITACURUBA afogada na tristeza. CREMEPE. 27 maio 2007. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/27/itacuruba-afogada-na-tristeza/> Acesso em 27 nov. 2018.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.); ANTONAZ, Diana; Prado, Rosane; SOLVA, Gláucia (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais*: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MESQUITA, Benjamin Alvino. 2015. *Grandes projetos de investimentos na Amazônia e as questões do desenvolvimento regional*. Manaus: UEA Edições, 2015.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 139 03/12/2019, 14:52

MOURA, Abdias. *O sumidouro do São Francisco*: subterrâneos da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985

NASCIMENTO, Poliana de Sousa. De los frentes de expansión a los grandes proyectos de desarrollo: emergencia en las comunidades de los sertões de Itacuruba. Equador: Revista Íconos, 2019. v.64. p 33-45.

PROJETO BRASIL CENTRAL. *Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central*. Projeto de Pesquisa – UEMA. São Luis, 2016.

SERTANEJOS sofrem com depressão. CREMEPE. 25 maio 2007. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/25/sertanejos-sofrem-com-depressao/>. Acesso em 27 nov. 2018.

SCHILLACI, Manuela. Religiosidade Truká e o Rio São Francisco (PE) : um estudo da violência simbólica das grandes obras. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2017.

VIANNA JR, A. Terra, territórios e conhecimento tradicional espacial. CADERNOS DE DEBATES NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS MA PAN-AMAZÔNIA.v. 1, n. 1. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.2.

ZHOURI, A. & VALENCIO, N. APRESENTAÇÃO. In: ZHOURI, A. & VALENCIO, N. (Orgs.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 9-20, 2014.

"ESSAS CERCAS DA COMUNIDADE VÊM DE ANTES...": A PRESSÃO DAS CERCAS E A NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE LUTA PELO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS GERAIS[1]

Lilian Maria Santos[2]
Adinei Almeida Crisóstomo[3]
Sérgio Leandro Sousa Neves[4]
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula[5]
Felisa Anaya[6]
Carlos Alberto Dayrell[7]

INTRODUÇÃO

O projeto da Nova Cartografia Social, *Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central – Núcleo Minas Gerais,* se desenvolve em uma parceria estabelecida pela Unimontes e a Universidade Estadual do Maranhão. Este projeto tem como objetivo o mapeamento social dos efeitos da expansão dos agronegócios sobre os processos diferenciados de territorialização específica de povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas. O projeto envolve o trabalho de oficinas e entrevistas, bem como o treinamento para o uso do GPS pelos comunitários, considerando que são os moradores da comunidade que

[1] Trabalho elaborado com base nas atividades de pesquisa do Projeto: "Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central". (Resolução nº. 163 - CEPEx/2018). Realizado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES / MG, através ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS.
[2] Doutoranda em Desenvolvimento Social - PPGDS / UNIMONTES.
[3] Mestre em Geografia - PPGEO / UNIMONTES. Bolsista de Apoio Técnico do Projeto: "Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central" - Núcleo MG.
[4] Doutorando em Desenvolvimento Social - PPGDS / UNIMONTES.
[5] Doutora em Geografia - UFU. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS / UNIMONTES. Coordenadora do Projeto: "Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central" - Núcleo MG.
[6] Doutora em Sociologia - UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS / UNIMONTES. Coordenadora do Projeto: "Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central" - Núcleo MG.
[7] Doutorando em Desenvolvimento Social - PPPGDS/ UNIMONTES

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 141 03/12/2019, 14:52

objetivamente constroem o mapa e apresentam suas narrativas sobre a história do território, da expropriação e da luta pela retomada.

> O trabalho de mapeamento pressupõe, além disto, o treinamento e a capacitação de membros destas comunidades, que são os sujeitos na seleção do que deverá constar dos mapas produzidos e no registro de pontos a eles referidos. O aprendizado de dispositivos constitucionais, da legislação ambiental pertinente e de técnicas elementares de uso do GPS consiste numa etapa inicial do trabalho do PNCSA. Tal capacitação é consolidada pelas oficinas de mapas realizadas nas próprias comunidades. De acordo com uma composição definida pelos seus próprios membros tais oficinas resultam em atividades que delimitam perímetros e consolidam as informações obtidas por meio de observação direta e de diferentes tipos de relatos, contribuindo para uma descrição etnográfica suficientemente precisa. Para fins de divulgação ampla e difusa, os resultados dos trabalhos relativos a cada situação social são publicados em forma de fascículos, contendo um mapa, excertos de depoimentos de membros das comunidades pesquisadas e as demandas do grupo. Estes fascículos, coligidos pelas respectivas equipes de pesquisadores, são distribuídos principalmente pelos próprios membros das comunidades mapeadas (ALMEIDA, pag. 28).

O Núcleo de Pesquisa do Norte de Minas Gerais se comprometeu a construir dois Fascículos, sendo um da comunidade Quilombola Buriti do Meio e outro da Comunidade Vazanteira de Pau de Légua e um Boletim para a Articulação Vazanteiros em movimento. Neste artigo pretendemos apresentar as dinâmicas de construção de cada produto e discutir sobre os resultados do processo da construção do mapa na perspectiva da nova cartografia social. Para tanto apresentamos as discussões teóricas sobre mapas sociais e a Nova Cartografia Social, bem como o desenvolvimento do projeto nas comunidades.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 142 03/12/2019, 14:52

Sessão de Fotos 01 – Oficinas da Nova Cartografia Social no Quilombo Buriti do Meio, na Comunidade Vazanteira de Pau de Légua e com a Articulação "Vazanteiros em Movimento". Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG.

A CARTOGRAFIA SOCIAL E A NOVA CARTOGRAFIA

A cartografia social é uma estratégia que permite o acionamento da memória, a participação coletiva da comunidade e, principalmente, o processo de politização e contato com os conteúdos específicos da memória coletiva da comunidade. Acserald e Viegas (2013), discutindo sobre a importância da cartografia social para a luta dos grupos sociais que reivindicam o direito territorial, afirmam que a cartografia cria efeitos políticos imediatos, mobilizando o grupo social em seu protagonismo, resgate e reprodução dos seus processos, sendo sua construção um processo de politização.

> O campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política. Este é um processo

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 143 03/12/2019, 14:52

> fundamental para a constituição desses grupos não só como sujeitos "cartografantes", mas também como sujeitos políticos, desde que lhes seja garantida a autonomia da produção da informação espacial e da decisão sobre seus mundos (ACSERALD, VIÉGAS, 2013. p. 17).

Desse modo a cartografia social é o esforço de ocupar, controlar e usar um território, ou seja, é um processo de territorialidade. O processo de construção do mapa na cartografia social é um meio e não o fim, pois cria efeitos políticos imediatos e oportuniza maior instrumentalização para a disputa. Esse tipo de mapa envolve um mediador e é utilizado para mostrar o quanto a comunidade conhece e se apropria do território como valor moral.

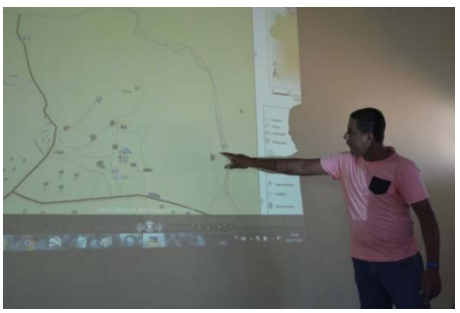
Na perspectiva da Cartografia Social temos a modalidade da Nova Cartografia Social, nesta o que se propõe é que a comunidade conduza todo o processo, inclusive o manejo de GPS e produza a própria história sem a ação de um mediador. A proposta da Nova Cartografia é que tenha a colaboração de técnicos para assessorar a comunidade, treinar o uso do GPS e produzir os mapas técnicos finais e, na condução específica do mapa, estes devem apenas auxiliar sem nenhuma intervenção na produção do material.

> Em lo sustantivo, además de su metodología participativa, lo que me impresiona más del equipo Nova Cartografia es su capacidad constante y profunda de innovación. Una cosa es desarrollar una especialidad técnica, y aplicarla de manera consecuente a través de losaños. Pero el resultado es muy diferente cuandoel equipo aplica la técnica, y a la vez sujeta La práctica a escrutinio y reflexión critico, para mejorar las rutinas, expandir su aplicación a âmbitos nuevos, y adaptar La metodología a los emergentes desafíos económico-políticos del entorno. Se a una revisión de los títulos de los fascículos, o una apreciación más profunda de La análisis ofrecido em los libros, uno rápidamente se da cuenta que el adjetivo "nova" es bien puesto: es una practica de mapeoen plena evolución, cuyo curso arroja múltiplesaprendizajes tanto técnicos como teóricos que han sido, en cada etapa, sustantivamente nuevos (ALMEIDA, JUNIOR, 2013, p. 27).[8]

[8] Citação de CHARLES R. HALE: diretor do Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies and Benson Latin American Collection - University of Texas, Austin.
Tradução: No substantivo, além de sua metodologia participativa, o que me impressiona mais da equipe da Nova

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 144 03/12/2019, 14:52

Podemos considerar que a Nova Cartografia Social tem o propósito de tornar o processo o mais autônomo possível para a comunidade e, principalmente, oportunizar um espaça de reflexão, politização e apropriação do território.



Figuras 03 e 04 - Oficinas Nova Cartografia Social no Quilombo Buriti do Meio.
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central - Núcleo MG.

O PERCUSO DA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL "NOS GERAIS"

Nas atividades da Nova Cartografia Social com as Comunidades Buriti do Meio e Pau de Légua e com a Articulação Vazanteiros em Movimento, realizamos entrevistas e oficinas para a construção do mapa com os comunitários, onde trabalhamos temas como *cultura, tradição, memória e lugar*.

Nas oficinas o propósito era discutir sobre a história do lugar, da cultura e tradição, com o intuído de produzir conteúdos que possam instrumentalizar discursos, estratégias e documentos para a luta pelo território e pelos direitos a produção e reprodução dos modos de vida.

> Ressaltamos o potencial das oficinas em promover o exercício ético e político, pois, ao mesmo tempo em que geramos material para análises, criamos um espaço de trocas simbólicas que potencializam a discussão em grupo em relação à temática

Cartografia é a sua constante e profunda capacidade de inovação. Uma coisa é desenvolver uma especialidade técnica e aplicá-la consistentemente através dos anos. Mas o resultado é muito diferente quando a equipe aplica a técnica e, ao mesmo tempo, submete a prática ao escrutínio e à reflexão crítica, para melhorar rotinas, expandir sua aplicação para novas áreas e adaptar a metodologia aos desafios econômico-políticos emergentes do meio ambiente. Seja uma revisão dos títulos dos fascículos, ou uma apreciação mais profunda da análise oferecida nos livros, rapidamente percebe-se que o adjetivo "nova" está bem colocado: é uma prática de mapeamento em plena evolução, cujo curso rende múltiplas aprendizagens técnicas como teóricos que foram, em cada estágio, substancialmente novos.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 145 03/12/2019, 14:52

> proposta, gerando conflitos construtivos com vistas ao engajamento político de transformação (SPINK, MENEGON, MEDRADO, 2014, p. 33).

O mapeamento social inscreve-se no repertório de mobilizações e de lutas dos povos para a garantia e preservação dos seus direitos territoriais. Tem como uma de suas propostas principais, a participação coletiva das Comunidades Tradicionais na construção e no auto-mapeamento do território, levando em conta a história, a cultura, os lugares, os saberes e a memória da Comunidade.

Para fomentar o trabalho com os grupos, foram realizadas também atividades de pesquisas e estudos para organização de acervo bibliográfico, com a catalogação de trabalhos acadêmicos como teses, dissertações, monografias, artigos, livros e cartilhas desenvolvidas sobre a região do Norte de Minas Gerais, as Comunidades Tradicionais, Conflitos Ambientais, Cultura, Modos de Vida, Saberes, Tradições, dentre outras categorias de estudos.

A partir das reflexões dos momentos de pesquisa avançamos para os trabalhos de campo e oficinas que começaram a partir do mês de julho de 2017 e finalizaram no mês de setembro de 2018. A respeito da produção e confecção dos Produtos Finais, destacamos as principais atividades que foram efetivadas para a produção da Nova Cartografia Social.

Foram realizadas Oficinas com as temáticas de GPS/Mapas, Comunicação/Imagens - como etapa preparatória para a Oficina da Nova Cartografia Social - para a mobilização e visibilização das lutas das comunidades, bem como os Croquis para a construção do Mapa Síntese. Estas atividades se configuraram da seguinte forma:

• Oficina de GPS/Mapas, onde foram trabalhadas noções sobre a história da cartografia, apresentação de alguns instrumentos como mapas, o globo e a bussola, noções sobre composições de um mapa, coordenadas geográficas, legendas, símbolos, escalas, titulo do mapa, conceitos de escala, dimensões e legendas;

• Atividades práticas de utilização do GPS e marcação de pontos e oficina de Comunicação/Imagens, vídeos e fotografias e utilização dessas técnicas nas redes sociais. As atividades tinham como proposta oportunizar que a comunidade em conjunto revivesse momentos, histórias, pessoas e lugares do Quilombo Buriti do Meio.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 146 03/12/2019, 14:52

Dessa forma, a estratégia utilizada pelos pesquisadores nas comunidades foi para além do objetivo inicial, uma vez que os grupos se mostraram ainda mais acessíveis para a realização das oficinas de construção do mapa, bem como possibilitou maior integração entre os membros participantes, o que colaborou para o resultado final.

Durante as práticas que envolviam as Oficinas da Nova Cartografia Social, a construção do Mapa e Croqui e a marcação de pontos, também aconteceram entrevistas em profundidade com algumas pessoas chaves para entender a história, o território e as lutas das comunidades. Posteriormente a finalização do Croqui, marcação de pontos de GPS para georreferenciamento do território e transcrição de entrevistas, o material foi selecionado e compilado para a oficina de validação. Nas oficinas de validação dos fascículos e do boletim foi exposto para o grupo relativo a cada comunidade o mapa, por eles construído, bem como os conteúdos das falas dos moradores que compunham a história do território, das tradições e das lutas.

Como resultado final o Fascículo de Buriti do Meio abordou o contexto histórico da Comunidade, as origens, as tradições, a cultura, os conflitos ambientais e os *"cercamentos"* ou *"encurralamentos"* do Quilombo por fazendas de pastagens e criação de gado pelo agronegócio local. Destaca-se na história do Quilombo a época da fartura de agua, das criações a solta e da extensa produção de alimentos, o que atualmente encontra-se escasso, pois as nascentes de agua e lagoas secaram devido às atividades de monocultura e pastagens das fazendas.

O Fascículo da Comunidade de Pau de Légua também traz o contexto histórico, cultural e suas tradições, focando os tempos das cheias, das plantações nas vazantes, da pesca e da fartura. A época das moradias na ilha, das atividades nas lagoas e no seu entorno, bem como as festas de Santo compõem toda a história da Comunidade. O Rio São Francisco é lembrado e falado como o "Velho Chicão", a lembrança das cheias e fartura de peixes se contrapõe às histórias atuais de seca e pescarias frustradas.

O Boletim da Articulação Vazanteiros em Movimento apresenta o início da Luta política, como o grupo se organizou e articulou o movimento, a constituição dos territórios vazanteiros, a relação dos vazanteiros com o Rio São Francisco, a produção e reprodução dos modos de vida de ser vazanteiros e os conflitos com os Grandes Empreendimentos e o Estado. Tanto os Fascículos

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 147 03/12/2019, 14:52

como o Boletim trazem a história de luta e resistência pelo território e pelo direito às práticas e atividades cotidianas dessas comunidades tradicionais.

O QUILOMBO BURITI DO MEIO

Figuras 5 e 6 – Quilombo Buriti do Meio.
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG.

A Comunidade do Quilombo Buriti do Meio tem histórico de luta pelo reconhecimento legal como remanescente de quilombo, marcada por conflitos com as fazendas do entorno por conta das expropriações sofridas, o que leva a falta de acesso à água até mesmo para as tarefas cotidianas e também para as práticas agrícolas.

A comunidade possui casas muito espalhadas, com muitas ruas e mais de 700 moradores, porém muitos se ausentam durante alguns meses ou anos por causa da migração em busca de trabalho. Embora faça parte do município de São Francisco – MG, cortada pelo Rio São Francisco, a comunidade enfrenta todas as consequências da seca que acomete o Norte de Minas e, uma das questões, é exatamente o prejuízo causado pelo impacto dos grandes empreendimentos às nascentes perenes que existiam.

Durante as entrevistas e oficinas, os comunitários relatam sobre como ocorreram a expropriação territorial pelos fazendeiros, como estes abordavam os antigos moradores e pediam as terras emprestadas para colocar gado e, deste modo, faziam as cercas, pois tinham os recursos materiais para isto, e acabavam invadindo as terras tradicionalmente ocupadas.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 148 03/12/2019, 14:52

> *Era muito maior! (o território) então essas beiras aqui, tanto todo lado, norte, sul, leste e oeste... tudo foi chegando nós pra dentro... um círculo é, foi nos circulando...* (Rodrigo Oliveira. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

> *Era muito maior (o território). Segundo os antigos contam, é muito além do que a comunidade é hoje...* (Joana da Silva. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

> *O pessoal daqui não tinha cerca, então os fazendeiros tinham. Eles soltavam os gados lá e vinham pra cá beber água e as águas estava tudo aqui dentro. Aí eles, no que eles vinham beber água, comiam até plantação que os Quilombolas plantavam, igual nessa época de chuva assim, plantavam e vinham os gados pra beber água e acabava.* (Tânia Costa. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

> *Tomavam emprestado né... Às vezes tomava emprestado de meus avôs.* (Joaquim Souza. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

> *A primeira ideia era tomar emprestado para colocar o gado pra comer o pasto, cercavam aqueles espaços. Aí depois que eles estavam cercados, Já era deles, aí já registravam (a terra).* (Tânia Costa. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG)

No nosso contato com a comunidade foi possível perceber que nesse contexto de expropriação, o artesanato do barro resistiu e se tornou uma prática muito relevante, tanto como renda para muitas famílias como também uma forma de se auto afirmar e dar visibilidade para a comunidade.

> *Tem o preto, né, ele tem maior importância, mas pra fazer é tudo misturado. O vermelho é especifico de fazer pintura. Então na verdade são três barros. Tem vermelho e preto pra fazer pintura porque o vermelho na hora que pinta fica vermelho e o preto fica branco* (Fonte: relato de comunitário em oficina realizada pelo Projeto Brasil Central MG).
>
> *Para os que fazem é o meio de sobrevivência porque, eu falo porque lá em casa já formaram três, tudo pagando faculdade e foi com esse meio, inclusive não tinha nenhum dos meus pais aposentados. Quando minha mãe foi aposentar eu já estava era formando na faculdade, então eu concordo que é um meio de geração de sobrevivência, mesmo que você sai*

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 149 03/12/2019, 14:52

com uma feira, você não vai está vendendo, pegando o dinheiro, mais pega uma troca, porque às vezes você vende até trocando, mais essa troca você vai mesmo comprar sem receber o dinheiro. (Maria Cássia Gonçalves Souza. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

O artesanato a gente expõe nos núcleos de produção, mesmo lugar que faz, a gente também vai a feiras (Esterlina Francisca dos Santos. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

Durante todo o processo de realização do projeto emergiam a história de laço muito forte com o território, os mitos envolvendo a água, o barro e a chegada dos antepassados. Os comunitários possuem também muitos marcos que indicam a ancestralidade e muitos casos que remetem à tradição alimentar, musical e religiosa. Neste contexto, principalmente os idosos são os portadores da memória e são com eles que os moradores contam para trazer à tona as lembranças que compõem a identidade quilombola e o pertencimento ao território.

Nós éramos um tanto de neto, aí na hora que dava a noite os netos iam tudo pra lá, os filhos de tio Lé, tia Cila... aí ia todo mundo, juntava todo mundo na casa da vó, dava mais ou menos aqueles 50, 60 menino pra poder brincar... E dava esse monte de gente uma filona de gente mesmo, sabe. Ai era bom demais. Tinham as rezas da quaresma, também rezávamos. Tudo que entrava quaresma aí a gente, as famílias reuniam tudo na casa de uma família. O nome dela é Maria coelha e lá tinha careta, na época de quaresma tinha careta. É assim... a gente rezava durante a quaresma, a gente rezava na casa de uma família, aí quando era dia de sexta feira da paixão reunia todo mundo, aí rezava a noite toda né? Aí naquele entra e vai tinha aquelas pessoa que brincavam de Judas (Fonte: relato de comunitário em oficina realizada pelo Projeto Brasil Central MG)..

Seu Teodoro era curador. Levava pra ele, daí ele curava as pessoas, quase todo mundo que tinha na comunidade, ele era benzedor, fazia as garrafadas, muitas pessoas tomaram a garrafada dele aqui e foi curado, conhecia as raízes (Fonte: relato de comunitário em oficina realizada pelo Projeto Brasil Central MG)..

Tinha um lugar também que o povo também falava que era assombrado. Aquele lá perto daquele menino, também tem um pé de arapuá, também que o povo fala que é assombrado, é lá perto da caixa, lá perto daquela caixa lá da escolinha. É, uma vez passando lá, papai mesmo foi assim, passando lá e aí começando a caminhar dentro do mato, parecendo uma

preazinha, ai dessa preazinha virou um homem grandão na frente dele e foi crescendo, crescendo até sumiu (Fonte: relato de comunitário em oficina realizada pelo Projeto Brasil Central MG)..

Era aqui que existia que… já foi visto a Mãe da água aqui oh! Ela parecia pela metade peixe e a outra de gente, pra baixo de peixe e pra cima de gente. Mulher do cabelo grande. Acho que é mesmo porque aqui tinha muita água então o lugar que ela fica mais onde tem água né. Sempre ela aparece porque ela é uma encantada. Ela no mesmo instante que ela tá aqui ela pode tá num rio São Francisco, pode tá em qualquer outro lugar onde tiver água ela aparece (Fonte: relato de comunitário em oficina realizada pelo Projeto Brasil Central MG).

Meu pai mesmo criou a gente foi com tatu, ele saia, colocava o jequi lá. O jequi ele é feito de arame, ele é alinhado, a gente chamava jequi, mas era armadilha, ele era feito com arame, aí ele colocava lá no buraco do tatu hoje, quando era amanhã. já tinha uns três tatus, daí dava a alimentação pra gente, mamãe fazia a farofa né, e nós comíamos. Tinha o tiú também. Também ele pegava bastante também e dava pra nós comermos. Veado também, ele via e matava. Preá, coelho, seriema, codorna (Fonte: relato de comunitário em oficina realizada pelo Projeto Brasil Central MG).

A COMUNIDADE VAZANTEIRA DE PAU DE LÉGUA

Figuras 7 e 8 - Comunidade Vazanteira de Pau de Légua.
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central - Núcleo MG.

Os Vazanteiros da ilha de Pau de Légua estão situados às margens do Rio São Francisco nos municípios de Manga e Matias Cardoso, região Norte de Minas. Os vazanteiros que trabalham na ilha envolvem 56 famílias que vivem do

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 151 03/12/2019, 14:52

cultivo dos lameiros[9] nas vazantes e nas terras da ilha, do extrativismo, da agricultura, da criação e da pesca nas lagoas e no rio. Em suas narrativas eles expressam que o Rio São Francisco e suas vazantes são os lugares de vida, trabalho, lazer, família e laços com a natureza. Eles também têm muitas histórias que envolvem as águas, as crenças, as práticas alimentares e a relação com o território. Os vazanteiros de Pau de Légua, além de enfrentarem o conflito com os grandes empreendimentos, também sofrem com a criação do Parque Estadual da Mata Seca. As memórias presentes nas narrativas são de um lugar onde moravam com as famílias, pescavam, criavam os bichos a solta e que, com a chegada dos grandes empreendimentos, os fazendeiros passaram com tratores e derrubaram tudo. A destruição provocou a expulsão como moradia, mas não conseguiu romper os laços da comunidade com o território.

> *Antigamente as terras eram fáceis de adquirir, então os fazendeiros chegavam e registrava um monte de terras, (falavam) 'aqui é meu', aí eu não tinha condições de fazer aquilo, eu ia prestar favores pra ele, ia trabalhar pra aquelas pessoas quase como se fosse quase tipo um trabalho escravo.* (Natalino da Silva. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

> *É a demarcação do nosso território, aonde nós podemos ter o direito de ir e de vir porque a gente até hoje não tem a liberdade, e antigamente nós tínhamos a nossa liberdade de fazer aquilo que estava proporcionado ao nosso alcance que era o manejo da forma nossa. Hoje não tem nada disso mais. Então nós queremos resgatar a nossa história, porque do que nós já sofremos, já tem um tempo bom que nós sofremos na mão do poderoso que é o latifúndio e o Estado agora né?* (Natalino da Silva. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

Figuras 09 e 10 - Oficinas Nova Cartografia Social na Comunidade Vazanteira de Pau de Légua. Fonte: Acervo Projeto Brasil Central - Núcleo MG.

[9] Lameiros, são regiões ribeirinhas ou de lagoas com solo de característica mais pantanoso onde é possível a cultura de plantios variados.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 152 03/12/2019, 14:52

> *O Estado está nos encurralando, nós que tínhamos que retirar o Estado dali, e é o Estado que está nos tirando, forçando a gente a ir pra Matias Cardoso. Então se você atravessa lá (o parque), para escoar alguma mercadoria que você produz, se tem que sair de barco pra cá, se o barco afundar ou alguma coisa, eles não estão nem aí, quer dizer a gente pode morrer. Como nós estamos simplesmente numa área do Estado, nós não podemos plantar, não podemos usufruir de nada. Enquanto somente a minha área está quase toda coberta de frutas, é onde que os animais estão indo comer. Não tem mais o que comer. Não temos mais o direito de pescar, porque a gente pescava as margens da lagoa, era lugar de plantio de hortas e é a roça também a beira das lagoas. Depois que ocupou com o parque ninguém pode mais ir à lagoa pescar nem plantar e nem fazer mais nada. Levamos o Promotor esses dias e ele viu. A gente andando na praia da lagoa e eu contando a história que ali era lugar de horta, aí fomos olhando vários pés de alface que estavam lá, porque a natureza estava semeando.(Natalino da Silva. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).*

Os vazanteiros de Pau de Légua atravessam o rio todos os dias de Matias Cardoso para a ilha para o trabalho e também para o lazer. Tanto nos relatos dos moradores como na nossa percepção, vemos que os fazendeiros, bem como o parque deixaram a ilha sem nenhuma estrutura: não existe água encanada, luz elétrica, estradas de acesso via a cidade Manga – MG e nem mesmo a permissão do estado para acessarem as lagoas e utilizarem as vazantes. Mesmo diante desta realidade eles se mantêm na ilha e alimentam a ligação com o território através do acionamento da memória que remonta a tradição e sustenta as práticas cotidianas.

ARTICULAÇÃO "VAZANTEIROS EM MOVIMENTO"

Figuras 11 e 12 - Oficinas Nova Cartografia Social da Articulação "*Vazanteiros em Movimento*". Fonte: Acervo Projeto Brasil Central - Núcleo MG.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 153 03/12/2019, 14:52

A "Articulação Vazanteiros em Movimento" é um movimento social e político de reivindicação territorial que envolve 14 comunidades vazanteiras[10], localizadas ao longo da baixada média do rio São Francisco, no Norte de Minas, na região dos municípios de Matias Cardoso, Manga e Itacarambi. Estas comunidades encontram se em conflito com os parques estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, que foram implantados nas terras tradicionalmente ocupadas. Os vazanteiros possuem uma relação afetiva com o rio São Francisco, suas ilhas e vazantes, pois estes são lugares de vida, lazer, trabalho e moradia.

> *A Articulação foi criada nessa situação, para poder a gente se agrupar e ter forças e mobilizar os outros municípios, como Matias Cardoso, Manga e Itacarambi. Começamos a conversar com algumas pessoas de Pedra de Maria da Cruz sobre a criação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, foi a maneira da gente se agrupar para adquirir força e resistência para lutar contra o estado. (Cícero Lima. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).*

> *O território a gente pensa o coletivo. O coletivo é a área para você morar, criar e viver... Antes a gente pescava no São Francisco, mas hoje em dia os fazendeiros tomaram conta do rio, temos só a frente, nós não conseguimos chegar ao rio, a demarcação está abrangendo, mas a gente não tem o acesso, porque a beira é dos fazendeiros. Eles dizem que compraram, agora eu não sei onde eles compraram, porque falam que é terra da união, terra da união não dá documento para fazendeiro nem para ninguém. Eles (os fazendeiros) falam que compraram e que tem documento e ninguém sabe se compraram ou se entraram com a posse lá. Essa fazenda inclusive, quando a gente morava lá, pegava duas comunidades, era uma fazenda só, mas hoje são três fazendas, porque foi dividido (a terra). Hoje nós estamos lá no meio encurralados nessas fazendas. Encurralados quer dizer imprensados, não tem espaço nenhum, se nós vamos para a direita é fazendeiro, se nós vamos para a esquerda é fazendeiro, então você vive só naquele circulo ali, igual está aqui esta casa, espaço na casa tem, agora nós só podemos usar esse espaço da sala, se pula pra cá é uma fazenda, se pula pra lá é outra fazenda, se pula para o fundo é outra fazenda, tudo lá é assim. Então nós não temos acesso ao rio São Francisco.* (João Barbosa. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

[10] Comunidade de Bebedouro, Comunidade de Manga Velha, Comunidade de Pau de Légua, Comunidade de Pau Preto, Ilha da Barra, Ilha da Ingazeira, Ilha da Malhadinha, Ilha da Maria Preta, Ilha do Retiro, Quilombo Espinho, Quilombo da Lapinha, Quilombo de Praia, Quilombo Primavera, Vazanteiros de Itacarambi.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 154 03/12/2019, 14:52

Os conflitos aqui começaram aqui na década de 1970, de 1964 pra cá, primeiro foi a Rural Minas chegou aqui, dizendo que ia regularizar as áreas, todas as terras da união, do estado, e na verdade eles só vieram passar as terras dos pequenos para os fazendeiros. Naquela época as comunidades não tinham conhecimento do que ia acontecer. Chegavam vários "doutores", a gente achava que era "doutor", mas que era médico e na verdade era um "doutor meio grilador" e isso nos trouxe um transtorno enorme. Ai esses fazendeiros chegaram e logo veio a lei de não poder criar a solto, eles colocavam três a quatro fios de arame na cerca, e a gente tinha muita criação pequena e essas criações passavam para as áreas deles e eles matavam tudo. Tudo que entrava na área deles, eles matavam. (José da Silva. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

Então, por isso é que temos essa luta pelo rio São Francisco, que é o "Chicão" que a gente fala. O São Francisco pra mim é tudo, é o sangue, é a vida, aquela água pra mim é o sangue que passa no meu coração. É tudo pra gente, é um filho, é um pai, é uma mãe. O único privilégio que temos no norte de minas é esse rio. (José da Silva. Fonte: Entrevista concedida ao Projeto Brasil Central MG).

Sessão de Fotos 02 - Oficinas Nova Cartografia Social da Articulação "*Vazanteiros em Movimento*".
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central - Núcleo MG.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 155 03/12/2019, 14:52

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da *Nova Cartografia Social* se tornou mais um *Instrumento de Luta* para as Comunidades, teve como uma de suas propostas principais a participação coletiva na construção e no auto-mapeamento do Território, levando em conta a história, a cultura, os lugares, os saberes e a memória. No contexto de desenvolvimento do projeto as comunidades contaram suas histórias, evidenciando suas tradições e cultura, fortalecendo o caminho de resistência frente aos processos de desenvolvimento local e regional, dando assim mais visibilidades às mobilizações e as lutas pelos direitos territoriais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; VIÈGAS, R. N. Cartografias Sociais e Territórios – um dialogo latino americano. In: Cartografia Social, terra e território. ACSELRAD, H; VIÈGAS, R. N, et al (Orgs). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2013, 318p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (ORG.). **Povos e Comunidades Tradicionais**: nova cartografia social. Manaus, UEA Edições, 2013. Disponível em <http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2015/07/Catalogo-Povos-Comunidades-Tradicionais-1.pdf> acesso em abril de 2018.

SPINK, M. J. MENEGON, V. M. MEDRADO B. Oficinas Como Estratégia de Pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. Psicologia &Sociedade, 26 (1), 32 – 43. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/05.pdf> Acesso em maio de 2018

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 156 03/12/2019, 14:52

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E CONFLITOS NOS TERRITÓRIOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO TOCANTINS

ALMEIDA MEDEIROS, Rejane Cleide
rejmedeiros@uft.edu.br
GONÇALVES, Paulo Rogério
paulaoapato@gmail.com

Introdução

As reflexões apresentadas resultam da pesquisa do Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central, realizada nas comunidades quilombolas do Tocantins, sendo: Quilombolas Kalunga do Mimoso, Quilombolas Kaágados (Claro, Prata e Ouro Fino), Comunidade tradicional Serra do Centro e Mirante. O objetivo foi mapear esforços mobilizatórios dos movimentos sociais, descrevendo-os e privilegiando as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Um dos resultados da pesquisa foi a produção de quatro mapas resultantes das representações dos agentes sociais que destacam situações importantes em suas lutas e, suas práticas sociais cotidianas. A construção dos mapas temáticos realizara-se, conjuntamente entre pesquisadores e agentes sociais do grupo. As relações de pesquisa junto à comunidade, diga-se, lugar da produção material e simbólica, foram construídas por meio das atividades do projeto, que objetivou, acompanhar e registrar situações sociais, de conflitos[1] fundiários e ambientais, vivenciados por quatro comunidades quilombolas no Tocantins.

[1] Entende-se o termo conflito a partir da discussão realizada por Almeida (1989, p. 94) de que: "As modalidades de confronto que comporta não seriam absorvidas por aqueles organismos de poder, porquanto considerados atributos dos aparelhos repressivos. O 'conflito' seria o que não se encontra sob controle". O conceito de conflito usado no documento elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (2013, p.10) sobre os conflitos no campo significa que: "[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. [...] ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra".

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 157 03/12/2019, 14:52

Em relação a produção cartográfica social inicia-se pela relação de confiança entre pesquisadores e os agentes sociais, possibilitando alterar a posição social dos próprios pesquisadores que passaram a conviver com outros pesquisadores que estavam em processo formativo, que no caso desta pesquisa são: os quilombolas. Nesse sentido, a Nova Cartografia Social é entendida enquanto produto de representações sociais, políticas e culturais de um determinado território. São, sobretudo, materiais pedagógicos e investigativos produzidos por sujeitos com informações e representações iconográficas de uma realidade. O Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA) é uma experiência que ocorre desde o ano de 2005, tendo sido desenhada a partir de experiências na região amazônica. (ALMEIDA, SOUZA, 2017).

Como instrumento metodológico, de descrição etnográfica, a nova descrição proposta pela nova cartografia social, parte do conhecimento dos próprios agentes sociais, da percepção que tem de si e dos outros, como se inventam enquanto coletividade, enquanto grupo. Os croquis elaborados pelos agentes sociais[2] são incorporados no laboratório de mapas e indicam uma série de situações e práticas tradicionais revestidas de experiências vivenciadas pelos agentes sociais que registram suas lembranças. A cartografia segundo, Martins (2011), materializa as subjetividades e representações simbólicas dos grupos.

> Os mapas são dinâmicos, circunstanciais, resultados de uma situação do presente. Nesse sentido, o mapa, longe de ser a realidade, nada mais é que uma representação elaborada no sentido de instruir diferenças em relação aos mapas oficiais, considerados como legítimos e verdadeiros. Os croquis produzidos, e os mapas, são mais do que meras informações objetivas das territorialidades dos grupos; são respostas a situações atuais; possibilitam a percepção do contexto, dos planos de organização, dos interlocutores; das diferentes posições que os agentes e os grupos assumem frente a diferentes situações. (GAIOSO, 2013, p. 71).

[2] Como agentes sociais, entende-se a partir do que caracteriza Bourdieu (1990), na sua defesa pelos agentes sociais e não por sujeitos. Assim, define: A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência de uma regra. Os agentes sociais, tantos nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos [...] eles investem os princípios incorporados de um habitus gerador (BOURDIEU, 1990, p. 21).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 158 03/12/2019, 14:52

Nesse sentido, pode se dizer que o mapa é um importante instrumento político, da reivindicação, de luta, pelo seu auto-reconhecimento, ser quilombola, por exemplo, o que corresponde a estratégias dessas novas situações. Possibilita visibilidade às territorialidades. A partir desse entendimento, observou-se que as narrativas e memórias, são importantes elementos da produção de existências e resistências nos territórios.

Nova Cartografia Social como etnografia: Narrativas e memórias

Na construção da Nova Cartografia Social, de mapas situacionais, que representa a realidade histórica, a memória é um elemento relevante. Neste aspecto Selau (2004) adverte que a memória constitui-se de elementos como os acontecimentos, personagens e lugares onde os mesmos são tratados de forma individual e coletiva, no qual seus esquemas de explicações se organizam através das experiências de vida individual ou do grupo ao qual está inserido, mesmo que não participe de todas as experiências do grupo.

Desta forma, os acontecimentos vividos pelos quilombolas ocupam um determinado lugar, enquanto que os vividos pelo coletivo, no processo de organização da luta pelo território, passam a ter outro lugar. A produção de mapas passa a compor as lutas sociais dos sujeitos no processo social, político e cultural. As experiências em mapeamentos e práticas de representações das populações locais se tornam frequentes nas ações de representações espaciais. E conta, também, com o uso das novas tecnologias e novos agentes sociais passam a fazer os mapeamentos. "[...] deram lugar à constituição de um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território". (ACSELRAD, 2012, p. 9).

As pesquisas realizadas no Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central possibilitaram identificar que as formas de apropriação ilegal dos territórios por fazendeiros, empresários, foram se alterando com o passar do tempo. Na região sudeste do Estado, onde encontramos inúmeros territórios quilombolas que foram criados entre 1700 e 1800, Seu Domingos

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 159 03/12/2019, 14:52

José de Moura Velho, da Comunidade Quilombola Kaágados, descreve os métodos de grilagem que foram utilizados na região na década de 1950 (cartografia Kaágados, 2018).

> [...] Ah, eles começou a entrar nas terras nossas, parece que foi em cinquenta, é, eu acho que foi em cinquenta e sete. Então, o trem começou foi assim, ó, eles saiu mentindo que tava comprando a Pedra Preta viu, mas era mentira, ele tava assuntando o local da terra, mas que eles tava lá pra comprar a Gameleira, mas os ladrão saiu corrigindo os Patos e os Kaágados. Indo no limite da terra, aí depois ele foi lá e falou pra meu pai ceder aquele barraco véi que era a casa do Getúlio[...] que eles ia fazer um serviço na Gameleira, ai vai, vai, com pouco ele meteu a foice e derrubou de onde era a casa pro rio,... com pouco ele voltou pro lado de cima, derrubou lá e jogou capim, aí o Amauri falou pra o Didi que ele colocasse gado aí, se não ele perdia a fazenda. Aí foi logo ele arranjou a escritura. Foi tempo que o finado Zolia morreu e Lina queria aposentar de viúva, aí ela topou com ele, não sei aonde, aí ele falou, cadê Lina? cê já aposentou? ela disse, não, por que não? moço tá faltando o INCRA, aí ele diz, uai seu pai não tem não, tem, ele disse, uai ce pega o INCRA vai lá em Carlos Augusto, ocê já sai de lá aposentada. A besta vape no escritório, quando ela chegou aqui no escritório ele tava, ela conversou com Carlos Augusto que ela queria aposentar, ai ele mexeu lá e falou tá pronto, dona, ai ela foi pegar a escritura pra carregar, aí ele disse, não, deixa esta escritura aqui, o que você vai fazer com ela, lá ocê não vai ter precisão dela lá, deixa aqui depois cê panha. A besta achou que era isso mesmo, eles queria ficar com ela, fico lá com a escritura, quando foi no outro dia, quando ela voltou lá pra panhar a escritura, eles falou, ainda não tá pronta não, ocê vem daqui uns três dia. Ela foi e voltou pra pegar, o papel e a escritura, aí ele entregou a ela a escritura e falou, essa aqui cê pode jogar fora, já tava o nome do Didi. Matou o nome do vei na escritura, escreveu de verde e botou em cima o nome dele e da Zélia, que era mulher do Didi [...] (**Domingos José de Moura Velho).**

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 160 03/12/2019, 14:52

As formas de grilagens[3] parecidas são descritas por Pedro Torres de Melo, da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso, também na região sudeste do Estado (cartografia Kalunga).

> A invasão aqui, ela o que eu sei baseado nos meus pais é o seguinte, quando antes, é inclusive meus pais, eles pegava documentação deles e dava pros fazendeiros guardar, e depois esse fazendeiro tomava essa terra. Outros grilava a terra dizendo que era deles, corria com o dono, que era nós nesse caso, meus pais e outros. Outras vezes eles, os antepassados, meus pais, meus avós, as vezes tinha a terra, era dono da terra, eles pegava e botava lá uma vaca, duas, três, um cavalo pra eles montar, e colocava ele lá pra ir sendo vaqueiro. Com o passar do tempo aquelas vacas aumentava, e eles terminava o lugar da casa daquele de um de nós da região e virava a fazenda deles. Aí eles tirava o vaqueiro, que era o dono da terra, botava pra outro lado, botava outra pessoa pra ser vaqueiro, e dizia que a terra era dele, trocava o nome daquele lugar, e muitas vezes ia e botava outro nome naquela fazenda. E daí as vezes eles ficava, vamos supor, como se tivesse uma área de cem alqueires de meu pai eles. Quando tomava os cem alqueires de meu pai eles cercava duzentos alqueires, quinhentos alqueires, mil alqueires pra dizer que ali tudo era deles. (**Pedro Torres de Melo).**

Observa-se que, de forma geral, a grilagem entre as décadas de 1950 e 1970 caracterizavam-se por serem realizadas por fazendeiros locais, na intenção de se apropriarem das terras para seu usufruto. Iam invadindo os territórios e expulsando as famílias, contando com a falta de informação das famílias sobre seus direitos e, da inexistência de organizações públicas e privadas que pudessem fazer a defesa das famílias. Nessa região, Sudeste do Estado do Tocantins, antigo Goiás, o poder local estava estruturado na lógica do coronelismo e, os coronéis controlavam o poder político local, os cartórios e as delegacias de polícia, e a grilagem de terras era usada para a criação de grandes latifúndios.

[3] O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. A grilagem acontece até hoje devido às deficiências encontradas no sistema de controle de terras no Brasil. (ALMEIDA, 2017a).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 161 03/12/2019, 14:52

Com o tempo, a lógica da criação de um mercado de terras para possibilitar a implantação de planos e projetos de desenvolvimento por parte do Estado, passa também a vigorar. E são registrados nos depoimentos dos agentes sociais, que citam a grilagem não apenas para a construção de latifúndios, mas também para a comercialização das terras. A dona Santina Queiroz Teixeira, traz essas questões em seu depoimento (cartografia Serra do Centro e Mirante). Importante observar que a dona Santina é do município de Campos Lindos, próximo de Araguaína, a "Capital do Boi Gordo", região pioneira no Estado na estruturação de um mercado de terras para o agronegócio.

> A terra desses moradores aqui tudo era da barra do rio bonito a barra do rio vermelho, a cabeceira dos dois rios. Hoje em dias só temos bem aí, desses colchetes que vocês passaram, onde tem umas maiadinhas que tem um gado dentro. Todo mundo chegou dizendo que era dono, e invadiram, e o direito de quem nasceu e se criou aqui acabou. Aqui ninguém vendeu um palmo de terra. O povo de fora que vão chegando e invadindo dizendo que é deles e vendendo para outros e assim vai indo... Tem, por que tem mais de sessenta anos que eu casei, e quando eu era menina já estava sendo invadido [...] (**Santina Queiroz Teixeira).**

Da mesma região de dona Santina é José Marcelo Brito, que cita a grilagem sendo realizada pelo prefeito do município para comercialização das terras, utilizando o mapeamento cartográfico e o loteamento (cartografia Serra do Centro e Mirante). O que já caracteriza um formato de grilagem mais moderno, que passa a ser utilizado a partir das décadas de 1970 e 1980. Ao mesmo tempo cita-se uma negociação na justiça, onde o trabalhador vence o pleito e permanece na terra, o que demonstra o início da estruturação de um sistema de justiça que não é totalmente controlado pelos coronéis.

Foi nesse período no Estado que se cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais, que passam a informar os trabalhadores sobre seus direitos e contribuem no encaminhamento das denúncias contra as grilagens.

> [...] O gado diminuiu quando chegou essas derrubadas pra cá. Muitos foi que eles amedrontava, mas eles falaram até de

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 162 03/12/2019, 14:52

> tocar fogo na casa. O primeiro fazendeiro que comprou isso aqui era um tal de Rezende, foi em oitenta e quatro. Eu não sei de quem foi que ele comprou, que aqui lotearam essas terras tudim de avião. O prefeito daí era um senhor de Nermiso, foi ele quem loteou mais aquele outro, Quezada, foi eles que lotearam essas terras e venderam. Disse que a terra era tudo voluntária, não morava ninguém, foram comprando os lotes e aí foram chegando, e aí queria empurrar aqueles que tinha a casca mais frouxa, nós nunca saímos. Foi chamado na justiça, nós fomos e aí os outros provaram que nós nascemos e se criamos aqui, aí também não mexeram mais. Era Goiatins, ainda não era munícipio de Campos Lindos, eles falou que se ele não saísse eles botava fogo na casa [...] (**José Marcelo Brito).**

Em função da organização dos trabalhadores, os processos de grilagem vão se alterando, e a expulsão imediata dos trabalhadores e a descaracterização da posse passa a ser uma estratégia adotada. O seu Gregório Gomes no seu relato caracteriza este momento (Cartografia Claro, Prata e Ouro Fino).

> [...] Minhas roças era lá onde eu vivia, de uma fazenda para outra, e aí não dava certo, aí quando eu vim pra beira da Caraíba, tinha chácara boa, casas grandes. Já está dentro de uns cincos anos que eles vêm batucando comigo. Eles foram lá com armas, com foices, desse jeito, chegaram e mandou desocupar, eu falei que não, que eu não estava desagasalhado, eu estava agasalhado. Há você tem que sai, ajunte seus trens, que eu vou botar você lá para o cerrado. Eu falei não, aí eu fiquei moendo, até no que resultou, queimou minhas casas tudo. Queimou tudo, sete casas, cada filho tinha uma casa, uma cozinha grande, e elas queimaram tudo, pode dizer que é sete casa e com a oficina oito. (**Gregório Gomes).**

Com o tempo o próprio Estado passa a realizar a grilagem diretamente, através de desapropriações, como é descrito por João Bandeira (Cartografia Serra do Centro e Mirante).

> A região da serra do centro ela foi decretada pelo governo do estado, pelo Siqueira Campos, um decreto de desapropriação de cento e cinco mil hectares pra implantação do projeto. Todos nós aqui somos filhos de lá, agora existe uns que não

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 163 03/12/2019, 14:52

> tá mais morando lá, eu tô um pouco mais pra cá, um pouquinho, mas todos somos filhos daquela região. Então ali foi uma desapropriação pelo decreto do governo para implantar um projeto que desconsiderou toda aquela cultura, tradição, que ali já existia, desde o aproveitamento do cerrado, tanto pra criação de animais, como pra aproveitar os recursos naturais, desde a caça **(João Bandeira).**

Na fala de seu João, o processo de vida e produção no campo é parte da sua vida. Nesse caso, pode-se dizer que a territorialidade funciona como um elemento de identificação, laços de solidariedade e ajuda mutua, o que para Almeida (2004), caracteriza um conjunto de regras pactuadas sobre uma base física, indispensável e consideradas comuns.

Devido às situações vivenciadas, quanto ao avanço do agronegócio nas suas terras, as comunidades tradicionais impactadas, "[...] incorpora as identidades coletivas redefinidas socialmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem sem interpretadas como unidades de mobilização". (ALMEIDA, 2004b, p. 10). O autor chama atenção que essas identidades foram gestadas a partir de estratégias de resistências e, mais do que isso, da afirmação de uma spexistência coletiva, dando um caráter político, não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas, sobretudo as práticas sociais, culturais e ambientais em relação ao uso dos recursos naturais:

> A complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional, foi trazido para o campo das relações políticas, verificando-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou diferenças étnicas e diversidades culturais, diluindo as classificações que enfatizavam a subordinação dos "nativos", "selvagens" e ágrafos ao conhecimento erudito do colonizador. (ALMEIDA *apud* BARTH, 2013, p. 23).

Nessa perspectiva, o momento vivenciado pela comunidade, possibilita [...] situações em que os agentes sociais utilizam identidades étnicas para categorizarem-se a si mesmos e a outros com fins de interação, formando unidade políticas". E organizativas (ALMEIDA, 2013b, p.32).

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 164 03/12/2019, 14:52

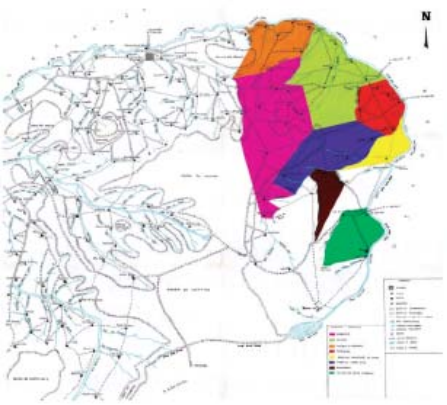
Figuras 1: Elaboração de mapa no núcleo do Albino e Figura 2: Elaboração de mapa no núcleo do Mimoso

Fonte: Projeto Brasil Central. Paulo Rogério, 2017

Figura 3: Elaboração de mapa na casa do Seu Ananias e Figura 4: Comunidade Claro, Prata e Ouro Fino:

Fonte: Projeto Brasil Central. Paulo Rogério, 2017

Figura 5: Mapa das Comunidades tradicionais de Campos Lindos e Figura 6: Croqui



Fonte: Projeto Brasil Central. Paulo Rogério, 2017

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 165 03/12/2019, 14:52

Considerações

A pesquisa Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central, possibilitou uma leitura das práticas socioculturais e políticas da luta pelo território das comunidades quilombolas do Tocantins, através de narrativas. A abordagem cartográfica constituiu-se numa ferramenta de pesquisa que implicou na elaboração de uma autocartografia dos grupos sociais, proporcionando um conjunto de dados, materializados por meio das oficinas realizadas nos territórios. As entrevistas e etnografias realizadas, permitiram um conjunto de dados gestados, na perspectiva dos povos quilombolas e suas narrativas. As ações participativas e as reflexões produzidas pelos próprios agentes sociais, são elementos de afirmação das identidades e da luta social mediante conflitos e pressões sobre o território. A construção dos mapas pelos agentes sociais permitiram afirmar que as práticas socioculturais e pedagógicas nascem das unidades de mobilizações. Que para Almeida (2004, p. 10) "[...] as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilizações".

A partir das falas dos agentes sociais, verificou-se que a questão fundiária no Tocantins é um campo de tensão entre as comunidades e os empresários do agronegócio. E, que ocorre mudanças nos territórios onde foram realizados os mapas sociais, que implica na expulsão dos mesmos dos seus territórios, na diminuição da produção de alimento das famílias, alteração do clima, aumento da temperatura, intensidade de doenças por causa do uso dos agrotóxicos, pelos empresários nas suas monoculturas (soja, milho e eucalipto). Na elaboração dos mapas foi possível perceber que a coerção para expropriação das comunidades dos territórios é uma centralidade em todas as áreas onde ocorreram as oficinas com as entrevistas.

A materialidade dos processos sociais, contidos no interior das disputas pela terra, que tem como agentes, os empresários e o próprio Estado como mantenedor das garantias de infraestruturas e, financiamentos do agronegócio, e do outro as comunidades que vivem nos territórios e que têm sua ancestralidade assentada na premissa da cultura e dos saberes tradicionais. Como destaca Shiva (2003, p. 21), "[...] quando o sistema político dominante enfrenta discordância, reage fazendo os dissidentes desaparecerem". Nesse movimento, concorda-se

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 166 03/12/2019, 14:52

com a autora, pois o processo de intensificação do capital e da globalização ameaça os povos e comunidades que vivem e se reproduzem no campo. E, ademais, Almeida (2011), vai oferecer argumentos sobre o papel do Estado nessa intensificação do capital e o projeto desenvolvimentista. Diz o autor:

> [...] legitimar a expansão dos cultivos homogêneos para fins industriais em todos os biomas, sedimentar os grandes empreendimentos vinculados ao mercado de commodities; reduzir a área correspondente à Amazônia Legal, retirando partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso; reduzir a faixa de fronteira de 150 km para 50 km; permitir a mineração em terras indígenas e rever leis de desapropriação e impugnar o Decreto nº 4..887/2003, de reconhecimento e titulação das terras das comunidades remanescentes de Quilombo. (ALMEIDA, 2011, p. 30).

Nesse caso, o Estado foi sempre o grande fomentador e financiador das invasões dos territórios tradicionais, através das políticas públicas de desenvolvimento do agronegócio, como por exemplo, o POLOCENTRO, PRODECER, o PDA e o MATOPIBA, todos estes como expansão de fronteiras agrícolas e ameaças aos territórios tradicionais das comunidades.

> Nos Cerrados, o aumento da violência coincide com o início do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, região que engloba a parte deste bioma dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com cerca de 73 milhões de hectares e 6 milhões de habitantes. Trata-se da metade do que resta dos Cerrados em pé, de crucial importância para o ciclo hidrológico e a recarga das principais bacias hidrográficas do continente sul-americano. Boa parte ainda preservada porque ainda sob controle de povos e comunidades tradicionais. O Tocantins, estado todo dentro do MATOPIBA, teve o maior aumento dos conflitos por terra, 313%, de 24 em 2015 para 99 em 2016. O Maranhão, o mais conflagrado do país, 196 ocorrências (SIQUEIRA, CPT, 2017)[4].

[4] Disponível em: http://diplomatique.org.br/o-aumento-da-violencia-no-campo-tem-a-cara-do-golpe/acesso em 10/05/2017.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 167 03/12/2019, 14:52

Um dos efeitos da concentração fundiária no país, no caso em estudo do estado do Tocantins, é a expulsão dos camponeses do campo, que para Alentejano (2012, p. 355):

> A impossibilidade de reprodução ampliada das famílias camponesas, resultante da concentração fundiária, produz a expulsão dos trabalhadores do campo, o que é acentuado pela modernização da agricultura, que reduz a necessidade de mão de obra no campo. Os dados do último senso (2010) demonstram que os pequenos estabelecimentos (menos de 100 hectares) correspondem por 84, 36% das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, embora a soma de suas áreas represente apenas 30, 31% do total. Em média, os pequenos estabelecimentos utilizam 12, 6 vezes mais trabalhadores por hectare do que os médios (100 a 1.000 hectares).

O monopólio das terras no país resulta na desigualdade econômica e social, provocando a favelização e a precariedade nas periferias das grandes cidades brasileiras, para onde migraram os homens e mulheres expulsos do campo.

Na esteira do propalado desenvolvimento, o Estado brasileiro sempre deu suporte às transformações políticas e econômicas da sociedade. Com isso, a modernização da agricultura alavancou o desenvolvimento do capitalismo com o objetivo de reprodução da propriedade como fonte de dominação, gestando condições para o desenvolvimento de uma política agrária que privilegia as poderosas empresas do agronegócio, das construções das hidrelétricas, etc.

Nessas ações o clientelismo[5], como forma de relação entre governo e sociedade, permeia a formação do Brasil e não desaparece, muda apenas de forma com atuação da nova geração dos políticos modernos. Assim, os empresários do agronegócio têm como sustentáculo a instituição da representação

[5] "O conceito de clientelismo foi sempre empreg1ado de maneira frouxa. De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. [...]. Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macros e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. [...]. Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo" (CARVALHO, 1997. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003). Acesso em 04/05/2019.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 168 03/12/2019, 14:52

política como forma de garantir sua permanência no poder econômico. A dominação política patrimonial tem mostrado historicamente que as mesmas "[...] colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo aparelho do Estado" (MARTINS, 1999, p. 20).

Outrossim, com o fomento e a conivência do Estado, as invasões são realizadas principalmente por grileiros e fazendeiros que aproveitam do desconhecimento das populações do campo sobre seus direitos territoriais e, da falta de condições destes de buscar uma assessoria jurídica que os defendam. Nesse movimento, pode-se afirmar que, "[...] o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero" (SHIVA, 2003, p. 21).

Referências

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e

Regional, 2012.

ALENTEJANO, Paulo. Estrutura fundiária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros, SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A nova cartografia social como instrumento de resistência: reflexões sobre a história de vida dos camponeses e camponesas na luta pela terra – MST/Goiás. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 12, n. 27, p. 287-308, ago., 2017a.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Revista brasileira estudos urbanos e regionais, v. 6. N. 1, Maio 2004b.

_____. FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (Orgs.). Povos e Comunidades Tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

LIVRO MIOLO BRASIL CENTRAL.pmd 169 03/12/2019, 14:52

_____. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, desafios e perspectivas. SAUER, Sérgio, ALMEIDA, Wellington (Orgs.). Brasília: Editora da Universidade de Brasileira, 2011b.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. Aspectos da produção etnográfica na antropologia para as denominadas comunidades tradicionais. In: MARTINS, Cynthia Carvalho et al (Orgs.0. Insurreição de saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilização. Manaus: UEA, 2013.

MARTINS, José de Sousa. O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

SELAU, Mauricio de Silva. História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. Revista Esboços, v. 11, UFSC, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887.Acesso em 19/04/19.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.